



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**Movimentos Sociais e Eleições: As Iniciativas de Formação
e Apoio a Candidatas**

Paula Letícia Gomes dos Reis Ribeiro

Brasília – DF
Junho de 2025

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**Movimentos Sociais e Eleições: as iniciativas de formação
e apoio a candidatas**

Paula Letícia Gomes dos Reis Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade de Brasília como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ciência
Política

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Débora Cristina Rezende de Almeida (IPOL/UnB) (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Rebecca Neaera Abers (IPOL/UnB) (Membro interno)

Prof^a. Dr^a. Débora Thomé Costa (CEPESP/FGV) (Membro externo)

Prof^a. Dr^a. Marisa von Bülow (Suplente)

[Espaço para Ficha Catalográfica]

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, na figura da minha mãe, meu pai, irmão e irmã, pelo apoio durante todo o meu caminhar e por me incentivarem a sempre a persistir. Sem vocês, nada disso seria possível.

Minha profunda gratidão à minha orientadora e grande referência acadêmica, Débora Rezende de Almeida, pelo apoio contínuo, orientação, paciência e dedicação ao longo de toda a pesquisa, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também aos membros da minha banca de qualificação e de defesa, as professoras Débora Thomé e Rebecca Abers, pelas contribuições, sugestões e críticas construtivas que enriqueceram a construção deste estudo de maneira significativa. Tenho uma gratidão imensa ao meu professor e primeiro orientador, Clóvis Henrique Leite de Souza, por ter sido uma inspiração em meus primeiros passos na academia.

Às entrevistadas, coordenadoras e candidatas apoiadas pelas iniciativas, que me auxiliaram na pesquisa de campo. Suas contribuições foram essenciais para esta pesquisa. Agradeço por toda a confiança e disponibilidade e por buscarem um Brasil mais justo e representativo.

Às minhas amigas Amanda, Victória e Nicole, que pude conhecer no mestrado, pelo apoio, pelas trocas de experiências e angústias vividas em conjunto e pelos momentos de alegria compartilhados que me ajudaram a seguir em frente. Aos meus colegas de grupo de pesquisa, Alexandre e Lorena, sou grata pelas trocas, desabafos e aprendizados que pude ter com vocês.

Ao meu companheiro Jhonata, que me deu o suporte para além da vida acadêmica e que me incentivou desde o momento da inscrição no processo seletivo e me deu forças para continuar essa jornada. Agradeço aos meus amigos de longa data, que estiveram e estão comigo em diferentes momentos da minha vida, Diego, Geisi, Michael, Eduardo, Kaique, Janyelle, Fernanda, Rubian, Mariana e Letícia, pelo carinho, compreensão e apoio incondicional. Cada um de vocês esteve ao meu lado de forma especial, contribuindo para que eu chegasse até aqui.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, colaboraram para a realização deste trabalho. A cada uma, minha eterna gratidão.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas no Brasil atuam no recrutamento político e estruturam sua relação com os partidos políticos, especialmente durante os períodos eleitorais, inserindo-se no debate sobre a interação entre movimentos sociais e partidos políticos nas eleições. Para responder a esse objetivo, foi adotada uma metodologia qualitativa de estudo de caso comparado, selecionando três iniciativas diferentes: Mulheres Negras Decidem, Goianas na Urna e A Tenda das Candidatas. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com coordenadoras dessas iniciativas e candidatas apoiadas por elas, além de análise documental dos websites das iniciativas, utilizando a análise de conteúdo como técnica para examinar os dados coletados. Os resultados indicam que as iniciativas configuram-se como formas híbridas de ação coletiva: recrutam de maneira mais próxima aos movimentos sociais, enfatizando identidades coletivas e valores compartilhados, valorizando também redes/conexões prévias com as iniciativas, mas também possuem semelhanças com os partidos, principalmente na busca por candidatas competitivas e com maior viabilidade eleitoral, mas buscam qualificá-las nesse sentido. Além disso, as interações com os partidos políticos variam entre independência e alianças pontuais, dependendo do contexto, demonstrando que, embora as iniciativas busquem operar paralelamente aos partidos, há momentos em que elas se aproximam para questões estratégicas, sem, no entanto, se integrarem ao sistema partidário.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Partidos Políticos; Eleições; Recrutamento Político; Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how the Women's Candidate Training and Support Initiatives in Brazil operate in political recruitment and structure their relationship with political parties, especially during election periods, contributing to the debate on the interaction between social movements and political parties in elections. To achieve this objective, a qualitative comparative case study methodology was adopted, selecting three different initiatives: Mulheres Negras Decidem, Goianas na Urna, and A Tenda das Candidatas. Data collection was carried out through semi-structured interviews with coordinators of these initiatives and candidates supported by them, in addition to documentary analysis of the initiatives' websites, using content analysis as a technique to examine the collected data. The results indicate that the initiatives, constituting hybrid forms of collective action, recruit in a way that is closer to social movements, emphasizing collective identities and shared values, while also valuing prior networks/connections with the initiatives. However, they also have similarities with political parties, particularly in the search for competitive candidates with greater electoral viability, while aiming to qualify them in this regard. Furthermore, interactions with political parties vary between independence and strategic alliances, depending on the context, showing that while the initiatives seek to operate parallel to the parties, there are moments when they approach for strategic issues, without, however, integrating into the party system.

Keywords: Social Movements; Political Parties; Elections; Political Recruitment; Women's Candidate Training and Support Initiatives.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação das Entrevistas	59
Quadro 2 - Categorias identificadas	61
Quadro 3 - Estratégias da Estamos Prontas na Dinâmica Eleitoral	74
Quadro 4 - Estratégias de Goianas na Urna na Dinâmica Eleitoral	79
Quadro 5 - Estratégias da Tenda das Candidatas na Dinâmica Eleitoral	84
Quadro 6 - Resumo das características das Iniciativas	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Avante	Partido Avante
DEM	Democratas
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MND	Mulheres Negras Decidem
NOVO	Partido Novo
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PL	Partido Liberal
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhista Cristão
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UP	Unidade Popular

SUMÁRIO

Introdução	9
Justificativa	14
Delimitação do Objeto	16
Estrutura da Dissertação	18
1 Caracterizando Partidos Políticos, Movimentos Sociais e suas Interações	21
1.1 Os Partidos Políticos e suas Transformações	21
1.2 Movimentos Sociais e os Diferentes Repertórios de Ação	27
1.3 As Conexões entre Movimentos Sociais e Partidos Políticos	33
1.4 Recrutamento em Partidos Políticos	42
1.5 Recrutamento em Movimentos Sociais	50
2 Percurso Metodológico	56
Codificação dos Dados	62
3 Formação e Trajetória das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas	66
3.1 Cenário da Emergência das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas	66
3.2 A Emergência das Iniciativas	69
3.2.1 Mulheres Negras Decidem	71
3.2.2 Goianas na Urna	77
3.2.3 A Tenda das Candidatas	82
3.2.4 Resumo das Iniciativas	85
4. As Dinâmicas de Recrutamento e Interações entre Iniciativas e Partidos	94
4.1 Dinâmicas de Recrutamento nos Partidos e nas Iniciativas	94
4.1.1 Goianas na Urna	94
4.1.2 Mulheres Negras Decidem	98
4.1.3 A Tenda das Candidatas	102
4.1.4 Conclusões acerca do Recrutamento em Partidos	106
4.1.4 Conclusões acerca do Recrutamento nas Iniciativas	107
4.2 Interação com Partidos Políticos na Dinâmica Eleitoral	110
4.2.1 Goianas na Urna	110
4.2.2 Mulheres Negras Decidem	114
4.2.3 A Tenda das Candidatas	118
4.2.4 Conclusões acerca das Interações entre Iniciativas e Partidos	120
Considerações Finais	129
Referências	137
ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS CANDIDATAS E ELEITAS	146
ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS COORDENADORAS DAS INICIATIVAS	

Introdução

O Brasil passou por um persistente período de conflitos políticos, bem como de aumento da participação não-institucionalizada, evidenciados pelo ciclo de protestos conhecido como “Jornadas de Junho”, ocorrido em 2013, e por mobilizações contínuas após esse período, como o ciclo patriota e o ciclo do impeachment (Alonso, 2017). Nas Jornadas de Junho os partidos políticos foram tematizados pela sociedade civil, que esteve nas ruas protestando sob um sentimento expresso de insatisfação para com eles e com a classe política de forma geral, sentimento que foi agravado nos meses e anos seguintes (Alonso, Mische; 2017). A partir desse período houve uma transformação do ativismo no Brasil, com maior informalidade e distanciamento dos moldes convencionais de movimentos sociais (Pleyers e Bringel, 2016), que passou a pluralizar-se ainda mais nos anos seguintes.

O surgimento de novos atores políticos mudou o cenário brasileiro, principalmente a partir da última década, como o Movimento Brasil Livre (Tatagiba, Trindade e Teixeira, 2015), novos coletivos de esquerda, além de movimentos das novas direitas que fomentaram o antipetismo e o conservadorismo (Tatagiba e Galvão, 2019), os Movimentos de Renovação Política (Moura, 2019), os Mandatos Coletivos (Almeida, 2024), entre outros. Nesse contexto, surge também, a partir de 2018 no Brasil, uma série de iniciativas de formação e apoio a candidaturas visando renovar a política institucional brasileira, atuando paralelamente aos partidos políticos (Gatto, Russo e Thomé, 2021). Essas iniciativas, em sua maioria, estão focadas em mulheres e pessoas negras, mas também em pessoas indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, entre outros grupos marginalizados, buscando maior diversidade na política.

A atuação dessas iniciativas ocorre desde a criação de canais de mídia para promover visibilidade das candidaturas, a cursos formativos e apoios personalizados e não personalizados (Gatto, Russo e Thomé, 2021). A forma como operam é diversificada: nem todas oferecem formação política, mas sempre oferecem alguma forma de apoio. As formas de apoio versam, sobretudo, em apoio técnico, apoio psicológico, consultoria jurídica e assistência em estratégias de comunicação, marketing e captação de recursos. Paralelamente, as iniciativas tendem a se

empenhar em fomentar conexões entre as aspirantes e candidatas interessadas em ingressar na esfera política e voluntários engajados no apoio a candidaturas, fomentando redes entre si. Com o intuito de assegurar uma representação mais igualitária, esses esforços se traduzem não apenas em campanhas durante o período eleitoral, mas também em ações que se estendem para além desse período.

Apesar dessas iniciativas terem apresentado crescimento ao longo dos últimos anos — em 2020, ao menos 44 iniciativas desse tipo já atuavam no Brasil, e em 2022 passaram a ser 53 (Gatto e Thomé, 2024) –, ainda são um objeto pouco explorado pela literatura da Ciência Política. Algumas exceções de pesquisas são os estudos de Gatto, Russo e Thomé (2021) e Gatto e Thomé (2024), que contribuem significativamente na identificação de objetivos e atuações desses atores. Ainda que haja estudos que abordem essas iniciativas, pouco se sabe, por exemplo, sobre como ocorre a dinâmica entre as iniciativas e os partidos políticos, dois atores distintos, mas que ocupam algumas funções semelhantes no processo eleitoral. Funções como a de recrutamento político, apoio na competição eleitoral, formação política, entre outras, são tipicamente associadas aos partidos políticos, mas também são funções com as quais essas iniciativas se propõem a atuar.

É importante destacar que, para além da atuação em funções tipicamente partidárias, grande parte dessas iniciativas operam com foco em uma representação política mais diversa, sobretudo de mulheres. Os partidos políticos, enquanto fundamentais para oportunizar o exercício democrático nas democracias representativas, também se tornam parte fundamental no que se refere à promoção da representação de mulheres. As mulheres representam a maioria da população e do eleitorado brasileiro, bem como quase metade do total de filiados aos partidos políticos, mas compõem cerca de um terço das candidaturas nas eleições e menos de 20% das eleitas (Instituto Alziras, 2020). Pensando as teorias feministas da representação política, a presença de mulheres na política institucional tem sido pautada como um elemento decisivo para a representação de suas pautas e interesses (Phillips, 2001), argumento que tem fundamentado a adoção de políticas de cotas para mulheres em diversos países e outras políticas públicas voltadas para essa questão.

A sub-representação de mulheres na política é um fenômeno persistente no contexto brasileiro, tendo em vista que apesar de serem a maioria da população, 51,5%, mulheres não atingiram a paridade na política institucional. Sub-representadas na política, a legislação brasileira atual dispõe de algumas medidas que visam o enfrentamento dessa questão pertinente às mulheres. A Lei de Cotas (Lei nº 9.504/1997), que estabelece a reserva de ao menos 30% das candidaturas para um dos sexos em eleições proporcionais, é a principal delas. Seguindo a conquista das cotas, a Emenda Constitucional 117 (Brasil, 1997, 2022), que determina aos partidos políticos destinar no mínimo 30% dos recursos para campanha eleitoral às candidaturas de mulheres, é outra ação voltada para promover maior representação desse grupo. No entanto, é comum que ambas as medidas sejam descumpridas pelos partidos, e que estes não sejam punidos, demonstrando que, apesar da presença de mecanismos que versam sobre a representação feminina na política, ainda há uma displicência e resistência com essa pauta. Prova disso, é a Emenda Constitucional 133/2024, anteriormente chamada de PEC da Anistia, que versa sobre o perdão ao não cumprimento das normas eleitorais pelos partidos políticos — aqui, incluindo a não distribuição de 30% de candidaturas a um dos gêneros, bem como a distribuição desproporcional de recursos do fundo partidário.

Pesquisas recentes têm apontado que a resistência dos partidos e dos legisladores às cotas frequentemente ocorre devido a preocupações estratégicas com suas próprias carreiras políticas. Conforme destaca Gatto (2025), legisladores homens frequentemente adotam estratégias ambíguas, tendo em vista que, apesar de apoiarem publicamente cotas de gênero para evitar custos reputacionais junto aos líderes partidários e aos eleitores, eles simultaneamente atuam para minar a eficácia dessas políticas em contextos internos pouco visíveis ao público, como reuniões e negociações internas. Esse comportamento é reforçado por um sistema político estruturado em listas abertas, que valoriza a competição individual em vez da coesão partidária, o que ressoa nos políticos temerem que essas medidas possam ameaçar suas próprias chances eleitorais (Gatto, 2025). Além disso, a dinâmica da lista aberta pode fragmentar o apoio eleitoral, especialmente entre candidatas mulheres, reforçando a competição individual.

Diante disso, temos visto uma pressão de movimentos sociais, da sociedade civil e outros atores para que haja uma maior responsabilização dos partidos perante a sub-representação feminina, ou medidas mais incisivas que promovam a participação da mulher. A Lei de Cotas, por exemplo, por mais que não houvesse consenso entre os movimentos feministas, foi um dos diversos direitos conquistados a partir de demandas dos movimentos sociais, dentre outros encaixes institucionais, como a criação de um Ministério ligado à política para mulheres (Sanchez, 2021). A Lei da Violência Política de Gênero também contou com esforços por parte de movimentos sociais e feministas para o avanço do diálogo sobre o tema, proposição legislativa e aprovação (Rocha et al, 2023). A criação de órgãos de políticas públicas para as mulheres também é uma das demandas incorporadas nesse sentido (Sanchez, 2021), assim como o ativismo institucional promovido por feministas, sobretudo com foco no Executivo, auxiliou na difusão de projetos transversais, fundamentais para a implementação de políticas da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (Pinheiro, 2015). Parte da atuação dos movimentos sociais, portanto, tem se dado sob a incidência nas legislações, e essencialmente na interação entre feministas e o Executivo no nível federal (Zaremborg e Almeida, 2022).

Mais recentemente, é possível também ver a intensificação do investimento no repertório eleitoral, mas que demanda dos movimentos ações para além do lançamento de candidaturas. Apesar do aumento de candidaturas femininas em comparação a eleições anteriores, propiciado em grande medida pelas políticas que versam sobre cotas de gênero e destinação de recursos proporcionais às mulheres nas campanhas eleitorais, os partidos ainda selecionam poucas mulheres, e estas, ainda assim, enfrentam barreiras significativas para se candidatarem e serem eleitas. Dentre as muitas razões para este resultado estão o subfinanciamento de suas candidaturas, além das candidaturas falsas (laranjas) para preencher o mínimo de 30% estabelecido por lei (Sacchet, 2011; Sanchez, 2017). Assim, para além das diversas barreiras que são enfrentadas por mulheres que desejam participar da política formal, os partidos políticos, por vezes, acabam por dificultar a implementação das medidas que visam a representação das mulheres — apesar de haver partidos comprometidos com essa pauta, nem todos a consideram como relevante. Para além desses pontos, o processo de recrutamento de candidaturas

pelos partidos tende a privilegiar homens e, pensando o objeto de pesquisa, entende-se que a lacuna na representação política e no recrutamento partidário motivou a emergência dessas Iniciativas (Gatto, Russo e Thomé, 2021; Gatto e Thomé, 2024), que buscam suprir a ausência de apoio dos partidos, atuando como mediadoras entre as demandas das mulheres e o sistema político.

Nesse contexto, as iniciativas de formação e apoio a candidatas desempenham um papel estratégico ao atuar na identificação, recrutamento e capacitação de mulheres para disputar eleições. O recrutamento político é uma variável central para as chances eleitorais das candidatas (Norris, 2013), e, como os partidos políticos têm o monopólio das candidaturas no Brasil — já que não há possibilidade de candidaturas avulsas, iniciativas que buscam ampliar o acesso das mulheres à política institucional tornam-se ainda mais relevantes. Dessa forma, tais iniciativas, que se colocam como uma alternativa para a inserção das mulheres, pessoas negras e outros grupos marginalizados na política brasileira, não apenas contribuem para ampliar a presença feminina na política, mas buscam desafiar as limitações impostas pelo próprio sistema partidário. Em vista de suas principais atuações, focadas na competição eleitoral, elas não necessariamente visam pressionar os partidos políticos, mas atuar onde eles não estão apresentando um bom desempenho.

As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas adotam uma perspectiva crítica em relação ao sistema político, ao mesmo tempo em que buscam incidir sobre ele por meio do suporte às candidatas. Embora seu foco inicial não seja pressionar diretamente os partidos, elas atuam paralelamente para fortalecer as candidaturas, o que abre possibilidades para que haja algum nível de interação com essas organizações, seja antes, durante ou após as eleições. Nesse contexto, é fundamental considerar os limites e desafios enfrentados tanto pelas iniciativas quanto pelas candidatas na construção dessa relação com os partidos. Ainda que atuem de forma suprapartidária e apartidária, essas iniciativas desempenham um papel significativo no recrutamento político, operando como uma via alternativa ao sistema partidário, sem, contudo, excluir a possibilidade de interlocução com os partidos. Portanto, esta pesquisa busca compreender: Como as Iniciativas de

Formação e Apoio a Candidatas atuam no recrutamento político e estruturam sua relação com os partidos políticos na dinâmica eleitoral?

Justificativa

As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas surgiram no Brasil a partir de 2018, apresentando diferentes formas de organização e estratégias perante seus objetivos (Gatto, Russo e Thomé, 2021). Iniciativas como o Vote Nelas, Elas no Poder, PartidA e Iniciativa Brazilianas foram algumas das pioneiras desse fenômeno no Brasil e, apesar de terem suas especificidades de atuação, orientam-se sob uma característica em comum, de voltarem seus esforços primordialmente para a representação política de mulheres na política institucional. Apesar da emergência em 2018, diversas iniciativas passaram a se destacar nas eleições municipais de 2020, e seguiram atuantes nas eleições seguintes. Em 2022, por exemplo, incluindo não somente as iniciativas que apoiam exclusivamente mulheres, ao menos 859 candidaturas foram lançadas em 27 organizações, das quais 99 foram eleitas (Gatto e Thomé, 2024).

Apesar das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas não serem em sua totalidade movimentos sociais — algumas o são, outras consideram-se organizações da sociedade civil, por exemplo (Gatto e Thomé, 2024), compartilham repertórios de ação e estratégias que as aproximam desse campo de estudo. Sabendo que os movimentos sociais, assim como os partidos políticos, exercem papéis fundamentais e, por vezes, complementares no que se refere à representação política, abordá-las por essa literatura parece adequado. De um lado, os partidos estruturam a competição eleitoral, selecionam as candidaturas, canalizam os interesses coletivos da sociedade no debate público (Amaral, 2013); de outro, os movimentos sociais se organizam em prol da ação coletiva, apoiando-se num conjunto diverso de práticas, e influenciando na tomada de decisões (Tilly, 2010), ambos representando distintamente o exercício da democracia. Apesar da complementaridade entre ambos, as literaturas acerca desses dois atores, até pouco tempo, caminhavam à parte, sem que houvesse um diálogo entre elas, e a interação entre eles têm sido apontada como um problema de pesquisa a ser vislumbrado (McAdam e Tarrow, 2010; 2013).

A interação das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas com os partidos políticos na dinâmica eleitoral surge como um objeto possível de estudo, essencial para compreender as estratégias híbridas dessas organizações, que, ora atuam como movimentos sociais, ora se aproximam das funções dos partidos políticos. Embora essas iniciativas sejam, em sua essência, alternativas ao sistema partidário tradicional, principalmente no que se refere ao recrutamento e apoio a candidatas, elas não se distanciam totalmente dos partidos e podem interagir de diferentes formas com eles. No entanto, o que se sabe sobre essa relação é que os partidos, em geral, demonstram desconhecimento ou desagrado em relação a essas iniciativas (Gatto e Thomé, 2024), o que revela a nebulosidade que ainda envolve essa interação. As práticas de recrutamento político, historicamente atribuídas aos partidos, mas que também têm sido exercidas por essas iniciativas, são também um ponto chave a se vislumbrar.

Apesar de avanços, os estudos no contexto brasileiro sobre as interações entre os movimentos sociais e o sistema político, usualmente, enfatizaram a relação com o Executivo (Abers e von Bülow, 2011), enquanto a interação focada no Legislativo é mais rara (Abers et al, 2014). Estudos que envolvam a interação de movimentos sociais com os partidos políticos na dinâmica eleitoral ainda são escassos. Moura (2019), ao analisar os Movimentos de Renovação Política, Abers e Tatagiba (2022), em análise do processo eleitoral de 2022 sob a ótica de movimentos de esquerda e direita, e Spina (2022), ao analisar movimentos de direita, Almeida (2024) ao abordar os mandatos e candidaturas coletivas, são alguns estudos que identificam empiricamente como movimentos sociais se valem do repertório eleitoral para promover seus objetivos, sendo exemplos do avanço dessa agenda de pesquisa.

O estudo de Almeida e Lüchmann (2022), que aborda as candidaturas e mandatos coletivos na dinâmica eleitoral, destaca como os movimentos sociais vêm adotando o caminho para a institucionalidade como forma de promover uma representação mais justa, sobretudo no que se refere a grupos marginalizados. As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas parecem seguir na mesma direção, uma vez que versam sobre questões de promoção de acesso de grupos marginalizados às instituições representativas. Estudar as Iniciativas é necessário,

sobretudo para contribuir para esse campo que analisa as interações entre movimentos sociais e partidos políticos, especialmente na dinâmica eleitoral. O recrutamento político, nesse sentido, também é um ponto importante de se analisar, tendo em vista que, apesar de ser uma função histórica e tradicionalmente atribuída aos partidos, as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas têm atuado nesse sentido, com um foco particular na inclusão de mulheres no processo eleitoral, no caso das iniciativas analisadas nesta pesquisa.

Objetivos

Objetivo geral: Analisar a atuação das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas no recrutamento político e a forma como estruturam sua relação com os partidos políticos na dinâmica eleitoral.

Objetivos específicos:

- i) Analisar comparativamente como se constituem as iniciativas de apoio e formação a candidatas, suas formas de organização e estratégias de atuação para recrutar e promover candidaturas de mulheres;
- ii) Identificar as iniciativas a partir dos vínculos estabelecidos entre elas, os partidos políticos, movimentos sociais e outras organizações;
- iii) Investigar as interações entre as iniciativas e os partidos políticos na dinâmica eleitoral, se atentando para as estratégias das iniciativas no recrutamento e suas percepções acerca dos partidos políticos;
- iv) Explorar a perspectiva das candidatas promovidas por essas iniciativas acerca do apoio das iniciativas em comparação aos partidos políticos.

Delimitação do Objeto

Esta pesquisa realizou um estudo de caso comparado com três iniciativas, que apoiam somente mulheres, e promovem formações personalizadas: Mulheres Negras Decidem, A Tenda das Candidatas e Goianas na Urna. A justificativa será apontada no capítulo metodológico, mas pode-se destacar que todas compartilham similaridades nos repertórios adotados, visam um distanciamento partidário e tiveram, em certa medida, êxito nas eleições em que atuaram. Apesar da similaridade de repertório e da visão para com os partidos, Mulheres Negras

Decidem e A Tenda das Candidatas são iniciativas de abrangência nacional, enquanto Goianas na Urna possui uma atuação regional, no estado de Goiás.

A Tenda das Candidatas foi fundada em 2020, possuindo abrangência nacional, atuando voltada apenas para mulheres, mas com foco em identidades negras, LGBTQIAPN+, PCDs, quilombolas e indígenas. A iniciativa identifica-se como “um projeto múltiplo, que não se restringe aos limites do que se entende por política, [...] uma tecnologia social que capacita lideranças feministas, antirracistas e defensoras dos direitos humanos, ensinando-as a fazer campanhas eleitorais” (A Tenda das Candidatas, 2020). A Tenda das Candidatas tem como seus repertórios de ação não apenas o recrutamento e formação de candidatas, fomentando também ações de pesquisa, conscientização social, incidência política e legislativa e na construção de redes de apoio de mulheres na política. Em 2020 apoiou mais de 400 candidatas, sendo que 10 candidatas foram de forma personalizada, distribuídas em 4 partidos, das quais 2 foram eleitas e 4 foram diplomadas como suplentes, e em 2022, deu suporte a 90 candidatas, sendo 10 com apoio personalizado. Os partidos das candidatas são de um espectro ideológico mais próximo, de centro-esquerda.

Goianas na Urna foi idealizada após o período eleitoral de 2018, e atuou, inicialmente, apenas no município de Goiânia, expandindo depois para o estado de Goiás. A iniciativa se intitula a partir de diferentes formas em suas plataformas on-line, ora se definindo como uma escola de formação política voltada para mulheres, ora como projeto suprapartidário, organização, comunidade ou apenas um projeto. Apesar das múltiplas formas de autoidentificação da iniciativa, seus objetivos principais permanecem os mesmos: impulsionar mulheres para a competição eleitoral, promovendo maior representatividade feminina em espaços de poder. Para além disso, o combate a candidaturas laranja também é um dos focos da iniciativa, dada a presença dessas candidaturas nos partidos políticos como forma de burlar as cotas de gênero. Em sua primeira eleição, em 2020, a iniciativa apoiou 20 candidatas de 16 partidos diferentes, de diferentes espectros ideológicos, tanto na esquerda quanto na direita, elegendo 5 vereadoras e 15 suplentes diplomadas e em 2022, apesar de apoiar 12 candidatas, nenhuma foi eleita como deputada federal ou estadual, mas 7 foram diplomadas como suplentes.

A iniciativa Mulheres Negras Decidem, fundada em 2018, também possui abrangência nacional, e busca perfis exclusivamente de mulheres negras. A iniciativa, apesar de institucionalizada, define-se como um movimento social, e também atua para além do período eleitoral, apesar de suas pautas se voltarem em geral para a representação de mulheres negras. Dentre seus repertórios, para além do recrutamento e apoio às candidatas, a iniciativa promove a elaboração de pesquisas, incidência política no legislativo e a realização de campanhas nacionais de conscientização sobre a temática da representação política de mulheres negras. A partir de uma parceria com o Instituto Marielle Franco em 2022, a iniciativa Estamos Prontas foi lançada, na qual objetivava-se apoiar 27 mulheres, uma em cada unidade federativa do país, nas eleições daquele mesmo ano. Foram eleitas com o apoio da iniciativa duas deputadas estaduais, além de terem conquistado 16 suplências para o cargo. Assim como A Tenda das Candidatas, o espectro ideológico dos partidos políticos das candidatas estavam concentrados na centro-esquerda.

Estrutura da Dissertação

A dissertação será dividida em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo será apresentado algumas discussões da literatura sobre movimentos sociais e partidos políticos, bem como na interação entre esses atores. Inicialmente, será discutido o papel dos partidos políticos, abordando suas concepções e a sua centralidade para as democracias contemporâneas, as mudanças vivenciadas por eles e o panorama atual no contexto brasileiro. Os movimentos sociais também serão discutidos, enquanto atores que também incidem na representação política sob diferentes formas, visto que também são centrais para o exercício democrático. Será apresentada uma discussão em torno de como os movimentos sociais desenvolvem repertórios estratégicos, de ação e interação com o sistema político, focando na interação com os partidos e escolha eleitoral. Ainda, o debate sobre como ocorre o recrutamento político nos partidos e nos movimentos também será apresentado.

O segundo capítulo aborda a proposta metodológica utilizada nesta pesquisa, apresentando a justificativa para a escolha dos casos, a opção da coleta de dados e a técnica utilizada para a análise dos dados. É brevemente apresentado o perfil das iniciativas a serem analisadas, se atentando para questões como

fundadoras, financiamento, objetivos, resultados obtidos, espectro ideológico etc. A coleta de dados é apresentada pela escolha da análise documental e entrevistas, apontando as fontes com as quais foram colhidos os dados — mídias sociais oficiais e sítios eletrônicos das iniciativas e entrevistas semiestruturadas feitas com coordenadoras das iniciativas e candidatas apoiadas por elas. Por fim, é apresentada a técnica usada para a análise, sendo essa a análise de conteúdo, abordando a forma como os dados foram codificados, as categorias geradas e suas explicações.

O terceiro capítulo apresenta parcialmente os resultados da pesquisa, abordando questões como o contexto político em que emergiram as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, como elas se constituem em linhas gerais e como se constituem as três iniciativas analisadas. Primeiramente, é abordado o cenário político em que as iniciativas foram constituídas, para compreender os estímulos que culminaram na criação das Iniciativas estudadas. Em seguida, é abordado como se constituem as iniciativas de maneira geral, apontando as trajetórias, os objetivos e as formas como atuam. Por fim, é apresentada a constituição dos casos analisados, focando na trajetória da formação, a estrutura organizacional, repertórios de ação e resultados obtidos nas eleições. Este capítulo apresenta tanto aspectos identificados nos documentos coletados nas mídias sociais e sítios eletrônicos das iniciativas quanto das entrevistas realizadas.

No quarto capítulo é apresentado os resultados e discussão acerca dos dois principais eixos desta pesquisa, que se centram no recrutamento político e na interação das iniciativas de formação e apoio a candidatas com os partidos políticos em contextos eleitorais. São apresentadas as principais estratégias de recrutamento e apoio oferecidas pelas iniciativas Goianas na Urna, Mulheres Negras Decidem e A Tenda das Candidatas para as mulheres apoiadas. O capítulo também aborda as interações entre as iniciativas em questão e os partidos políticos, examinando como essas relações se configuram na dinâmica eleitoral. A discussão é apresentada em diálogo com a literatura apresentada no primeiro capítulo, em vista de estabelecer uma análise da atuação das iniciativas em áreas entendidas como tipicamente partidárias.

Por fim, as considerações finais do trabalho retomam os objetivos da pesquisa, realizando conclusões sobre cada ponto abordado, além de apresentar as limitações da pesquisa e sugestão de agenda para pesquisas futuras.

1 Caracterizando Partidos Políticos, Movimentos Sociais e suas Interações

Neste capítulo serão apresentados alguns dos aspectos que centram a literatura que aborda movimentos sociais e partidos políticos. Inicialmente, é proposta a apresentação desses dois atores enquanto centrais para as democracias representativas, apontando suas características principais, transformações e diferentes formas de atuação, além das interações que podem ser estabelecidas entre esses atores. Em sequência, é abordado o que diz a literatura sobre o recrutamento político realizado pelos partidos políticos e o recrutamento/mobilização realizado pelos movimentos sociais.

1.1 Os Partidos Políticos e suas Transformações

Os partidos são um dos atores centrais e definidores da democracia representativa, sendo a democracia impensável sem os partidos (Schattschneider, 1942). Historicamente, eles têm dominado a política institucional, sendo atores que servem como uma ponte entre o eleitorado e o governo, representando diversos interesses, identidades e grupos dentro da sociedade (Bardi, 2014). A representação política, portanto, esteve intrinsecamente ligada a eles, que a partir das eleições, legitimam os interesses dos cidadãos (Rosanvallon, 2011). Além disso, exercem diversas funções que viabilizam as democracias, como o recrutamento de candidatos e lideranças políticas e para os cargos públicos e na organização do governo, mobilização por apoio eleitoral, a estruturação de agendas políticas, articulação e agregação dos interesses da sociedade civil e a formação de governos (Mair, 2003; Amaral, 2013). No entanto, ao longo dos anos, sua atuação nas sociedades tem sofrido diversas alterações, muitas dessas alterando negativamente a percepção quanto em relação a eles.

Ao longo da existência dos partidos políticos, houve uma evolução em seus modelos de análise, que foram constantemente ampliados. Como apontado por Oliveira (2016), eles são analisados a partir da relação com a sociedade civil, a partir de suas dimensões organizacionais ou mesmo pela aproximação com o Estado. Quatro modelos de partidos emergiram progressivamente, sem que necessariamente um tenha substituído o outro: o partido de quadros, o partido massas, o *catch all* e, por último, o modelo de partidos de cartel (Katz e Mair, 1995). As discussões em torno do declínio ou crise dos partidos se dão, em grande medida,

pela ideia de que o partido de massa seria o modelo ideal de organização partidária e de que os partidos cartéis geram consequências significativas na disputa entre partidos e para o exercício democrático.

Obter acesso aos recursos financeiros e materiais que o Estado proporciona tornou-se algo primário para o modelo de partido cartel, o qual visa a sobrevivência no mercado político, além de cooperarem entre si para controlar esse mercado. Além disso, com a emergência do partido cartel, as relações entre Estado, partidos políticos e sociedade civil passam a operar sobre uma outra lógica, na qual a aproximação dos partidos com o Estado se faz prevalente, e o afastamento da sociedade civil fica mais evidente. Assim, Katz e Mair (1995) observam uma tendência rumo à dependência de recursos estatais em vez de recursos de filiação, tanto em termos de pessoal quanto financeiros. Como consequência, as tendências de declínio da filiação enfraquecem a legitimidade do partido, o papel dos programas partidários e da ideologia política e conferem importância ao período eleitoral, tendo a função procedimental como sua função essencial na atualidade (Mair, 2003). As mudanças na forma de atuação dos partidos políticos, não indicam eminentemente uma crise vivenciada por eles ou uma crise de representação (Katz e Mair, 1995; Mair, 2003; Manin, 2013), entretanto, há consequências relevantes para a representação política.

A representação, apesar de nunca ter sido atividade exclusiva dos partidos políticos, tem sido uma função cada vez mais realizada por movimentos e associações da sociedade civil (Mair, 2003). Assim, ao passo que os partidos políticos aproximam-se do Estado, a sociedade civil aproxima-se de outros processos de representação. A fragmentação da representação política, por um lado, pode ser vista como um sintoma do declínio dos partidos políticos em sua função representativa, mas expressa também um processo positivo na contribuição para a pluralidade do debate, abrindo espaço para a maior participação da sociedade civil no papel da representação. Essa mudança reflete uma complexa dinâmica que envolve a crescente profissionalização da política, a fragmentação das identidades sociais e a busca por novas formas de participação e engajamento político.

As transformações experienciadas pelos partidos políticos resultaram, portanto, em mudanças nas interações entre eles e a sociedade civil, sobretudo no que consiste em seu papel de mediadores entre ela e o Estado (Della Porta e Chironi, 2015). Essa mudança pode ser evidenciada de forma global, mas sobretudo na América Latina, que demonstra que os níveis de confiança da sociedade civil para com partidos mantêm-se baixos há anos (Latinobarômetro, 2023), com níveis de 77% afirmando que eles não funcionam adequadamente. Apesar disso, o recrutamento de candidatos ainda é um papel substancial desempenhado pelos partidos políticos, que monopolizam essa função, visto que não é possível candidatar-se sem possuir vínculo partidário, ao menos no contexto brasileiro. No entanto, o recrutamento de candidatos a serem apoiados pelos partidos políticos na dinâmica eleitoral, por vezes não reflete a sociedade. Retomando a cartelização dos partidos, Katz e Mair (2009) compreendem que a função representativa dos partidos não é mais devidamente realizada por eles, abrindo espaço para lideranças populistas e agremiações “antipartidos”. A preocupação em alcançar as instituições e manter-se no poder passa a sobressair-se ao papel representativo antes exercido como fundamento dos partidos. Exercendo papéis e relações diferentes com a sociedade, outros atores inserem-se na dinâmica representativa, alçando espaços antes ocupados essencialmente pelos partidos.

A crise ou declínio dos partidos políticos, portanto, revela que tanto os sentimentos dos cidadãos para com eles quanto a aproximação deles com o Estado reiteram a desconexão entre sociedade civil e partidos, sobretudo na representação. Dado esse contexto sob o qual os partidos políticos são amplamente percebidos de forma negativa pela sociedade, outros atores se fazem necessários para realizar a mediação entre as instituições e a sociedade civil (Della Porta e Chironi, 2015). Desconectados dos partidos políticos, o elo entre sociedade e partidos parece ter se desordenado, abrindo caminho para outros atores realizarem essa conexão. Diante disso, Gomez Ribas (2017) indica que, especialmente na mobilização de eleitores, mas também em outras tarefas típicas dos partidos políticos, os movimentos sociais passam a ocupar esses espaços que antes eram exclusivos dos partidos políticos.

No contexto brasileiro, o desenvolvimento do sistema partidário se deu de maneira distinta em relação ao modelo apresentado por Katz e Mair (1995), especialmente no que tange à aproximação entre partidos e o Estado. Os partidos

políticos no Brasil nasceram intimamente ligados ao Estado, uma vez que o país possuía uma organização estatal forte no período da Era Vargas, a partir de 1930, e que perdurou mesmo posteriormente, entre 1945 e 1964, tendo efeitos diretos na configuração do sistema partidário sendo um fator estruturante de seu funcionamento (Campello de Souza, 1976). Essa questão também é apontada como fator que reduziu a capacidade dos partidos políticos de desempenharem sua função representativa de forma eficaz, uma vez que estiveram desde sua gênese no país, ligados à influência centralizadora do Estado e dependente de seus recursos. O sistema partidário no Brasil, portanto, não seguiu a sequência de partidos de massa, *catch-all* e, posteriormente, cartel, como observado em outros países.

Enquanto o modelo proposto por Katz e Mair serve como um referencial para entender o desenvolvimento de partidos em outras democracias, o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) ilustra particularidades do caso brasileiro. O PT emerge como um exemplo mais próximo do que se entende por partido de massas, o primeiro a surgir no Brasil (Meneguello, 1989). Fundado em 1980, durante o período de redemocratização do Brasil, o PT foi constituído a partir de uma ampla articulação de movimentos sociais, sindicatos, intelectuais e setores populares, buscando representar diretamente os interesses da classe trabalhadora. Apesar disso, parte da literatura que versa sobre o caso específico do PT indica que ele seguiu um caminho cada vez mais próximo do Estado, uma vez que passou a mobilizar estratégias para aumentar sua abrangência eleitoral, valendo-se de mais flexibilidade nas alianças e candidaturas (Meneguello, 1989), bem como quando alcançou espaços nas estruturas de governo e distanciou-se de suas bases (Ribeiro, 2010), aproximando-se do modelo de partido cartel proposto por Katz e Mair (1995). Embora o PT tenha seguido um caminho que foge da linearidade proposta por Katz e Mair, suas transformações e proximidade ao Estado não foram um fenômeno isolado, mas refletem algo comum do sistema partidário brasileiro como um todo, mesmo após a redemocratização.

A consolidação do atual sistema partidário começou a se desenhar mais claramente no período de redemocratização, sobretudo a partir da Constituição de 1988, dando início à constituição de novas siglas partidárias, estabelecimento de um sistema multipartidário e processo de estabilização das disputas políticas (Vieira, Fernandez e Mesquita, 2018). A partir de 1994, há uma maior regularidade nas

disputas eleitorais, especialmente nas eleições presidenciais, além do declínio da volatilidade eleitoral nas eleições para presidente e deputado federal (Carreirão, 2014). Por outro lado, argumentos contrários sugerem que a fragmentação partidária é um problema significativo que gera instabilidade na política (Carreirão, 2014). Além disso, a relação próxima ao Estado, presente desde a Era Vargas, se manteve após a redemocratização, sobretudo em vista da obtenção de recursos (Meneguello e Amaral, 2008). A aproximação com o Estado, entretanto, teve uma série de consequências, como a profissionalização das estruturas partidárias, diluição de ideologias e distanciamento das bases sociais (Meneguello e Amaral, 2008). A consolidação do sistema partidário brasileiro pode ser vista como uma construção contínua e, muitas vezes, contraditória, em que, embora se tenha avançado na estruturação e regularização da competição política, ainda persiste uma dinâmica de interdependência com o Estado, afetando a percepção pública e a confiança nas instituições partidárias.

Dentre as diversas instituições democráticas presentes no Brasil, os partidos políticos são as que possuem as menores porcentagens relacionadas ao desempenho e confiança, tendo o pico de confiança em 2002, com 42,3% e o menor nível em 12,1% em 2018 (Meneguello e Del Porto, 2022). Em grande medida, essa desconfiança em relação aos partidos é ressaltada pela percepção de que os partidos estão mais ligados ao Estado do que à sociedade civil. Ainda, associados à desconfiança da população em relação aos partidos políticos estão outros fatores, como escândalos de corrupção, fragmentação partidária na qual há pouca estruturação de suas bases, além do próprio sentimento antipartidário que intensificou-se no contexto da crise política no Brasil nos últimos anos (Meneguello e Amaral, 2022). Esta crise, no entanto, é uma “crise da democracia partidária. Não se trata simplesmente de uma crise de confiança nas instituições, mas um efeito do regime centralizador e pouco democrático que reina nos diferentes partidos políticos” (Marques, 2021, p.16), e que ressoa, dentre uma série de outras questões, na representação política de mulheres.

Ao lado de uma série de críticas voltadas aos partidos políticos, é fundamental destacar a persistente sub-representação de mulheres na política institucional. Nesse contexto, a estruturação partidária, que combina a centralidade do Estado com grande autonomia para os partidos, reflete fragilidades na

representação política e no funcionamento das próprias legendas. A saber, a forma como organizam a distribuição de recursos para gênero, por exemplo, e outras questões internas dos partidos permanecem fortemente centralizadas nas cúpulas partidárias (Sacchet, Rezende, 2021). Mesmo em partidos com maior abertura para movimentos como o negro e o feminista, como o PT e o PDT, mulheres e pessoas negras continuam excluídas dos processos decisórios (Rios, 2014). Além disso, embora as mulheres representem um número expressivo das pessoas filiadas a partidos políticos no Brasil, cerca de 44,28%, elas ocupam apenas 20% das posições de liderança partidária, e 70% não se sentem representadas por essas lideranças (Instituto Alziras, 2020). Apesar disso, cabe mencionar que vários partidos políticos têm adotado ações afirmativas em suas estruturas organizacionais, como setoriais de mulheres, pessoas negras e outros grupos marginalizados, além de cotas para a maior presença de mulheres e pessoas negras nas direções partidárias, como PSOL e PT na esquerda ou o PSDB no espectro de direita (Rezende, Sarmiento, Tavares, 2020). Apesar dessas ações afirmativas para inclusão de grupos na estrutura partidária, essas medidas não têm ainda se refletido amplamente no perfil dos eleitos, em vista da limitação de acesso a recursos, do perfil de candidatura priorizada – tópico a ser explorado nas próximas seções – e da própria centralização de lideranças (Sacchet e Rezende, 2021).

O acesso de grupos marginalizados às diferentes esferas de representação política importa, sobretudo pela oportunidade de dar voz às perspectivas e vivências deles, que enriquecem a tomada de decisões (Young, 2000). As mulheres, assim como outros grupos marginalizados, encontram-se na “periferia dos partidos, fora dos espaços decisórios institucionais, [...] o que implica baixo poder decisório” (Marques, 2021) e, por consequência, a ausência de suas perspectivas e demandas devidamente representadas e atendidas nas estruturas partidárias. Embora haja o avanço nas legislações eleitorais voltadas para a promoção de maior representação feminina, as estruturas partidárias demonstram, com frequência, resistências a essas medidas. A introdução de cotas de gênero e a exigência de financiamento específico para candidaturas femininas, por exemplo, ainda não se traduzem em uma inclusão efetiva das mulheres nos espaços decisórios. Entende-se que há um padrão que privilegia homens no recrutamento partidário, seja enquanto candidatos,

seja nas estruturas internas dos partidos, contribuindo para a desigualdade de gênero (Marques, 2021).

Nesse contexto de sub-representação feminina, os movimentos sociais, têm buscado outras formas de atuação política em resposta a esse problema. A exemplo, as candidaturas coletivas, a partir dos movimentos negro e feminista, buscam se colocar como uma opção para a sub-representação desses grupos (Almeida e Lüchmann, 2022). As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, objeto desta pesquisa, também se colocam em posição semelhante, uma vez que incidem diretamente nas eleições, focando na promoção da representação de mulheres. Ao se aproximarem da política institucional, buscam influenciar na representação política, em grande medida, como uma resposta aos partidos políticos, que, conforme destacado, frequentemente falham em garantir uma representação igualitária para as mulheres e outros grupos marginalizados.

1.2 Movimentos Sociais e os Diferentes Repertórios de Ação

A articulação dos interesses coletivos nas democracias representativas não se limita aos partidos políticos ou outros atores dos âmbitos institucionais, sendo exercida, também, por movimentos sociais, organizações da sociedade civil, entre outros. Nesse sentido, cabe destacar nesta dissertação as concepções teóricas sobre movimentos sociais, que são diversas e ampliam a compreensão acerca das formas de organização e atuação desses atores. Tendo em vista o objeto desta pesquisa, as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, que embora não se definam em sua totalidade como movimentos sociais, compartilham repertórios comuns a eles, é necessário mobilizar esta literatura para discutir e aprofundar o entendimento acerca desses atores e suas formas de organização e mobilização.

Em linhas gerais, ação coletiva é uma categoria ampla que reverbera sob diferentes formas, como grupos de interesses, protestos ou mesmo ações entre duas ou mais pessoas que almejam um objetivo em comum (Snow et al, 2018). A ação coletiva é uma importante catalisadora de mudanças sociais, sobretudo quando falamos dos movimentos sociais (Tarrow, 1994). Estes, por sua vez, carecem de um consenso em sua definição, diferindo no que se é enfatizado e no que é desconsiderado. Entretanto, como destacado por Snow et al (2018), a maioria das definições relativas aos movimentos sociais baseiam-se na ação conjunta, nos

objetivos e reivindicações voltados para algum tipo de mudança, em ações extra institucionais, em organização e continuidade temporal.

Para Touraine (1985), os movimentos sociais são projetos culturais e, também, conflitos sociais, não lutas por poder, e empreendem um papel indispensável tanto na transformação social quanto cultural das sociedades, além de se basearem em conflitos coletivos. Já Melucci (1996) ressalta a identidade coletiva dos movimentos e a autonomia, a identidade enquanto algo construído e compartilhado por eles em relação à orientação de suas ações e a autonomia enquanto capacidade, dada a própria forma com a qual eles se orientam. Ambos dialogam ao abordar os movimentos sociais como ação coletiva que também está inserida numa lógica de conflito, e ambos ressaltam o compartilhamento de identidades na constituição dos movimentos sociais. Nessa visão da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), eles são atores extrainstitucionais, e o conflito é parte inerente da razão dos movimentos.

A Teoria do Processo Político (TPP), ao conceitualizar os movimentos sociais sustenta que estes atores, além dos objetivos compartilhados, atuam em desafio para com seus opositores (Tarrow, 2009). Charles Tilly (1984), um dos principais nomes da TPP, afirma que os movimentos sociais são

uma série sustentada de interações entre detentores de poder e pessoas que afirmam com sucesso falar em nome de uma comunidade carente de representação formal, durante a qual essas pessoas fazem demandas publicamente visíveis por mudanças na distribuição ou exercício do poder, e apoiam essas demandas com demonstrações públicas de apoio (p. 306, tradução nossa)

O problema com essa definição é que ela não distingue claramente os movimentos sociais de grupos de interesse e outras formas de ação coletiva. Revisitando o conceito, Tilly e Tarrow (2015) propõem quatro requisitos que compõem os movimentos sociais: ações sustentadas de reivindicação; performances públicas; exibições públicas repetidas de valor, unidade, números e comprometimento e, por último, as formas de organizações que os sustentam. Essa combinação de ações, performances, exibições e organizações seriam o que representam os movimentos sociais, cabendo destacar aqui o terceiro ponto, que comporta o “VUNC” (valor, unidade, números e comprometimento). A identidade é o que marca esse ponto, vinculando o que é ou não um movimento social, sendo fundamental para que o movimento se diferencie de outros grupos e que sua

posição seja identificada. Essa definição amplia o que se entende por movimentos sociais, e também sublinha a flexibilidade organizacional e a diversidade de repertórios de ação que podem ser adotados. Ao incorporar variadas formas de mobilização, a noção de repertórios de ação destaca a fluidez com a qual os movimentos podem atuar, sem que necessariamente haja limitações acerca de como eles devem ou não atuar.

Repertórios de ação, nesse sentido, podem ser compreendidos como as formas pelas quais os movimentos sociais se organizam em prol da ação coletiva, apoiando-se num conjunto diversificado de práticas, como reivindicações conjuntas, formação de grupos, alianças, encontros públicos, manifestações, entre outros (Tilly, 2010). Essas diferentes formas de engajamento, de repertórios de ação, refletem a capacidade dos movimentos sociais de mobilizar apoio e chamar a atenção para questões específicas, influenciando assim a agenda política e social. Diferentes condições ou situações, como demandas, os espaços institucionais disponíveis, os apoios e recursos, influenciam nos repertórios adotados pelos movimentos, não restringindo-os a uma abordagem única em suas ações, ressaltando a dinamicidade com a qual os movimentos sociais podem operar.

A partir dos repertórios de ação, surge também uma adaptação do conceito, os “repertórios organizacionais”, promovido por Clemens (2010), que versa sobre as escolhas dos formatos e táticas dos movimentos sociais. A organização dos movimentos pode ser diversa, marcadas pelas suas experiências e pelas possibilidades disponíveis, além dos repertórios organizacionais poderem aproximar ou distanciar os movimentos de outros atores (Clemens, 2010). Os movimentos sociais, portanto, são heterogêneos, são diversos: podem seguir modelos mais centralizados, burocráticos e profissionais, mas também podem seguir modelos descentralizados (Carlos, 2015). Ao incorporar noções de repertórios, seja de ação ou organizacionais, é perceptível a fluidez com a qual os movimentos podem atuar, se mobilizar e se organizar. Movimentos sociais podem se adaptar às circunstâncias, criando formas diferentes de ativismo, de mobilização, que não necessariamente se conformam aos padrões convencionais, refletindo a diversidade de possibilidades de ação.

Ainda, cabe destacar a concepção relacional de movimentos sociais, na qual entende-se que eles são um tipo específico de ação coletiva que combina três dimensões: a capacidade de anunciar e sustentar um conflito, com oponentes claramente definidos; a presença de redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações; e a existência de uma identidade compartilhada (della Porta e Diani, 2006). Nesse sentido, surge também a ideia de organização de movimento social, que se caracteriza pela diversidade de formas e funções desempenhadas por organizações que compõem um movimento social. Segundo della Porta (2009), as organizações de movimento social são essenciais para a mobilização e manutenção de ações coletivas, desempenhando um papel central na continuidade das ações políticas, e operam dentro de lógicas distintas, podendo ser mais estruturadas, como organizações da sociedade civil, ou mais flexíveis e informais, como coletivos. Entende-se, portanto, que movimentos sociais, apesar de não serem organizações em si, podem abranger diferentes organizações, a depender das circunstâncias. Nesse sentido, della Porta e Diani (2009) assinalaram a importância de reconhecer que há uma heterogeneidade de formas organizacionais adotadas pelas organizações de movimentos sociais, que se inserem na concepção relacional dos movimentos sociais.

Diani e Bison (2010) também adotam um conceito dos movimentos sociais a partir de uma abordagem relacional. Os movimentos sociais, nessa abordagem, detêm uma multiplicidade de atores conectados por redes informais que, além de compartilharem uma identidade coletiva, estão engajados em interações conflituosas com outros atores. É a partir dessas três principais características que se possibilita, então, diferenciar os movimentos sociais de outras formas de organização e mobilização coletiva. Nessa definição, portanto, o caráter conflituoso é evidenciado, no entanto, não são descartadas as dinâmicas consensuais, que fogem da lógica conflituosa, sendo ressaltada que a escolha dos repertórios depende de uma série de fatores (Diani, 1992; Diani e Bison, 2010). Ao pensarmos essas redes informais compostas por diversos atores, diferentes organizações de movimentos sociais podem ser idealizadas, mesmo que reivindicando serem de um único movimento social, podendo ter diferentes repertórios de ação para alcançar seus objetivos.

Um último ponto relevante para caracterização dos movimentos sociais e definição do objetivo de estudo desta dissertação diz respeito à dicotomia entre

movimentos sociais e sistema político. Abers e von Bülow (2011), atentando-se para a abordagem relacional, posicionam-se contrariamente a essas concepções:

Se pensarmos o Estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizativo distinto, dificilmente conseguiremos reconhecer redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais. Porém, como sugerimos a seguir, na América Latina – e, em particular, no Brasil – as redes de movimentos sociais muitas vezes cruzam essas fronteiras (p. 64)

Conforme destacam, a ideia da separação entre sociedade civil e Estado impede que se avance nos estudos acerca da variedade de interações entre movimentos e o sistema político, mantendo essas interações e vínculos de forma oculta. Além disso, essa visão dicotômica entre Estado e movimentos sociais ignora como ativistas e organizações muitas vezes transitam entre essas esferas, ocupando espaços institucionais sem abandonar suas pautas transformadoras. No contexto brasileiro, por exemplo, é comum que lideranças de movimentos sociais assumam cargos públicos ou que políticas governamentais incorporem demandas históricas da sociedade civil, criando uma interpenetração entre Estado e mobilização social. Movimentos sociais não apenas pressionam o Estado externamente, mas também atuam a partir de dentro dele, com atores ocupando cargos públicos sem necessariamente abandonar suas identidades militantes.

Os movimentos sociais, por vezes enxergados tendo raízes fixas na sociedade civil, contrastam nestas abordagens do confronto político com a atuação dos partidos na arena política institucionalizada. Apesar de distintos, operando sob lógicas diferentes, esses atores se entrelaçam, estabelecendo interações que influenciam o cenário político. Abers, Almeida e von Bülow (2022), sem rejeitar as diferenças entre esses atores, defendem uma abordagem relacional dos movimentos sociais, que possibilita explorar a fluidez das interações entre esses atores e os partidos políticos. As autoras argumentam que, de um lado, o foco nos movimentos sociais a partir de performances conflituosas específicas ou do compartilhamento da identidade coletiva pode negligenciar aspectos importantes da ação e suas relações com diferentes setores da sociedade. De outro lado, focar nos partidos como centralizados na arena da política institucionalizada pode não levar em conta a complexidade e heterogeneidade das estruturas partidárias e suas relações com outros atores políticos e a sociedade.

Assim, a concepção de que os movimentos sociais estão necessariamente envolvidos em ações conflituosas com o Estado, sendo este visto como um oponente, é uma perspectiva que não contempla outras formas de interação entre esses atores. Ações mais discretas e negociações, que também são parte integrante da atuação dos movimentos, como diálogos internos ou petições públicas, têm o potencial de gerar resultados substanciais (Rossi, 2015). A atuação dos movimentos sociais, portanto, não se restringe a confrontos, mas inclui uma variedade de estratégias e repertórios tanto no sistema político como fora dele a depender do contexto e dos objetivos desejados (Goldstone, 2003). As organizações de movimentos sociais, mesmo que tenham origem em um mesmo movimento, por exemplo, o movimento feminista, podem ter repertórios divergentes, exprimindo como movimentos sociais podem ser dinâmicos a partir destas organizações.

Essa literatura tem avançado a ideia de que a fronteira entre política institucional e não institucional é tênue e permeável, e que o sistema político, por vezes, se desenvolve a partir dos movimentos sociais, seja, em resposta ou associação a eles, não demonstrando esse caráter essencialmente extra institucional (Goldstone, 2003). Nesse sentido, os movimentos sociais desenvolvem repertórios de ação não somente como confronto, mas também como colaboração, atuando por vezes de forma complementar com o sistema político, o que não quer dizer ausência de conflito. Abers, Serafim e Tatagiba (2014), trazem uma nova perspectiva sobre o conceito de repertório, a partir da atuação dos movimentos sociais no Estado brasileiro. O “repertório de interação”, conceito desenvolvido pelas autoras a partir de uma releitura do conceito de Charles Tilly, incorpora a diversidade de ações utilizadas pelos movimentos sociais brasileiros na interação com o Estado. O conceito amplia as visões sobre as formas com as quais os movimentos podem interagir com o sistema político, não se restringindo a um tipo específico de ação coletiva ou relação. Os repertórios de interação apresentam diferentes possibilidades de formas de interação entre Estado e sociedade, que podem abarcar protestos e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade e ocupação de cargos na burocracia e no Legislativo.

Pensando o contexto brasileiro, a reconfiguração do ativismo experienciada no país, sobretudo a partir das Jornadas de Junho, que incentivou novos atores a se organizarem politicamente, exprime como houve uma pluralização de movimentos e

organizações, além da diversidade de agendas políticas (Bringel e Pleyers, 2016). Os coletivos, os Movimentos de Renovação Política, as Candidaturas Coletivas e Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatos (Perez, 2019; Moura, 2019; Gatto, Russo, Thomé, 2021; Almeida, 2024) exemplificam essa pluralização a partir das diferentes formas de ação e organização política. Entende-se que diferentes formas de ação coletiva, de ativismo, podem ser realizadas, destacando a fluidez com a qual podem se desenvolver, sem necessariamente estarem inseridas em uma definição de movimento social.

Nesse sentido, destaca-se o objeto desta pesquisa, as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, que se enquadram sob diferentes modalidades, como movimentos sociais, organizações da sociedade civil, fórum, coletivo, entre outras (Gatto, Russo e Thomé, 2021). Apesar de não serem estritamente consideradas movimentos sociais, diversos pontos convergem com as definições de movimentos sociais, seja pelo aspecto das identidades coletivas compartilhadas, além de desenvolverem relações com movimentos sociais e organizações da sociedade civil; têm seus próprios repertórios de ação e interação com o sistema político. Desta forma, esta pesquisa identifica as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas sem restringi-las às concepções de movimentos sociais ou de ações coletivas voltadas para o conflito, mas entendendo-as como atores inseridos em organizações que estão próximas aos movimentos sociais, relacionam-se com o sistema político e desenvolvem diferentes formas de organização e repertórios de ação para alcançar seus objetivos.

Porém, essas organizações colocam novos desafios à literatura de movimentos sociais em interação com o sistema político, ao colocar no centro do debate dos ativistas o objetivo de influenciar a representação política eleitoral. Quais desafios enfrentam os movimentos quando da interação com partidos e eleições? Como olhar essa interação?

1.3 As Conexões entre Movimentos Sociais e Partidos Políticos

Partidos políticos e movimentos sociais, enquanto atores-chave no processo de representação democrática, exercem atividades, em alguns sentidos, similares e

também complementares (Kitschelt, 1993). Ambos contribuem na agregação e articulação de demandas e interesses dos cidadãos, apesar de atuarem, a princípio, em âmbitos diferentes, um na esfera não-institucional e outro na institucional. Os partidos políticos têm acesso direto ao governo e podem implementar seus programas, ao passo que os movimentos podem articular-se com eles, promovendo suas demandas. Analisar as dinâmicas variadas entre partidos e movimentos amplia nossa compreensão da representação política, visto que as interações entre as duas esferas são vastas, além de ambas estarem no cerne da representação política.

A literatura já mostrou como os movimentos sociais e sociedade civil podem atuar diretamente como representantes em diferentes arenas eleitorais e não eleitorais. Para Almeida (2014), os atores da sociedade civil atuam em diferentes canais, sendo estes constitutivos da representação política ao invés de coadjuvantes. O Estado, apesar de possuir um papel inegavelmente necessário na representação política, sobretudo pelos partidos políticos, não pode restringir a representação por outros meios. Nesse sentido, a participação dos cidadãos para além das eleições, como instituições de participação, canais de intermediação e na esfera pública, é um importante aspecto que constitui a representação política (Almeida, 2014). Os movimentos sociais, enquanto canalizadores de interesses e demandas da sociedade, assumem um papel fundamental na construção de uma democracia mais plural e participativa e na ampliação da representação política.

Além de exercer *de facto* representação política, a sociedade civil muitas vezes se engaja com as instituições representativas e influencia dinâmicas partidárias e eleitorais de diferentes formas. Mesmo quando se toma o tipo mais confrontacional de atuação de movimentos, como os protestos, pesquisas apontam sua influência nos partidos políticos e suas decisões, bem como no resultado das eleições (Gold e Peña, 2018; Gillion e Soule, 2018). Há, também, o reconhecimento de relações tanto colaborativas quanto contenciosas entre movimentos sociais e partidos políticos: eles podem interagir a partir de estratégias coordenadas, invasivas e hostis a depender dos objetivos e de como enxergam-se (de forma complementar ou antagônica, como pontes ou barreiras), sobretudo na busca por recursos (Schwartz, 2010) ou pelo confronto eleitoral, uma vez que são considerados mutuamente constitutivos, apoiando candidatos ou influenciando a agenda partidária durante os períodos eleitorais (McAdam e Tarrow, 2011). As interações entre esses

atores podem ser vistas de modo fluído e efêmero, ou mesmo na criação de partidos-movimento que buscam trazer para o campo partidário a dinâmica e as táticas dos movimentos (Kitschelt, 2006; Della Porta et al., 2017); podem ocorrer por meio de participação institucionalizada e a ocupação de cargos no Legislativo (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014); pelo estabelecimento de pressões e colaborações estratégicas com os partidos para promover suas causas (Tarrow, 2021). Outras perspectivas focam na fluidez das fronteiras entre partidos e movimentos, abordando os múltiplos vínculos de ativistas de movimentos sociais com os partidos e outras organizações (Mische, 2008; Heaney e Rojas, 2015), ou mesmo na busca por mais democratização das estruturas partidárias (Cowell-Meyers, 2014), entre outras.

Além dessas interações colaborativas, é fundamental destacar que as relações entre partidos e movimentos sociais também podem ser marcadas por conflitos, haja vista o modelo de atuação marcado pela política de confronto (Tarrow, 2021). Muitas vezes, esses conflitos surgem em função da busca por recursos ou poder, mas também devido a diferenças nas prioridades políticas, na colisão de interesses (Tarrow, 2021). Mesmo em casos nos quais há cooperação entre movimentos sociais e sistema político, é possível haver conflitos, levando a uma cooperação conflitual. Há também a possibilidade da relação ser marcada apenas por interações contestatórias, sem que haja adesão dos movimentos a ações promovidas por agentes do sistema político (Carlos, 2017). A identidade e a estratégia são também pontos importantes que estabelecem essas interações — as identidades e estratégias assumidas por cada ator são elementos que os aproximam no processo de realização de objetivos em comum, mas que, também, contribuem para o surgimento de conflitos e distanciamento entre ambos, quando há mudanças em algum desses aspectos (Oliveira, 2021). No contexto brasileiro, podemos pensar o movimento ambientalista e a relação com o PT, permeada por conflitos que culminaram no rompimento dessa relação (Oliveira, 2021). Um exemplo próximo ao objeto desta dissertação, os Movimentos de Renovação Política, foram atores que tiveram conflitos com os partidos políticos na divergência de pautas, como no caso da votação da Reforma da Previdência, em que membros destes movimentos votaram contrariamente à orientação de seus partidos (Moura, 2019).

Essa diversidade de formas de interação entre movimentos, partidos e eleições, vem sendo bem documentada pela literatura brasileira. Durante as eleições

de 2014, uma série de protestos que buscavam questionar o resultado das eleições presidenciais tiveram também influência na polarização política, na construção do antipetismo e na ascensão das novas direitas brasileiras (Carvalho e Tatagiba, 2025). Em 2018, “o calendário eleitoral informal foi antecipado” (Carvalho e Tatagiba, 2025) a partir de diversos protestos favoráveis e contrários à condenação de Lula, até então candidato à presidência, que ressoavam em sua candidatura no pleito daquele ano, além de outras demandas voltadas ao questionamento da classe política. O movimento #EleNão em 2018, uma série de protestos promovidos por mulheres contrárias ao candidato Jair Messias Bolsonaro e o avanço de pautas sexistas promovidas por ele e seu partido, buscou deslegitimar sua candidatura e tentar influenciar a dinâmica eleitoral, apesar de não conseguirem mudar o resultado das eleições. Em 2022, a confiabilidade das urnas foi posta em questão por meio de protestos que perduraram desde o resultado das eleições até a tentativa de golpe ocorrida em 8 de janeiro de 2023 (Carvalho e Tatagiba, 2025).

O histórico de interação entre movimentos e partidos também remete ao contexto de redemocratização, quando interagiram para influenciar no processo Constituinte, e na própria criação de partidos com origem em movimentos, como o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) (Bringel, 2015). No caso específico dos movimentos sociais criados e dirigidos por mulheres, foco da dissertação, Alvarez (1990) já alertava para a inserção dos movimentos de mulheres no sistema político brasileiro, sobretudo nos partidos políticos. A autora destaca que nessa interação, diversas dificuldades foram enfrentadas pelas mulheres na defesa de suas pautas, tendo suas posições, por vezes, sendo suprimidas ou ignoradas em função de um debate mais centrado em classes ou na demanda por democratização. A dificuldade de avançar na luta e o posicionamento machista dos partidos foram fontes de tensões no interior do movimento acerca da opção por fazer a luta a partir da institucionalidade. Entretanto, os partidos, ainda que não todos, avançaram na inclusão de algumas demandas de gênero em seus programas, sobretudo na redemocratização, ao criarem departamentos de mulheres em suas estruturas (Alvarez, 1990), entendidos atualmente como secretarias, setoriais ou outros termos. Até hoje, é possível ver como os movimentos disputam internamente os partidos, como a partir da promoção da criação de órgãos temáticos dos partidos, como as secretarias de mulheres, LGBTQIAPN+, entre outras.

Esse histórico de interação entre movimentos sociais e partidos, que ocorrem por meio de aproximação, cooperação, disputa e tensão, também pode ser interpretado a partir de categorias analíticas mais amplas, como as propostas por Hanagan (1998), que sistematiza os diferentes tipos de relação entre movimentos e partidos. Ao traçar a relação entre movimentos e partidos em uma perspectiva histórica, Hanagan (1998) observou como os movimentos sociais sempre oscilaram entre integração e independência em relação aos partidos políticos. O autor desenvolveu uma classificação de 5 tipos principais de interações entre partidos políticos e movimentos sociais, sendo essas a articulação, permeação, aliança, independência e competição:

- **Articulação:** Há uma forte dependência dos movimentos em relação aos partidos, organizando-se em torno deles e articulando-se pelas diretrizes dos partidos. Os movimentos mobilizam suas bases para apoiar os partidos e podem exercer certa influência nos partidos ao fortalecer o comprometimento dos partidos com determinadas causas.
- **Interpenetração:** a ligação entre movimentos e partidos é forte, e os movimentos operam dentro de partidos que compartilham ideologias ou objetivos semelhantes e trabalham em colaboração para obter seu apoio para a causa do movimento; ambos têm suas estruturas de forma independente, no entanto;
- **Aliança:** movimento e partido estabelecem alianças pontuais em questões específicas, apesar de compartilharem ideologias semelhantes, mantendo suas estruturas como independentes entre si;
- **Independência:** ambos atuam sem colaborações conjuntas, mesmo que compartilhem de ideologias ou objetivos similares, desenvolvendo suas estratégias isoladamente em relação ao outro, apesar dos movimentos exercerem pressão nos partidos quando preciso for;
- **Competição:** ambos não desenvolvem qualquer tipo de colaboração entre si, mesmo que tenham objetivos semelhantes, enxergando os caminhos para alcançá-los de forma divergente, havendo inclusive a possibilidade da criação de um novo partido pelos movimentos gerando competição por um mesmo eleitorado.

Nesse modelo de articulação, no qual os movimentos estruturam-se em torno dos partidos, apesar de influenciarem os partidos, eles acabam por ser mais influenciados e controlados por eles (Medeiros, 2020). Pensando a interpenetração, onde há um maior compartilhamento de ideais e objetivos entre os atores, um caso que pode representar o modelo é o do PT, uma vez que nele há uma valorização de indivíduos engajados em diferentes organizações e movimentos, com múltiplas filiações (Silva e Oliveira, 2011), o que não necessariamente traduz-se em disputas eleitorais por parte dos indivíduos que compõem essas múltiplas filiações. No modelo de aliança, em que a delimitação entre os atores é nítida e as alianças são voltadas para questões específicas, podemos pensar no Movimiento Autónomo de Mujeres (MAM), na Nicarágua, que estabeleceu alianças formais com o partido político, o Movimiento de Renovación Sandinista (MRS), estabelecendo determinadas condições para partido e movimento efetivarem a aliança (Meza e Tatagiba, 2016). A independência pode ser exemplificada pelos coletivos, que buscam formas autônomas, horizontais e distantes dos partidos em suas organizações, apesar de haver casos em que essa aproximação exista (Perez, 2019). Por fim, a competição, quando ocorre disputas entre os atores, pode ser exemplificada com a formação do Mississippi Freedom Democratic Party (MFDP) nos Estados Unidos da América, que buscou desafiar o Partido Democrata em 1964, apesar do compartilhamento de pautas semelhantes em torno dos direitos civis (Schwartz, 2010).

Pensando ainda a interação entre movimentos sociais e partidos políticos, é necessário destacar o período eleitoral que é um momento de vulnerabilidade que favorece essas interações (Piccio, 2016). O período eleitoral, nesse sentido, pode se constituir como uma ameaça ou oportunidade para ambos os atores, permitindo-lhes o acesso a instituições que frequentemente são de difícil alcance em outras circunstâncias (Blee e Currier, 2006). Essa questão pode gerar interações oportunas: os partidos buscarão estratégias que os mantenham no poder, buscando apoio eleitoral, e os movimentos podem se estabelecer como benéficos para essas estratégias, enquanto os movimentos podem se beneficiar ao influenciarem a elaboração e implementação de políticas públicas por meio dos partidos (Piccio, 2016). No entanto, essa aproximação nem sempre ocorre sem tensões, visto que a participação no processo eleitoral pode fazer com que os movimentos modifiquem

seus posicionamentos para alcançar seus objetivos. As mudanças nos movimentos podem ser compreendidas como cooptação, quando alteram suas estratégias e reivindicações para preservarem-se na política institucional, podendo perder sua autonomia (Carlos, 2015).

Os partidos, enquanto atores capazes de realizar a mediação de interesses com os movimentos sociais, são capazes portanto de desempenhar um papel fundamental na tradução das demandas dos movimentos em ações políticas tangíveis. A disputa política-eleitoral é, portanto, uma questão amplamente presente nos repertórios de ação de diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que cada vez mais têm-se valido desse repertório. A vulnerabilidade do período eleitoral, portanto, abre espaço para diferentes formas de interação entre movimentos e partidos.

McAdam e Tarrow (2011) propõem organizar as diferentes maneiras em que essa interação em períodos de eleição ocorre a partir do conceito de “confronto eleitoral”. Baseando-se na Teoria do Processo Político, mas indo além dela, o conceito de “confronto eleitoral” expressa uma série de relações estabelecidas entre movimentos e partidos nas eleições que determinam tanto a dinâmica dos movimentos quanto os desfechos das eleições, havendo uma influência e interdependência entre os dois campos, tal como com o sistema político de forma geral. Nesse sentido, os autores apresentam um conjunto de cinco processos que conectam eleições e movimentos sociais: opção eleitoral, mobilização eleitoral proativa, mobilização eleitoral reativa, regime eleitoral e a polarização partidária.

- Opção eleitoral: pode ser compreendida pela articulação com os partidos pelo apoio e/ou recrutamento de candidatos a cargos políticos.
- Mobilização eleitoral proativa: ocorre quando os grupos de movimentos sociais tornam-se mais ativos durante o período eleitoral para promover seus interesses, mas não é sua única forma de atuação.
- Mobilização eleitoral reativa: ocorre como uma série de mobilizações que visam contestar os resultados eleitorais.
- Regimes eleitorais: abordam as interações ao longo do tempo, observando o condicionamento de mobilização ou desmobilização dos movimentos.

- Polarização partidária: refere-se aos conflitos resultantes dos movimentos próximos ou inseridos nos partidos, sobretudo pela influência dos movimentos nas ideologias partidárias.

No contexto brasileiro, em que se tem um sistema eleitoral proporcional em conjunto com multipartidarismo, a abertura do sistema político, em especial dos partidos políticos, aos movimentos sociais e outros atores, tende a ser maior, o que favorece a incidência deles nas eleições (McAdam e Tarrow, 2011). As pesquisas que versam sobre essas interações dos movimentos com os partidos em períodos eleitorais no Brasil têm cada vez mais avançado. Spina (2022) evidencia as relações de movimentos da direita com os ciclos eleitorais, seja lançando candidatos próprios ou demonstrando apoio a outros. Os Movimentos de Renovação Política, presentes desde meados de 2012 no Brasil, atuam principalmente voltados para as eleições (Moura, 2019). As Candidaturas Coletivas e Compartilhadas – essas existentes no país desde 1994, mas com aumento substancial a partir de 2016–, também se valem do repertório eleitoral e são experiências que conectam movimentos sociais e sistema político (Almeida, 2024). Por fim, as iniciativas de formação e apoio a candidatas, que emergem a partir de 2018, também focando nas disputas eleitorais (Gatto, Russo, Thomé, 2021). Essas inovações e atores apontam, então, para uma tendência de engajamento político no que se refere às interações entre as esferas dos movimentos sociais, eleições e partidos.

Cabe destacar, também, o conceito de hibridismo, conforme proposto por Tarrow (2021), que se refere à crescente indistinção entre movimentos sociais, grupos de interesse e partidos políticos, cujas fronteiras têm se tornado mais tênues em seus repertórios de ação. À medida que os partidos políticos enfraqueceram, movimentos e grupos de interesse passaram a assumir papéis tradicionalmente associados a eles, desafiando as distinções tradicionais entre esses atores. Nessas novas configurações híbridas, observa-se a cooperação mútua entre movimentos e partidos em busca de interesses comuns, financiamento que pode ocorrer de um ator para o outro, além de uma combinação de ambos os tipos de colaboração (Tarrow, 2021). Assim, os movimentos passam a não apenas pressionar os partidos, mas também podem atuar como estruturas paralelas ou complementares, influenciando diretamente o cenário político. Considerando o objeto de pesquisa desta dissertação, as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, embora não

sejam estritamente movimentos sociais, atuam em pontos convergentes com eles, ou até mesmo com os próprios partidos políticos, como no recrutamento de candidatas para a disputa eleitoral e no apoio prestado a elas durante a pré-campanha, campanha ou pós-campanha. Esse é um campo frequentemente negligenciado pelos partidos, conforme destacado anteriormente, e que as iniciativas buscam destacar em sua atuação.

Dentre as tipologias mobilizadas acerca do confronto eleitoral propostas por McAdam e Tarrow (2011), duas são especialmente relevantes para o contexto desta pesquisa: a opção eleitoral, em que o movimento opta por alcançar seus objetivos por meio da eleição de seus próprios membros, que se tornam então candidatos, e a mobilização eleitoral proativa, quando as organizações intensificam suas ações durante o período eleitoral para promover suas causas. Neste trabalho, será analisado como as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas utilizam as eleições como uma oportunidade política que pode ou não influenciar a interação com os partidos políticos. Embora a “opção eleitoral” e “mobilização eleitoral proativa” sejam centrais para análise, tendo em vista que a promoção de candidaturas é o foco das Iniciativas, não se sabe se outras formas de interação foram estabelecidas nas eleições para além dessas.

Para compreender como as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas desenvolveram as interações com os partidos políticos nas eleições, será considerado quais foram os repertórios de ação promovidos por elas para o alcance de seus objetivos, atentando-se para a tipologia apresentada por Hanagan (1998) e pela ideia de hibridismo (Tarrow, 2021). A tipologia desenvolvida por Hanagan (1998) é útil para classificar os formatos de relação entre movimentos sociais e partidos políticos, variando entre articulação, interpenetração, aliança, independência e competição. Essa abordagem permite mapear e diferenciar os tipos de relação que as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas podem estabelecer com os partidos — se atuam de forma colaborativa, se mantêm distância, ou mesmo se competem por pautas ou funções semelhantes. Pretende-se identificar de que maneira as Iniciativas se posicionam dentro dessas relações, especialmente no que se refere à compreensão delas em relação aos partidos políticos e à execução de funções que, tradicionalmente, são atribuídas a eles, como o recrutamento de candidatos, mas que também são executadas por elas. Nesse sentido, o conceito de

hibridismo (Tarrow, 2021) é útil para analisar se essas Iniciativas buscam também penetrar e influenciar os partidos políticos.

1.4 Recrutamento em Partidos Políticos

Os partidos desempenham uma série de funções necessárias para o estabelecimento das democracias representativas, como conectar os cidadãos ao governo, estruturar a disputa eleitoral, fornecer agendas legislativas e recrutar candidatos. Em um primeiro momento, o recrutamento de candidatos aparenta uma função trivial, mas é uma das mais importantes funções que desempenham, sobretudo pelo potencial que cada pessoa recrutada tem e que pode refletir no sucesso do partido. O recrutamento político, enquanto uma das funções essenciais exercidas pelos partidos políticos, pode operar em diferentes níveis. Norris e Lovenduski (1995), em estudo seminal sobre o recrutamento, apontam que não somente são indicados nomes para concorrer às eleições, mas, também, para integrar diferentes cargos públicos, implicando uma forte influência que os partidos exercem para além do processo eleitoral.

Na maioria dos países, o processo de recrutamento é seguido principalmente por regras internas dos próprios partidos, ou seja, estabelecidas de forma autônoma por eles, em vez de seguirem normas legislativas preestabelecidas para esse fim (Norris e Lovenduski, 1995). Em linhas gerais, as legislações de cada país estabelecem os critérios necessários para que um candidato seja considerado elegível, detalhando as condições exigidas para sua qualificação. Requisitos comuns para a elegibilidade dizem respeito à idade, nacionalidade, residência, entre outros. O recrutamento de candidatos, visto que não é regido desta maneira, possui diferentes critérios que dizem respeito aos próprios partidos políticos, o que pode comprometer a experiência dos aspirantes, uma vez que estes critérios não são claros para todos.

O processo de recrutamento pode ser analisado sob a perspectiva da interação entre oferta e demanda: de um lado, os indivíduos interessados em ingressar na política; de outro, os recrutadores partidários que definem quais perfis são considerados adequados (Norris e Lovenduski, 1995; Norris, 2013). A oferta de

aspirantes dispostos a seguir uma carreira política pode ser influenciada por duas dimensões: recursos e motivacionais (Norris e Lovenduski, 1995). Questões como restrição de recursos (tempo, experiência, dinheiro etc) e fatores motivacionais (interesse, ambição etc) são determinantes para a busca dos cidadãos aos cargos eletivos. Ainda, a flexibilidade de alguns empregos são fatores que também influenciam a disponibilidade de aspirantes — empregos flexíveis em questão de tempo, segurança financeira, habilidades técnicas úteis na política etc., podem minimizar os riscos para aspirantes, por exemplo (Norris e Lovenduski, 1995). A maioria dos cidadãos, em geral, é legalmente qualificada para se candidatar, entretanto, a elegibilidade legal não implica a viabilidade política, pois muitos potenciais candidatos esbarram em barreiras que vão além dos requisitos formais.

Em relação à demanda, esta é relacionada com a seleção realizada internamente pelos partidos políticos, que pode ser pautada em critérios tanto formais quanto informais. Caráter pessoal, qualificações formais, características pessoais do aspirante, experiência política, entre outros, são fatores que podem influenciar o julgamento dos recrutadores para a escolha de candidatos (Norris e Lovenduski, 1995). Ainda a discriminação também pode ser um fator presente nos recrutadores, seja de forma direta ou indireta, positiva ou negativa, que influencia a demanda (Norris e Lovenduski, 1995) — os recrutadores podem ter preferências por indivíduos de determinadas profissões, gênero, raça etc. Portanto, a avaliação dos recrutadores é um aspecto fundamental que influencia na demanda, havendo a possibilidade de os recrutadores terem perfis que acreditam ser mais adequados para candidaturas. A discriminação direta contra as mulheres pelos partidos ou presumida ao temerem que elas percam ou não conquistem votos é um fator que influencia no recrutamento (Norris, 2013). No entanto, o papel dos partidos políticos no recrutamento não se reduz a isso, havendo uma complexidade maior que envolve, por exemplo, disposição para contornar o problema da sub-representação e, também, no apoio fornecido a candidatos para o sucesso eleitoral (Merlo, 2018).

A sub-representação de mulheres na política é um exemplo claro de como os critérios de recrutamento podem ser enviesados. Apesar de as mulheres serem legalmente qualificadas para se candidatar, elas enfrentam barreiras significativas no processo de seleção. A cultura organizacional dos partidos, frequentemente marcada por um ethos masculinizado, tende a favorecer candidatos do sexo

masculino, perpetuando a desigualdade de gênero (Fox e Lawless, 2010). Aspectos sociais, como a divisão sexual do trabalho, socialização, segregação no mercado de trabalho, entre outros, são elementos que podem exercer influência na motivação e ambição política de mulheres, visto que elas têm menos recursos para se dedicarem a essa atividade.

Três principais barreiras precisam ser superadas pelas mulheres para que sejam eleitas, e todas passam por algum nível de recrutamento/seleção — é preciso se escolher, serem escolhidas como candidatas pelos partidos e, por fim, serem escolhidas pelos eleitores (Matland, 2005). A etapa mais crítica desse processo é justamente a seleção pelos partidos, pois é nesse momento que se define quem terá a oportunidade de concorrer (Matland, 2005). Dado o papel essencial dos partidos políticos no recrutamento de candidatos, uma regra geral que os partidos políticos seguem se dá pela escolha de candidatos com potencial de maximizar os votos (Matland, 2005). Diante disso, perfis considerados menos aptos para a disputa eleitoral tendem a não ser considerados para as candidaturas, mas caso efetive-se essas candidaturas, recebem menos apoio partidário. Cabe ressaltar que devido ao número restrito de vagas para cargos de maior relevância, à dificuldade prática das lideranças apoiarem todos os candidatos e à limitação de recursos para financiar as campanhas, as candidatas novatas “precisam criar estratégias para conseguir algum apoio que permita aumentar suas chances de eleição” (Gatto e Thomé, 2024, p. 65). Os critérios para a seleção, no entanto, podem variar entre os partidos, valorizando diferentes perfis de aspirantes, mas o histórico da pessoa aspirante na própria organização partidária é um dos principais critérios (Matland, 2005), o que pode prejudicar aqueles que são estreantes na política partidária, por exemplo.

Fox e Lawless (2010), em consonância com Matland (2005), explicitam que a lacuna de gênero no recrutamento de candidaturas pelos partidos políticos evidencia um ethos masculinizado dessas organizações, que prejudicam diretamente as mulheres. Isso é refletido sobretudo na distribuição desproporcional de mulheres que compõem o grupo de candidatos elegíveis, que reflete, também, no quantitativo de mulheres eleitas. O ethos masculinizado, nesse sentido, está presente na preferência dos recrutadores dos partidos em apoiarem mais candidatos do gênero masculino, o que acaba por prejudicar as mulheres. A cultura organizacional dos partidos políticos, caracterizada por um forte viés de gênero,

contribui significativamente para a sub-representação feminina nas candidaturas e, conseqüentemente, nas eleitas.

Destoando do modelo de oferta e demanda apresentado por Norris e Lovenduski (1995) e Norris (2006), Krook (2010), apresenta uma crítica a esta visão, argumentando que uma abordagem institucional feminista deveria ser usada para analisar a reduzida presença de mulheres nos espaços de poder. O modelo de oferta e demanda, nesse sentido, refere-se implicitamente a uma suposição de que há equilíbrios nessas dimensões, ignorando o que pode interferir. Portanto, as explicações acerca da sub-representação de mulheres, que ocorre de forma generalizada pelas democracias representativas, abrange outros aspectos que versam o recrutamento político. Nesse sentido, há três dimensões inter-relacionadas que influenciam o recrutamento político: as instituições práticas, sistêmicas e normativas (Krook, 2010).

As instituições práticas são os procedimentos e critérios usados pelos recrutadores e podem ser formais, como requisitos de idade e cidadania, ou informais, como laços familiares, dinheiro ou experiência, moldando as perspectivas sobre quem é adequado como candidato. As instituições sistêmicas são formais e incluem as leis e organizações que estruturam o cenário político em geral, como os sistemas eleitorais e partidários. As instituições normativas são os princípios e valores que orientam os meios e objetivos da vida política e influenciam as ideias sobre igualdade e representação no contexto do recrutamento. Podem ser formais, como estatutos do partido, ou informais, como discursos públicos, e podem servir para justificar resultados de gênero de instituições formais aparentemente neutras em relação ao gênero (Krook, 2010). Essas três dimensões, ao serem abordadas para compreender o recrutamento numa perspectiva de gênero, ampliam o debate sobre o acesso a cargos políticos e as influências que diferentes instituições exercem nessa questão, enfatizando instituições que operam tanto fora quanto dentro dos partidos.

Se pensarmos na perspectiva das instituições sistêmicas, em especial, nos sistemas eleitorais, algo que reflete no maior recrutamento e eleição de mulheres é se o sistema é proporcional ou majoritário, com lista aberta ou fechada e se há ou não cotas. A literatura indica que na América Latina, o melhor sistema eleitoral para

as mulheres é o de representação proporcional (Sacchet, 2015), caso do Brasil. Entretanto, o tipo de lista também e presença de cotas são fatores que reverberam nas candidaturas femininas, uma vez que países em que se tem lista fechada e cotas elegem mais mulheres do que países em que a lista é aberta, mesmo que com cotas (Sacchet, 2015), como ocorre no Brasil. A saber, um sistema com lista fechada pré-ordenada e cotas possibilita com que haja alternância de gênero, garantindo que as mulheres tenham presença nas disputas eleitorais (Feitosa, 2012; Telles e Melo, 2017).

Por fim, cabe destacar a perspectiva das mulheres aspirantes acerca dos partidos políticos e do recrutamento. A maior parte das mulheres que aspiram a cargos políticos encontra obstáculos na relação com os partidos, o que as desencoraja antes mesmo de efetivarem uma candidatura (Thomé, 2021). O recrutamento, nesse sentido, se insere na perspectiva de que as aspirantes identificam que os próprios partidos políticos, sobretudo nas figuras das lideranças partidárias, são hostis com elas, desencorajando suas candidaturas (Thomé, 2021). Ainda, pensando o contexto brasileiro, um problema enfrentado por mulheres em partidos de quaisquer espectros ideológicos e em quaisquer regiões do país se dá pela prioridade dos partidos em apoiarem candidatos homens, que já possuem cargo ou experiência de campanha frente às mulheres (Gatto e Thomé, 2024).

Outro dado a ser considerado é que, no Brasil, a estruturação do processo de recrutamento de candidaturas se apoia fortemente na autonomia conferida aos partidos políticos pela legislação vigente. Tanto a Constituição Federal, em seu artigo 17, quanto a Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) asseguram aos partidos ampla liberdade para definir sua organização interna, funcionamento e critérios de escolha de seus candidatos. Essa prerrogativa legal implica que, ao contrário dos critérios de elegibilidade que são definidos em normas legislativas — como idade mínima, nacionalidade e domicílio eleitoral —, o processo de recrutamento propriamente dito não é normatizado por leis, ficando a cargo das deliberações internas de cada legenda. Isso resulta em dinâmicas internas marcadas por critérios muitas vezes pouco transparentes e variáveis, o que pode dificultar o acesso e a permanência de novos perfis políticos, especialmente mulheres e outros grupos sub-representados.

A partir da perspectiva das três dimensões apontadas por Krook, o caso do Brasil revela desafios interligados que se manifestam tanto na prática interna dos partidos quanto nas estruturas maiores do sistema eleitoral e dos valores políticos. Do ponto de vista das instituições práticas, os requisitos formais são marcados pelas condições de elegibilidade, explicitadas no Art. 14 da Constituição Federal, tais como nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; e a idade mínima, que varia de acordo com o cargo pretendido. Cabe destacar aqui os requisitos informais, que acabam priorizando indiretamente candidaturas masculinas.

Por serem espaços majoritariamente masculinos e instituições conduzidas por regras e procedimentos muitas vezes não escritos, os partidos políticos — no Brasil e no mundo — tendem a selecionar e dar prioridade às candidaturas de pessoas que já pertencem aos seus grupos de confiança. [...] Como os processos de decisão internos variam de partido para partido — e até mesmo entre os diretórios de um mesmo partido —, não é fácil, para as candidatas novatas, saber como navegar pelos mares agitados e complexos das dinâmicas partidárias. Isso acaba por criar desvantagens para grupos historicamente marginalizados da política formal, como é o caso das mulheres. (Gatto e Thomé, 2024)

Os requisitos informais, que versam sobre quem é mais adequado para as disputas eleitorais, são perceptíveis ao observar que os partidos brasileiros operam com critérios de recrutamento que, em vista de serem formalmente autônomos, tendem a privilegiar candidatos homens e brancos. Isto pois, visto que são a maioria que já ocupam cargos, acabam sendo priorizados pelos partidos (Gatto e Thomé, 2024). Estes critérios informais acabam por dificultar o ingresso de novos perfis — especialmente de mulheres —, que muitas vezes não conseguem superar barreiras relacionadas à experiência e à visibilidade dentro das organizações partidárias. Porém, alguns elementos parecem ajudar a romper essas barreiras. Em análise das deputadas eleitas em 2018, identificou-se que um fator que auxilia mulheres a serem recrutadas, apoiadas pelos partidos e eleitas é o vínculo associativo, como a experiência em movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil em geral, além do capital familiar (Marques, Celini e Santos, 2021). Esses são, todavia, recursos disponíveis a poucas mulheres.

Se pensarmos na perspectiva das instituições sistêmicas, em especial, nos sistemas eleitorais, algo que reflete no maior recrutamento e eleição de mulheres é se o sistema é proporcional ou majoritário, com lista aberta ou fechada e se há ou não cotas. Acerca da instituição das cotas no Brasil, ocorridas por meio das reformas

eleitorais ocorridas em 1995 e 1997, entende-se que houve um reconhecimento da necessidade de maior representação feminina na política institucional. Isso, no entanto, não reverberou em resultados significativos por muito tempo, demonstrando como as cotas foram “um ato simbólico [...] sem a instituição de mecanismos e de regras eficazes para transformar esse objetivo em realidade” (Gatto e Thomé, 2024, p. 20). Além disso, o uso constante de candidatas laranja, bem como a falta de punição aos partidos, demonstram como a legislação tem sido falhamente utilizada, fazendo da lei uma “mera recomendação” (Gatto e Thomé, 2024).

Para além da questão das cotas, a literatura indica que na América Latina, o melhor sistema eleitoral para as mulheres é o de representação proporcional (Sacchet, 2015), como é o caso do Brasil. Entretanto, o tipo de lista também e presença de cotas são fatores que reverberam nas candidaturas femininas, uma vez que países em que se tem lista fechada e cotas elegem mais mulheres do que países em que a lista é aberta, mesmo que com cotas (Sacchet, 2015), como ocorre no Brasil. A saber, um sistema com lista fechada pré-ordenada e cotas possibilita com que haja alternância de gênero, garantindo que as mulheres tenham presença nas disputas eleitorais (Feitosa, 2012; Telles e Melo, 2017). Ainda, a partir de 2018, com o avanço da legislação eleitoral e das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instituiu-se a obrigatoriedade de aplicação de um percentual mínimo dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) em ações voltadas à promoção da participação política das mulheres. O financiamento é uma variável amplamente associada ao sucesso eleitoral, percebido que sem ele é quase impossível a eleição de candidatas (Sacchet e Speck, 2010) — no entanto, diversos casos de partidos que descumpriram essas medidas já foram expostos.

Nesse sentido, podemos pensar as instituições normativas, que também podem ser formais ou informais, inseridas nos partidos ou fora deles. Os órgãos partidários voltados para mulheres, que podem ser identificados nas instituições normativas formais, embora institucionalizados dentro de diversas legendas brasileiras, possuem uma “atuação limitada, o que aponta para seu caráter predominantemente retórico” (Rezende, Sarmento e Tavares, 2020). Essa atuação limitada se dá por diversos pontos, como a ausência de uma obrigatoriedade de destinação de recursos dos fundos partidários para esses órgãos, pela organização

insuficiente no que se refere ao recrutamento de mulheres para os partidos e pela não obrigatoriedade do treinamento e formação de lideranças femininas, por exemplo (Rezende, Sarmento e Tavares, 2020). Ainda, pensando na informalidade, um ponto que atinge as mulheres é a violência política de gênero, que pode ser experienciada pela violência física, psicológica, econômica e simbólica, sendo que as duas últimas são amplamente relacionadas aos partidos políticos das candidatas e eleitas (Gatto e Thomé, 2024).

Em síntese, a maior parte das mulheres que aspiram a cargos políticos encontra obstáculos na relação com os partidos, o que as desencoraja antes mesmo de efetivarem uma candidatura (Thomé, 2021). O recrutamento, nesse sentido, se insere na perspectiva de que as aspirantes identificam que os próprios partidos políticos, sobretudo nas figuras das lideranças partidárias, são hostis com elas, desencorajando suas candidaturas (Thomé, 2021). Ainda, pensando o contexto brasileiro, um problema enfrentado por mulheres em partidos de quaisquer espectros ideológicos se dá pela prioridade dos partidos em apoiarem candidatos homens e brancos. Isto pois, além de serem maioria na política, já possuindo cargos ou experiência de campanha em comparação às mulheres, têm maiores chances de serem eleitos/reeleitos (Gatto e Thomé, 2024).

Uma série de questões perpassam o recrutamento político de mulheres, tais como oferta e demanda, critérios formais voltados para normas e legislações ou critérios informais. Assim, é necessário ressaltar as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, foco desta pesquisa, uma vez que, apesar de uma série dessas iniciativas serem voltadas a qualquer gênero, a maioria tem foco em mulheres, seguidas de pessoas negras — o que pode justificar-se justamente pela menor representação deste segmento da sociedade, bem como pelas questões partidárias que o perpassam. Essas iniciativas desempenham um “papel fundamental na fase de recrutamento, ao oferecer um treinamento que tranquiliza os/as aspirantes de grupos marginalizados, em especial, mulheres” (Gatto, Russo e Thomé, 2021). Assim, compreender o papel dos partidos políticos no recrutamento e apoio a candidatas é uma dimensão importante para compreender tanto a emergência quanto a atuação das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas.

1.5 Recrutamento em Movimentos Sociais

Diferentes dimensões são reconhecidas como relacionadas ao recrutamento ou engajamento em movimentos sociais, principalmente as ideias de redes, emoções e identidade (Taylor, 2013), ou mesmo uma perspectiva de gênero pode estar associada a isso. As redes são amplamente reconhecidas como um dos principais mecanismos de recrutamento em movimentos sociais. Elas facilitam o fluxo de informações, a criação de laços pessoais e o desenvolvimento de identidades coletivas, conectando indivíduos a causas e grupos (Snow, Zurcher Jr e Eklund-Olson, 1980; McAdam, 1988; Tindall, 2015). Indivíduos que possuem conexões com membros de movimentos sociais têm maior probabilidade de serem recrutados, pois as redes atuam como canais de comunicação e mobilização. Embora as redes sejam frequentemente destacadas como um elemento central na mobilização, sua influência não é uniforme e nem um consenso e pode variar dependendo do contexto e das características dos indivíduos.

Em alguns casos, pessoas podem se engajar em movimentos sem ter laços prévios com outros membros, demonstrando que a mobilização pode ocorrer através de outros meios, como a mídia tradicional ou digital (Diani, 2004). Em certos contextos, os laços podem até desencorajar a participação, especialmente quando os indivíduos estão envolvidos em múltiplas organizações com agendas concorrentes ou quando suas relações pessoais se opõem a determinada causa (McAdam e Paulsen, 1993). Portanto, a influência das redes no recrutamento é ambígua: enquanto em alguns casos elas são fundamentais para a mobilização, em outros podem atuar como barreiras.

As emoções são consideradas parte das dimensões que impulsionam a mobilização de apoio, engajamento e recrutamento em movimentos sociais (Goodwin, Jasper e Polletta, 2004), uma vez que podem se voltar para ações coletivas. Por exemplo, movimentos sociais e outras organizações podem canalizar nos indivíduos emoções negativas, como tristeza e raiva, em sentimentos de esperança e indignação, criando uma motivação para a participação. Essa transformação emocional não apenas favorece a conexão dos indivíduos com a causa de um movimento ou organização, mas também amplia o alcance da mobilização, atraindo mais pessoas (Taylor, 2013). Além disso, as emoções podem

ser estrategicamente utilizadas para criar uma identidade coletiva, unindo os participantes em torno de valores e objetivos compartilhados. Ao evocar emoções como a solidariedade ou a urgência, os movimentos conseguem não apenas mobilizar, mas também manter o engajamento dos participantes ao longo do tempo, reforçando a coesão interna.

A identidade também desempenha um papel importante no recrutamento e engajamento em movimentos sociais. Em primeiro lugar, a identificação com um grupo aumenta significativamente a probabilidade de participação nele (Klandermans, 1984). Para atrair e reter membros, os movimentos sociais comunicam um propósito e objetivos compartilhados, desenvolvendo uma identidade coletiva que ressoa com os valores e aspirações dos indivíduos (Polletta & Jasper, 2001). Dessa forma, a construção de uma identidade sólida não apenas facilita o recrutamento, mas também sustenta o engajamento ao longo do tempo, criando um senso de pertencimento e propósito compartilhado.

Cabe destacar também o papel das mídias sociais para a mobilização e recrutamento nos movimentos sociais. As mídias sociais podem ser compreendidas como uma ferramenta alternativa para o recrutamento em movimentos sociais e outras formas de ação coletiva, além de promoção de campanhas (Murthy, 2018). A exemplo disso, o movimento Black Lives Matter, nos Estados Unidos, teve um forte engajamento da mídia social Twitter, atualmente X, na qual os debates se transformaram em ações nas ruas (Carney, 2016), ou mesmo as Jornadas de Junho no Brasil, que tiveram diversas manifestações organizadas pelo Facebook (Fidelis e Lopes, 2015). Organizações de movimentos sociais e da sociedade civil em geral têm, cada vez mais, percebido a importância das mídias sociais para o recrutamento, engajamento em diferentes causas e organização de campanhas (Castells, 2013). As mídias sociais permitem o compartilhamento de informações em grande escala, beneficiando diversas organizações ao ampliar seu alcance e impacto. Barreiras geográficas, por exemplo, são superadas, uma vez que essas plataformas facilitam a comunicação, atingindo diversos grupos e indivíduos (Lopes, 2014).

Barkan e Cohn (2015), ao analisarem os motivos para o recrutamento nos movimentos sociais, ressaltam alguns aspectos, como os benefícios da implantação

dos objetivos dos movimentos, tanto para si mesmos como para a implementação de valores que acreditam. Uma importante reflexão, nesse sentido, é acerca das ideologias, pautas e objetivos dos movimentos, que apesar de serem condicionantes para o recrutamento, não são fatores o suficiente. Os movimentos, de maneira geral, possuem muito mais pessoas que são favoráveis aos seus objetivos do que pessoas que se engajam, o que demonstra a necessidade de olhar para outros fatores que motivam a participação. Nesse sentido, os autores reforçam a noção do recrutamento a partir da existência de redes, que incluem laços pessoais e organizacionais, como meios que induzem as pessoas a se engajarem nos movimentos.

Barkan e Cohn (2015) ressaltam os recursos utilizados pelas organizações e movimentos como forma de motivar o recrutamento e maior participação após a adesão ao movimento, como incentivos normativos e sociais. Os incentivos normativos, nesse sentido, operam como valores ideológicos e preocupações dos indivíduos e os incentivos sociais como a gratificação pela formação de laços. Esses incentivos operam de forma com que as pessoas dediquem tempo às atividades dos movimentos invés de outras. Os incentivos organizacionais, que ocorrem no pós-recrutamento, podem trazer aos membros de um movimento o sentimento de pertencimento, por meio de duas formas: percepções e comunicação. As percepções envolvem a legitimidade percebida pelos membros nas lideranças dos movimentos, bem como a crença na eficácia da organização e, também, o compromisso dos membros com o movimento.

Aqui, cabe um parêntese para relacionar com a literatura que versa sobre a organização intrapartidária, na qual uma das dimensões versa sobre os incentivos coletivos e incentivos seletivos, que ressoam na filiação partidária (Panebianco, 2005). Os incentivos coletivos incluem a identificação com a organização, a identificação com a causa e ideologia do partido, a solidariedade com outros membros e a união em torno de um propósito comum, e são voltados a todos os membros de um partido (Panebianco, 2005). Por outro lado, os incentivos seletivos são mais estruturados e, por vezes, hierárquicos, envolvendo benefícios individuais, como poder e status, além de ressoarem na disputa por cargos (Panebianco, 2005). Dessa forma, enquanto tanto partidos políticos quanto movimentos sociais utilizam incentivos baseados na identificação ideológica e no pertencimento, os partidos se

diferenciam por incorporar incentivos estruturados em torno de benefícios individuais, como poder e status. Isso evidencia que ambos compartilham lógicas semelhantes de mobilização coletiva, porém divergem quanto ao grau de individualização de benefícios.

Em uma perspectiva de gênero, o envolvimento das mulheres em movimentos sociais e outras formas de ação coletiva tem sido uma alternativa à participação política sem a dependência dos partidos políticos (Avelar, 2007). Esses espaços ampliaram sua atuação na política informal, já que os partidos, historicamente, impõem barreiras à sua inserção. A transição “dos movimentos às ONGs e dali para os partidos” (Avelar, 2007) é marcada por uma grande distância, pois os partidos políticos enxergam as mulheres como uma ameaça à disputa pelo poder e aos seus interesses internos. Enquanto os movimentos sociais seguem uma lógica de agregação, fortalecendo-se com a diversidade de atores, os partidos operam sob uma dinâmica excludente, visando reduzir a competição interna (Avelar, 2007). Esse cenário se reflete, por exemplo, na baixa presença de mulheres nos diretórios nacionais da maioria dos partidos (Fisch e Panseri, 2019). Assim, as mulheres encontram na política informal uma forma mais viável de representação e influência, compensando sua sub-representação nos espaços institucionais (Avelar, 2014).

Além disso, as instituições de participação, como conselhos gestores de políticas públicas, têm se mostrado mais eficazes em atrair a participação feminina do que os espaços tradicionais de representação política (Lüchmann, Almeida e Gimenes, 2016). As mulheres têm estado amplamente representadas em conselhos voltados, sobretudo, para áreas sociais, tais como saúde e assistência social, em grande medida devido à própria socialização feminina, na qual tem-se vínculos entre mulheres e o cuidado social, além de estarem mais presentes nas esferas municipais e estaduais (Lüchmann, Almeida e Gimenes, 2016). Entende-se que estes espaços podem ser mais atrativos para mulheres, em grande medida, devido à menor exigência no recrutamento e envolvimento pessoal, que envolvem também menos exigência de recursos financeiros, tempo, disputas de poder etc, sendo menos hostis e menos desiguais para o exercício da participação política, se comparado com outras áreas, como disputas eleitorais (Lüchmann, Almeida e Gimenes, 2016).

Entender essas diferenças na forma de atuação dos movimentos sociais e maior abertura dos espaços de participação às mulheres é importante para esta pesquisa que buscará compreender como as organizações acionam essas formas de ação e mesclam formas de recrutamento buscando cobrir lacunas não atendidas pelos partidos políticos.

Conclusões acerca do Recrutamento em Partidos e Movimentos

A distinção entre os processos de recrutamento em partidos políticos e movimentos sociais revela dinâmicas fundamentais que influenciam a representação e participação política. Nos partidos, o recrutamento é marcado por critérios formais e informais, pautados tanto em legislações quanto por estruturas internas pouco transparentes, que acabam por privilegiar perfis específicos de candidatos (Norris e Lovenduski, 1995; Matland, 2005). Essa lógica, orientada pela maximização de votos, tende a marginalizar perfis sem experiência na política institucional. Em contraste, os movimentos sociais operam através de redes, emoções e construção de identidade coletiva (Taylor, 2013). As redes desempenham um papel fundamental ao conectar indivíduos a causas e grupos; as emoções podem impulsionar o engajamento e a identidade coletiva também é importante, já que os participantes devem se identificar com os valores e causas do movimento.

Ao contrário dos partidos, movimentos sociais são menos dependentes de estruturas formais e mais abertos à diversidade de membros, que reflete, por exemplo, nas mulheres, que veem neles canais alternativos de participação política (Avelar, 2007; Lüchmann, Almeida e Gimenes, 2016). No entanto, existem pontos de convergência entre os dois processos. Enquanto o recrutamento partidário tende a ser mais formal e focado na viabilidade eleitoral, ao menos quando se fala em candidaturas, o recrutamento em movimentos sociais é mais fluido, enfatizando a conexão com as causas e valores do movimento em vez de se basear em critérios formais ou de ganhos. Em ambos os casos, o recrutamento vai além de uma mera seleção de candidatos ou membros, refletindo uma série de dinâmicas políticas e sociais que moldam o acesso e a permanência de indivíduos nos espaços de poder.

Compreender as dinâmicas que estão por trás do recrutamento nos movimentos sociais é importante para analisar o objeto desta pesquisa, as Iniciativas

de Formação e Apoio a Candidatas. Em vista de que as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas atuam em áreas tipicamente partidárias, como no recrutamento voltado para as eleições, formação e apoio eleitoral de candidatas, é preciso identificar as dinâmicas que balizam esse recrutamento, para compreender as especificidades e as estratégias de recrutamento adotadas por elas. As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, embora estruturam seu processo de recrutamento de forma mais organizada, tal como os partidos, aparentam ter uma abordagem menos hierárquica e mais inclusiva. Ao estudar as dinâmicas de recrutamento, é possível identificar como as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas navegam entre essas duas lógicas: a lógica partidária, focada amplamente na viabilidade eleitoral, e a lógica de movimentos sociais, centrada na mobilização de grupos com base em redes, emoções e identidade compartilhadas. Entretanto, cabe dizer que a literatura já aponta que a interação entre movimentos sociais e partidos políticos envolve lógicas distintas, que podem ser colaborativas, mas também podem entrar em conflitos. Compreender os limites da atuação das iniciativas no recrutamento é fundamental para analisar, também, essas interações e perceber os desdobramentos da hibridez dessas dinâmicas de recrutamento.

2 Percurso Metodológico

Em vista de responder à pergunta de pesquisa proposta, a dissertação tem um caráter exploratório, atentando-se para o “como”, em vez de “por que” ou “qual”. Creswell (2007) sugere que a abordagem de estudo de caso é adequada quando há um número limitado de casos, sendo apropriada para desenvolver uma compreensão profunda deles. O estudo de caso será comparado, como forma de identificar e estruturar os discursos, agendas propostas por estas organizações e práticas específicas de cada uma delas e de desenvolver uma análise aprofundada do fenômeno. Visto que o fenômeno estudado é relativamente recente, surgindo a partir de 2018 no Brasil, buscou-se, então, analisar os casos nas eleições subsequentes a esse período, de 2020 e 2022. A importância do período eleitoral se justifica pela própria natureza do fenômeno em questão, que se pauta principalmente na estratégia focada nas eleições, sendo imprescindíveis para entender a dinâmica de funcionamento das iniciativas no recrutamento e a relação com partidos políticos.

Além disso, a abordagem do estudo de caso é indicada por Yin (2001) como a abordagem ideal quando se investiga um fenômeno contemporâneo quando se visa compreender também o seu contexto, mas que para isso, o ideal é basear-se em fontes de evidências diversificadas. Diante disso, buscou-se realizar uma série de procedimentos para responder à pergunta de pesquisa e os objetivos específicos, focando em entrevistas e análise documental a partir das mídias sociais das iniciativas. Koivu e Hinze (2017) apontam a influência de fatores externos como um fator a se considerar e expor na seleção de casos de pesquisas e, nesse sentido, a própria disponibilidade de dados também foi considerada para a seleção dos casos, em vista das iniciativas escolhidas estarem mais ativas nas mídias sociais, onde divulgam mais claramente seus valores, objetivos, ações, membros e candidatas apoiadas, por exemplo.

A seleção dos casos para esta pesquisa foi realizada de forma intencional, considerando as características do fenômeno investigado e o objetivo central, que é compreender a atuação das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas no recrutamento e interação com os partidos. A seleção de casos com um número limitado de unidades exige uma abordagem intencional, em que a escolha é guiada pela relevância dos casos para a pesquisa e pela possibilidade de comparação entre

eles (Seawright e Gerring, 2008). Atualmente existem cerca de 53 iniciativas que atuam para a formação e apoio a candidatos em geral, sejam elas mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAP+ ou outros grupos (Gatto e Thomé, 2024), compondo uma multiplicidade de casos possíveis de serem estudados. Tendo em vista o persistente problema da sub-representação feminina e negra no Brasil e que os partidos políticos são um gargalo significativo no processo de inclusão de mulheres na política, é compreensível que a maior parte destas iniciativas atendam exclusivamente mulheres em geral, seguidas de iniciativas que atendam apenas mulheres negras (Gatto, Russo e Thomé, 2021). Assim, entende-se que a escolha por estudar iniciativas que apoiam exclusivamente mulheres justifica-se pela intenção de compreender como estas iniciativas atuam para contornar o problema da sub-representação no cenário brasileiro.

Para a seleção de casos, há uma série de tipos de casos a serem escolhidos, como os casos típicos, diversos, extremos, similares, diferentes, desviantes, exemplares, cruciais e pathway (Gerring, 2017). Tendo em vista a intenção de analisar as iniciativas voltadas especificamente para a promoção da representação política feminina, as iniciativas escolhidas foram: “Mulheres Negras Decidem”, “Goianas na Urna” e “A Tenda das Candidatas”. Os casos selecionados para esta dissertação incluem iniciativas que operam em diferentes escalas (nacional e estadual), que têm como alvo diferentes identidades de mulheres, que se definem de formas diferentes entre si, além de diferentes espectros ideológicos. Apesar das diferenças apontadas, todas têm como um mesmo objetivo comum o de apoiar mulheres na competição eleitoral, recrutando-as, dando formação política e dando diferentes formas de apoio. As iniciativas escolhidas têm preponderância para o objetivo da pesquisa, ao passo que apoiam candidatas de diferentes partidos, o que pode ampliar a compreensão de como se relacionam com eles, sobretudo ao olhar diretamente para as percepções das candidatas sobre essa relação.

Apesar de nem todas as iniciativas surgirem com o objetivo de promover a formação e apoio a candidatas, podendo esse ser um repertório secundário — os casos analisados representam uma amostra na qual uma iniciativa emergiu com essa finalidade (Goianas na Urna), outra emergiu com uma finalidade diferente e passou a adotar o repertório eleitoral posteriormente (Mulheres Negras Decidem) e,

por fim, outra emergiu com essa finalidade, mas adotou outros repertórios ao longo dos anos (A Tenda das Candidatas). Essas diferenças revelam não apenas como as iniciativas identificam e se adaptam às novas demandas de acordo com as transformações do cenário político (Gatto e Thomé, 2024), mas também como elas ajustam suas estratégias, de maneira semelhante aos movimentos sociais, que ajustam seus repertórios de ação conforme as necessidades e oportunidades do contexto que estão inseridos. Os três casos visam compreender se esses atores convergem ou divergem em suas estratégias e relações com os partidos políticos, além de explorar as diferenças entre eles, considerando fatores como seus repertórios de ação, como realizam o recrutamento político, espectros políticos, etc. Embora as iniciativas adotem um discurso de distanciamento dos partidos, elas optaram pelo repertório eleitoral, que torna a interação com os partidos uma possibilidade.

O recorte temporal da pesquisa, visando contemplar todos os objetivos da dissertação, terá como marco inicial a criação de cada iniciativa proposta para a análise, atentando-se para os documentos disponibilizados por elas a partir desse período. O período eleitoral de 2020 e 2022, sobretudo, será central para dimensionar as interações entre as iniciativas e os partidos políticos, assim como as estratégias mobilizadas pelas iniciativas para o recrutamento e apoio às candidatas e aspirantes, tendo em vista que este período é o pico da atuação das iniciativas. Um outro foco da pesquisa estará no recrutamento: como as iniciativas selecionam suas participantes e os critérios utilizados, destacando as distinções e semelhanças em relação aos partidos políticos. Além disso, será essencial entender como as mulheres enfrentam não apenas o desafio de concorrer, mas também as dificuldades de se firmarem nos partidos políticos. Buscou-se também focar na atuação para além desse período, algo essencial para compreender outras nuances das iniciativas, tais como se as iniciativas buscam alterar a dinâmica partidária de exclusão das mulheres, se buscam superar os desafios enfrentados pelas mulheres em seus partidos para além da competição eleitoral.

Uma das fontes para a obtenção dos dados foi as plataformas de mídias sociais das iniciativas analisadas, em vista de que as mídias sociais e websites eram algumas das principais formas com as quais elas se comunicavam. O uso de

websites e mídias sociais por partidos políticos, ativistas e movimentos sociais tem se tornado cada vez mais comum (Garcia, 2018), sendo uma importante ferramenta de comunicação com a sociedade. Nesse sentido, o conteúdo dos websites das iniciativas foi analisado, uma vez que neles estão indicadas uma série de informações sobre as iniciativas como objetivos, trajetórias, suas atuações, valores, quadro de membros, regimentos, pesquisas, entre outros documentos que balizaram suas práticas. Foram coletados documentos publicados pelas iniciativas, como editais para seleção de candidatas a serem apoiadas, documentos de *FAQ* (perguntas frequentes), dentre outros, como pesquisas realizadas pelas iniciativas. A análise documental ocorreu, também, em vista de responder aos objetivos de analisar comparativamente como se constituíam essas iniciativas, bem como suas formas de organização, estratégias e vínculos com outras organizações e movimentos, e as mídias sociais foram fontes que forneceram um panorama da constituição delas.

Em vista de estabelecer uma compreensão mais aprofundada dos casos, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com as mulheres que compõem as iniciativas de formação e apoio a candidatas. As entrevistas semiestruturadas são uma opção de coleta de dados ideal, sobretudo quando almeja-se “mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados” (Duarte, 2004, p. 215). As entrevistas, nesse sentido, visam responder aos objetivos da pesquisa, como compreender como as iniciativas recrutam e apoiam candidatas, bem como compreender as relações com os partidos políticos, olhando para as percepções das próprias iniciativas, mas, também, das candidatas apoiadas por elas.

As entrevistas semiestruturadas, então, foram focadas no quadro organizativo das iniciativas e em suas candidatas apoiadas, eleitas ou não, visando compreender também as motivações subjacentes à criação das iniciativas, estratégias durante e para além do período eleitoral, perspectiva das candidatas sobre o papel das iniciativas e dos partidos para suas candidaturas. As entrevistas também se concentraram nas relações estabelecidas entre as candidatas, as iniciativas e os partidos políticos, a fim de mapear as interações que ocorreram entre esses atores. Inicialmente, tinha-se a intenção de realizar entrevistas tanto com as

candidatas apoiadas quanto com coordenadoras à frente de cada uma das iniciativas. No entanto, devido à disponibilidade, as entrevistas foram realizadas com coordenadoras e candidatas apoiadas pelas iniciativas “Goianas na Urna” e “Mulheres Negras Decidem”. Já em relação à iniciativa “A Tenda das Candidatas”, as entrevistas foram realizadas apenas com as candidatas, e não com as coordenadoras.

Foram elaborados dois roteiros de entrevistas semiestruturados, um voltado para as entrevistas com as coordenadoras das iniciativas e um voltado para as candidatas apoiadas pelas iniciativas. O roteiro voltado para as candidatas abordou temáticas como: trajetória política da candidata, relação com a iniciativa durante e após o período eleitoral, desafios enfrentados na política, acesso a recursos na campanha, relação com o partido político e ações do partido voltadas para mulheres. O roteiro voltado para as coordenadoras das iniciativas abordou temáticas como: formação e caracterização da iniciativa, recrutamento de candidatas, estratégias de mobilização, captação de recursos, relação com partidos políticos e atividades após o período eleitoral.

Entre outubro e dezembro de 2024 foram contactadas diferentes coordenadoras das iniciativas, além de candidatas que foram apoiadas por elas em 2020 ou 2022, tanto eleitas quanto não eleitas. As entrevistas totalizaram-se em 10, abrangendo todas as três iniciativas analisadas, apesar de não ter sido realizada entrevista com coordenadoras da Tenda das Candidatas, apenas mulheres apoiadas pela iniciativa. Quanto à forma com a qual as entrevistas foram realizadas, a maioria ocorreu de forma virtual, por meio do programa Google Meet, voltado para videochamadas, e apenas uma foi feita presencialmente, tendo em vista que a maioria das entrevistadas reside em diferentes estados do Brasil. Destaca-se que para a realização desta pesquisa, optou-se por não revelar as identidades das pessoas entrevistadas, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, portanto, serão identificadas a partir da ordem da realização das entrevistas, da seguinte forma:

Quadro 1 - Identificação das Entrevistas

Entrevistada	Iniciativa	Data	Código
Coordenadora	Goianas na Urna	11/10/2024	E1

Coordenadora	Mulheres Negras Decidem	16/10/2024	E2
Candidata apoiada em 2022	Goianas na Urna	28/10/2024	E3
Candidata apoiada em 2020	Goianas na Urna	29/10/2024	E4
Candidata apoiada em 2022	Mulheres Negras Decidem	07/11/2024	E5
Candidata apoiada em 2020	A Tenda das Candidatas	22/11/2024	E6
Candidata apoiada em 2022	Mulheres Negras Decidem	26/11/2024	E7
Candidata apoiada em 2020	A Tenda das Candidatas	27/11/2024	E8
Candidata apoiada em 2022	Mulheres Negras Decidem	3/12/2024	E9
Candidata apoiada em 2020	A Tenda das Candidatas	30/12/2024	E10

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para a análise dos dados colhidos, tanto dos principais documentos que as iniciativas disponibilizam em seus websites, bem como das entrevistas semiestruturadas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A definição desenvolvida por Bardin (2011), versa que a análise de conteúdo pode ser compreendida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, feitas a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, como forma de elucidar as informações contidas nelas. Apesar de Bardin ter um papel importante para a análise de conteúdo, o processo de análise proposto pela autora contém poucas fases, somente três — pré-análise, codificação e tratamento dos dados, tornando-se simplificado (Sampaio e Lycarião, 2021).

Sampaio e Lycarião (2021) propõem uma adaptação das fases da análise de conteúdo, dividindo o processo em três grandes etapas, que incluem 12 sub etapas para garantir maior rigor na análise. As etapas propostas pelos autores são: 1) Conceituação, que abrange a identificação do problema e formulação das questões de pesquisa; 2) Desenho, que engloba a seleção das unidades de análise, definição de categorias, amostragem, pré-testes, treinamento, codificação e testes de confiabilidade; e 3) Análise, que inclui a tabulação, aplicação de procedimentos estatísticos, interpretação dos resultados e validação da replicabilidade. Apesar de abordarem a análise de conteúdo de maneira quantitativa, os autores destacam que muitos dos passos por eles propostos podem ser aplicados em pesquisas qualitativas, e o processo da criação de categorias desta dissertação foi inspirado nessa proposta.

Para a análise dos dados, foi utilizado um software de análise de dados qualitativos, o Atlas TI. O uso de softwares para análise de dados é comum em

pesquisas qualitativas que possuem um grande volume de material, seja advindo de entrevistas, grupos focais, diários de campo, etc (Duarte, 2004). Além disso, os softwares de análise de dados auxiliam no tratamento e análise dos dados, sobretudo na importação dos dados, edições de textos, organização dos dados, bem como na codificação. Seguindo os passos para a análise, foram elaboradas categorias intermediárias e finais, nas quais as finais abrangem as categorias intermediárias. As categorias criadas foram: recrutamento político pelos partidos; recrutamento político pelas iniciativas, conexão com partidos políticos e repertório eleitoral. As categorias foram criadas com base nas literaturas apresentadas anteriormente acerca de movimentos sociais e partidos políticos, em especial com foco na interação entre esses atores e, também, no recrutamento político.

Quadro 2 - Categorias identificadas

Tema	Subtema
Recrutamento nos Partidos	Critérios informais
	Instrumentalização de candidaturas femininas
	Dificuldade na identificação de candidatas competitivas
	Resistência à incorporação de mulheres
Recrutamento nas Iniciativas	Processo seletivo estruturado
	Envolvimento com ativismo e organizações
	Redes/conexões com membros ou iniciativa
	Uso de emoções
Conexão com Partidos Políticos	Independência dos partidos políticos
	Aliança com partidos políticos
Repertório Eleitoral	Mobilização eleitoral proativa
	Acompanhamento pós-eleitoral

Fonte: Elaboração própria (2025).

Codificação dos Dados¹

- **Recrutamento nos Partidos:** Esta categoria aborda as percepções das coordenadoras das iniciativas, bem como das candidatas apoiadas por elas, sobre como ocorre o recrutamento de candidatas nos partidos políticos. Nela estão contidas quatro categorias intermediárias: critérios informais,

¹A codificação dos dados e a criação das categorias finais e intermediárias foram inspiradas pela literatura utilizada no capítulo teórico, mas algumas categorias foram elaboradas com base na análise direta dos dados.

instrumentalização de candidaturas femininas, dificuldade na identificação e seleção de candidatas competitivas e resistência à incorporação de mulheres.

- a) Critérios informais: menções acerca da perspectiva de que os partidos políticos recrutam e apoiam candidaturas com base em preferências pré-existentes, muitas vezes informais, dentro da estrutura partidária, o que acaba por dificultar o apoio a novas candidaturas;
 - b) Instrumentalização de candidaturas femininas: uso de candidaturas femininas como forma de preencher as cotas de gênero, mas sem uma intenção real de apoiar;
 - c) Dificuldade na identificação de candidatas competitivas: menções à dificuldade dos partidos em identificarem candidatas mulheres com potencial de vencer as eleições.
 - d) Resistência à incorporação de mulheres: resistência dos partidos em integrar mulheres de maneira plena nas suas estruturas e processos eleitorais
- Recrutamento nas Iniciativas: Esta categoria aborda as percepções das coordenadoras e candidatas apoiadas pelas iniciativas como ocorre o recrutamento de candidatas e aspirantes nas iniciativas. Nela estão contidas três categorias intermediárias: processo seletivo estruturado, envolvimento com ativismo e organizações e redes/conexões com membros
 - a) Processo seletivo estruturado: realização de processo seletivo com diferentes fases, como preenchimento de formulário e realização de entrevistas, voltados exclusivamente para mulheres — o que contrasta com os partidos políticos;
 - b) Envolvimento com ativismo e organizações: além de ser um dos filtros identificados nas iniciativas, candidatas e aspirantes foram recrutadas devido a conexões com organizações e movimentos sociais relacionados às iniciativas;

- c) Redes/conexões com membros: recrutamento por meio de convite direto ou por relação prévia, feito por membros da iniciativa às candidatas ou aspirantes, mas que não implica em não participar de outras etapas do recrutamento, como o processo seletivo estruturado;
 - d) Uso de emoções: uso estratégico de emoções para criar uma identidade coletiva em torno da superação da sub-representação feminina, por consequência, mobilizar candidatas e outras apoiadoras.
- Conexões com os Partidos Políticos: Esta categoria aborda as interações entre iniciativas e partidos políticos nas dinâmicas eleitorais de 2020 e 2022 pelas percepções das coordenadoras das iniciativas e das candidatas apoiadas por elas. Nela estão contidas duas categorias intermediárias: independência dos partidos políticos e aliança com os partidos políticos, advindas das tipologias propostas por Hanagan (1998).
 - a) Independência dos partidos políticos: menções a uma relação de atuação completamente independente em relação aos partidos políticos, na qual não ocorrem sem colaborações conjuntas, mas que interações diretas podem ocorrer, sobretudo para pressionar os partidos.
 - b) Aliança com partidos políticos: menções a uma relação com momentos próximos em que são feitas alianças/parcerias com os partidos políticos para a resolução ou promoção de alguma questão, mas que não interfere na independência das iniciativas em relação aos partidos.
- Repertório Eleitoral: Esta categoria aborda o repertório eleitoral apresentado pelas iniciativas inspirado nas tipologias de McAdam e Tarrow (2011), especialmente no conceito de “confronto eleitoral”, que trata da interdependência entre movimentos sociais e eleições. Ainda que as iniciativas atuem de maneira mais firme durante o período eleitoral, sua atuação não se limita a ele, expandindo-se também para o pós-eleições. Assim, foram mobilizadas duas categorias intermediárias:

- a) Mobilização eleitoral proativa: menções de que as iniciativas atuam mais firmemente no período eleitoral, não sendo seu único foco esse período;
- b) Acompanhamento pós-eleitoral: Menções a ações realizadas pelas iniciativas após o término do período eleitoral, como acompanhamento de mandatos, formações, criação de redes de apoio entre candidatas/eleitas etc.

3 Formação e Trajetória das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas

Este capítulo busca situar o contexto em que a pesquisa se insere, apresentando uma descrição do contexto político da emergência das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas e dos casos a serem analisados. Primeiramente, será discutido como o cenário político no Brasil, especialmente com as Jornadas de Junho e os eventos subsequentes, gerou um ambiente de crescente desconexão entre representantes e representados, favorecendo a criação de novas dinâmicas para o cenário eleitoral. Em seguida, a emergência das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas é destacada, em vista de ser uma dessas novas dinâmicas que rejeitam os partidos ao mesmo tempo em que se relacionam com eles. Por fim, serão apresentados os casos a serem analisados nesta dissertação, detalhando a trajetória de formação, estrutura organizacional, resultados obtidos e as estratégias adotadas ao longo dos períodos eleitorais de 2020 e 2022.

3.1 Cenário da Emergência das Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas

Entre as Jornadas de Junho de 2013 e as eleições de 2022, a relação entre representantes e representados no Brasil passou por uma ruptura cada vez mais notória, fato observável, também, em outros contextos no mundo no começo da década de 2010, sobretudo em relação ao enfraquecimento dos partidos políticos (Mair, 2013). A desconexão entre os partidos políticos e a sociedade civil no Brasil, entretanto, sempre esteve alta, com dados de desconfiança para com eles abaixo da média da América Latina em diferentes períodos (Latinobarómetro, 2013; 2023). Neste sentido, a representação política é diretamente afetada, uma vez que os partidos e seus representantes não refletem efetivamente as preferências dos eleitores, por exemplo. No contexto brasileiro, a rejeição ao sistema político, sobretudo aos partidos, ficou cada vez mais evidente nesse período — novos movimentos, iniciativas e organizações da sociedade civil que surgiram nos anos seguintes, em grande medida apresentavam um discurso de rejeição aos partidos políticos.

O ciclo de protestos conhecido como “Jornadas de Junho”, ocorreu, a princípio, a partir da reivindicação contrária ao aumento da tarifa do transporte público de São Paulo, mas rapidamente se expandiu em protestos por todo o país. Apesar de inicialmente esta ter sido a pauta dos protestos, foram mobilizadas em

sequência outras pautas, principalmente de melhoria nos serviços públicos, contrárias à corrupção e uma série de PECs e Projetos de Lei em andamento naquele período. Ainda, os protestos de junho de 2013 foram marcados também pela tematização dos partidos políticos pela sociedade civil, sobretudo a partir de um sentimento de insatisfação com eles e com a classe política em geral (Alonso, Mische; 2017). Ao longo desse período, era comum a negação da participação de bandeiras partidárias nas manifestações: “Nenhum partido me representa” era frase comum, proferida por manifestantes durante os protestos, e expressa também como slogans, posts em redes sociais, entre outras (Alonso, Mische, 2017). Essa insatisfação com os partidos políticos evidenciou ainda mais a desconexão entre representantes e representados, sendo agravada nos anos seguintes.

Num período subsequente, protestos anti-corrupção eclodiram pelo Brasil, sobretudo a partir do desenvolvimento da Operação Lava-Jato e da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, que evidenciaram esquemas de corrupção na Petrobrás e gastos excessivos e suspeitas de fraudes na organização do evento, respectivamente. Esse cenário potencializou a polarização na disputa presidencial de 2014, na qual a candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, venceu seu adversário Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por 51,64% a 48,36%, uma diferença de apenas 3,28%. Manifestações marcadas pelo verde e amarelo e contrárias à corrupção também foram evidentes nos anos seguintes, sobretudo com discursos antipetistas e adversos ao governo Dilma Rousseff, que sofreu impeachment em 2016.

Uma série de manifestações também ocorreram após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), com a ascensão de seu vice, Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro) em resposta às reformas propostas por seu governo. As ocupações estudantis em escolas, institutos federais e universidades também foram manifestações presentes em diversas cidades brasileiras em 2016³, frente às medidas como a PEC do teto de gastos, o Novo Ensino Médio, o projeto “Escola sem Partido”, entre outras medidas. A crise política, já em destaque nos anos anteriores, evidenciou-se ainda mais em 2018, sobretudo a partir da disputa eleitoral entre Jair Messias Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, que evidenciou mais uma disputa eleitoral polarizada.

A rejeição ao sistema político, sobretudo aos partidos políticos, ficou cada vez mais clara nesse contexto, tendo em vista novos movimentos, iniciativas, coletivos e organizações da sociedade civil que surgiram nesse período e em anos seguintes. A exemplo disso, a emergência de novos coletivos, entendidos enquanto organizações políticas fluidas, horizontais e autônomas, foi uma marca da política pós 2013 (Gohn, 2017). Apesar de já existirem anteriormente e atuarem, também, durante as Jornadas de Junho, esse período intensificou substancialmente a criação de novos coletivos, sendo que a maioria dos coletivos na última década foram criados entre 2012 e 2016, tendo o pico em 2016 (Pérez, 2019). Os discursos contrários aos partidos, tendo em vista não apenas o contexto, mas a intenção dos coletivos de serem mais horizontais, não excluiu, no entanto, articulação entre esses atores, especialmente os alinhados a pautas progressistas, buscando influenciar o cenário político (Pérez, 2019).

As Muitas, movimento político nascido em Belo Horizonte, foi um marco no que se refere à experiência de candidaturas coletivas no Brasil que, em 2016, passaram a se destacar no cenário brasileiro. A morte de Marielle Franco, em 2018, também foi um importante marco para as candidaturas coletivas, servindo de inspiração para diversas dessas iniciativas, especialmente na região Sul e no estado do Rio de Janeiro, mas também em outras partes do país (Andujas, 2022; Almeida, 2024). Os Movimentos de Renovação Política, que emergiram entre 2016 e 2018 em resposta ao próprio contexto político daquele momento, enquanto atores que objetivavam a formação e promoção de candidaturas para a promoção da renovação na política brasileira (Moura, 2019), também mostravam o descontentamento com a política ali estabelecida, sobretudo relacionada aos partidos políticos.

Nesse mesmo período, as mulheres estiveram à frente de uma série de protestos, como as manifestações públicas e virtuais que pediam justiça após a morte da vereadora Marielle Franco, além dos protestos contrários ao então candidato Jair Messias Bolsonaro. O movimento #EleNão, iniciado nas mídias sociais, tomou ainda mais forma e foi para as ruas, onde milhares de mulheres estiveram à frente, não só contra a candidatura de Bolsonaro, mas também contra pautas reacionárias e sexistas de forma geral. Apesar da eleição do candidato, que possuía uma agenda conservadora e, em grande medida, contrária a grupos marginalizados, uma maior representação feminina foi alcançada naquele período,

passando de 51 eleitas na Câmara dos Deputados para 77, além da eleição de 161 mulheres nas assembleias legislativas, que antes eram 114, um aumento de 51% e 41,2% respectivamente (TSE, 2024).

O avanço da agenda conservadora, presenciado em diferentes partes do mundo, ficou ainda mais evidente no contexto brasileiro com a eleição de Bolsonaro e nos anos seguintes de seu governo. Esforços para combater agendas que concernem a grupos marginalizados, como mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ estiveram presentes ao longo de seu governo. A pauta por maior representatividade de grupos marginalizados, então, também se materializou em organizações focadas no período eleitoral. Apesar da rejeição aos partidos por estas e outras organizações, a relação entre elas e os partidos se fez presente, tendo em vista a necessidade de interação para efetivação de candidaturas, por exemplo.

Diante disso, as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, que focam sobretudo em grupos marginalizados, emergem em um contexto que enfrenta essas ameaças políticas, sinalizando uma resposta à agenda conservadora e à sub-representação desses grupos. As mulheres, que já vinham atuando em diferentes ações políticas nos anos anteriores, protagonizaram também uma série de novas organizações e movimentos nesse período. Como destacado, o coletivo “Vote Nelas” foi um importante marco no que se refere a essas iniciativas, que desde 2018 têm se multiplicado por todo o país, sob diferentes formas de atuação. A escolha pela inserção eleitoral intermediada por atores que não sejam os partidos políticos pode evidenciar não só uma demanda por uma pauta específica, como representatividade ou renovação política, mas também um problema no relacionamento com os partidos políticos.

3.2 A Emergência das Iniciativas

A partir de um cenário de instabilidade política no Brasil, iniciado nas manifestações de 2013 e que ainda perdura, a percepção da sociedade sobre as limitações do papel representativo dos partidos ampliou-se. Diversos movimentos sociais, de forma coordenada, passaram a impulsionar candidaturas visando mais representatividade, especialmente de mulheres, pessoas negras e indígenas, por exemplo. Isso se intensificou, em parte, devido a determinação do Tribunal Superior

Eleitoral (TSE) de incluir informações sobre cor/raça nas fichas de candidaturas desde 2014, tornando possível realizar diagnósticos mais precisos sobre a sub-representação (Rodrigues e Freitas, 2021). Diante disso, uma série de ativistas e coletivos feministas e negros passaram a se articular em prol da competição eleitoral visando mais representatividade política, também numa perspectiva interseccional (Rodrigues e Freitas, 2021), como foi o caso do movimento “As Muitas”, citado anteriormente. Além disso, desde 2017, mas com maior veemência a partir de 2020, com a “Campanha Indígena – demarcando as urnas”, o movimento indígena, sobretudo por meio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), busca ampliar a representação dos povos indígenas nos poderes legislativo e executivo (Rodrigues e Freitas, 2021).

O surgimento de novas organizações focadas em apoio eleitoral a diferentes candidaturas e que, em grande medida, buscam mais diversidade nos espaços de poder também se consolidou no cenário brasileiro. Estas iniciativas, que surgiram com destaque a partir de 2018, visam influenciar a representação eleitoral, oferecendo apoio e capacitação, com maior destaque para mulheres interessadas em se candidatar a cargos públicos, e mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+, indígenas, entre outros grupos, são grande parte do foco destas iniciativas, adotando em alguns casos uma perspectiva interseccional (Gatto, Russo e Thomé, 2021). Deste modo, as iniciativas de apoio e formação a candidatas operam por meio de uma abordagem abrangente, que engloba diversas atividades voltadas para capacitar as participantes em sua trajetória política. Ainda, duas dimensões fundamentais as balizam: buscam renovação na política e se mantêm distantes e fora dos partidos políticos (Gatto, Russo e Thomé, 2021), o que reforça a percepção crítica acerca dos partidos políticos em eventos políticos recentes.

As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, enquanto um fenômeno recente no cenário político brasileiro, têm apresentado um crescimento, visto que em 2020, ao menos 44 iniciativas desse tipo já atuavam no Brasil, e que em 2022 passaram a ser 53 (Gatto e Thomé, 2024). Iniciativas como o Vote Nelas, Elas no Poder, PartidA e Iniciativa Brazilianas foram algumas das pioneiras desse fenômeno no Brasil e, apesar de terem suas especificidades de atuação, orientam-se sob uma característica em comum, de voltarem seus esforços primordialmente para a representação política de mulheres na política institucional. As iniciativas que

fornece apoio não personalizado oferecem cursos para as candidatas interessadas, sem focar em candidatas específicas, enquanto as que oferecem apoio personalizado, além de ter um número menor de candidatas apoiadas, fornecem diferentes apoios além da formação, como psicológico, jurídico, contábil, assistência em estratégias de comunicação, marketing etc. Nesta pesquisa, pretende-se realizar um estudo de caso comparado entre três iniciativas, que apoiam somente mulheres, e promovem formações personalizadas, o que permite investigá-las para além do recrutamento: Mulheres Negras Decidem, A Tenda das Candidatas e Goianas na Urna, a partir da similaridade do repertório adotado por estas organizações, voltado para as eleições, bem como um distanciamento partidário pregado por elas, mas, também, pelo êxito nas eleições em que atuaram. Apesar da similaridade de repertório, as iniciativas possuem diversas diferenças entre si, sobretudo no que se refere ao espectro ideológico, público-alvo, formas de apoio, a serem abordadas nas seções seguintes.

A seguir, com base nas entrevistas realizadas e nas mídias sociais das iniciativas, será apresentada a descrição das formas de constituição, organização, financiamento, repertórios de ação, associação com os partidos políticos, entre outros pontos das iniciativas selecionadas para os estudos de caso.

3.2.1 Mulheres Negras Decidem

O movimento Mulheres Negras Decidem foi constituído no estado do Rio de Janeiro, em 2018, tendo como suas fundadoras cinco jovens mulheres negras: Gabriele Roza, Juliana Marques, Diana Mendes, Ana Carolina Lourenço e Lorena Pereira. Inicialmente, elas integraram o projeto Minas de Dados, idealizado pela organização sem fins lucrativos “Transparência Brasil”, que tinha o objetivo de promover a formação de mulheres negras para ocuparem as discussões sobre dados abertos e tecnologia na promoção de governos mais transparentes e responsivos. A partir disso, foi criada a Rede Umunna, que visava aprofundar a atuação política e social das mulheres negras. O movimento nasce em uma data significativa: a morte da vereadora Marielle Franco, cuja trajetória e legado inspiraram a urgência da luta por maior representatividade e justiça social. Esse momento serviu como um catalisador para a mobilização em prol do fortalecimento da voz dessas mulheres nas esferas de poder.

Então, o Mulheres Negras Decidem é um movimento social e político voltado para fortalecer as mulheres negras na política e combater a falta de representação, entendendo que nós somos 28% da população, somos o maior grupo demográfico do Brasil. Então o MND nasce muito nesse lugar de evidenciar esse dado, evidenciar onde estão as mulheres negras, por que elas não estão ocupando os espaços de poder e decisão. (E2)

O quadro de membros do movimento conta com uma série de mulheres para além das 5 fundadoras, como Fabiana Pinto, Coordenadora de Desenvolvimento de Lideranças e Cuidados Coletivos; Tainah Pereira, Coordenadora Política; Richelle Costa, Assessora de Política e *Advocacy*, entre outras, envolvidas sobretudo com o movimento negro na luta por justiça racial, de acordo com suas mídias sociais. A atuação do MND também inclui a criação de uma rede nacional de apoio entre lideranças negras, promovendo trocas de experiências e suporte mútuo. Essa rede não se limita às participantes das formações, mas se expande para mulheres que se identificam com o movimento e desejam integrar sua comunidade articuladora. O financiamento do movimento ocorre por meio de doações de pessoas físicas e apoio filantrópico por meio de fundações internacionais e nacionais: “a nossa existência é baseada em apoio filantrópico ou doações de pessoas físicas que às vezes nos procuram para apoiar o movimento e tal, assim que a gente segue” (E2).

O movimento Mulheres Negras Decidem nasce, sobretudo, de uma insatisfação com a restrita representação política de mulheres negras nas esferas da política institucional. A população de mulheres negras do Brasil equivale a 28% do total, enquanto as representantes eleitas em cargos de deputada federal equivalem a 18% e estadual equivalem a 7%, por exemplo. A partir disso, o movimento estruturou-se a partir de uma organização que visa qualificar e promover a agenda liderada por mulheres negras na política institucional, em vistas a fortalecer a democracia brasileira. A sub-representação política das mulheres negras não pode ser analisada sem uma perspectiva interseccional, pois a falta de representação dessas mulheres na política é ampliada pela interseccionalidade. As barreiras que enfrentam não se restringem à desigualdade de gênero, sendo agravadas pela discriminação racial e, frequentemente, pela classe social, que ampliam a marginalização desse grupo.

O Movimento Mulheres Negras Decidem nasceu no início de 2018 para qualificar e promover a agenda liderada por mulheres negras na política institucional, fortalecendo a democracia brasileira, usando como estratégia a superação da falta dessa representatividade nas instâncias de poder. Com isso, atuamos por meio de formação política, reposicionamento de temas na

agenda pública e pesquisas centradas em dados (Mulheres Negras Decidem, 2020).

Apesar da representação na política institucional estar no centro das ações do movimento Mulheres Negras Decidem, ele não se limita a essa pauta, atuando também em outras frentes, como *advocacy*, por meio da promoção de agendas políticas no legislativo acerca de mulheres negras. O movimento também atua na realização de pesquisas, fazendo análises de dados, com foco, sobretudo, nas categorias de gênero, raça e classe, atentando-se para analisar o avanço da participação de mulheres negras na política institucional brasileira, a partir de uma série de critérios, como: políticas de incentivo, investimento partidário, número de candidaturas eleitas e reeleitas, perfil de candidaturas, bases ideológicas, regiões, etc (Mulheres Negras Decidem, 2020). Ainda, uma outra atuação realizada pelo movimento se dá pela promoção de diferentes agendas políticas e de incidência, como campanhas encabeçadas pela iniciativa, como Ministra Negra Já e #Mulheres Negras Eleitas. A campanha “Ministra Negra Já” objetivava a inserção de uma ministra negra no Supremo Tribunal Federal, enquanto “#Mulheres Negras Eleitas” buscava conscientizar a população sobre a importância da representação negra feminina nas esferas de poder.

Justamente era o objetivo do MND de falar, evidenciar que isso era importante. E aí, naquela época, nasce um pouco esse desejo de mulheres negras quererem se formar, quererem conversar mais sobre política, falar sobre identidades negras, entender como podemos ocupar esses espaços, criar estratégias. Então, essa coisa das formações políticas vem muito dessa herança da fundação, e que está muito intrínseca, faz parte dos pilares do MND (E2).

Mulheres Negras Decidem conta, atualmente, com ao menos 22 articuladoras políticas, que são mulheres ativistas dispersas em 21 estados brasileiros e no Distrito Federal. A variedade de unidades federativas que contam com articuladoras do movimento tem como um dos fundamentos o acesso a diferentes experiências das realidades brasileiras. O movimento alcança, de acordo com sua plataforma oficial, comunidades quilombolas, ribeirinhas, periferias de grandes centros urbanos, entre outros ambientes. A presença do movimento nessas regiões não é apenas simbólica, mas uma estratégia para fortalecer a luta por uma representação política mais plural e justa, uma vez que as vivências, desafios e demandas específicas de cada localidade proporcionam um olhar mais direcionado ao movimento.

- **Estamos Prontas**

Em vista dessas diferentes frentes de atuação do movimento, foi lançada em 2022 uma iniciativa específica voltada exclusivamente para a formação e apoio eleitoral de candidatas negras. A Estamos Prontas surgiu de uma, dentre diversas outras, parceria entre o movimento Mulheres Negras Decidem e o Instituto Marielle Franco, visto que ambas as iniciativas têm um histórico de atuação conjunta. Cabe destacar que, apesar da iniciativa Mulheres Negras Decidem atuar na promoção de mais representatividade feminina na política institucional e em outras áreas, prestou formação e apoio a candidatas diretamente por meio da Estamos Prontas, juntamente com o Instituto Marielle Franco, somente em 2022. Nos anos anteriores, portanto, a iniciativa focava mais em campanhas virtuais, *advocacy* e pesquisas sobre a temática da representação de mulheres negras.

E a Estamos Prontas é como uma ferramenta, né? Assim como o MND é essa ferramenta de fortalecimento de mulheres negras, a Estamos Prontas vem como esse projeto, como uma estratégia de abarcar essas mulheres, essas candidaturas, essas lideranças, e entender como podemos apoiar essas mulheres de forma que atenda, pelo menos, uma por estado (E2).

As estratégias propostas pela iniciativa para a eleição de mais mulheres negras na política institucional ocorrem por meio do recrutamento das candidatas, que devem ter alinhamentos com os princípios do movimento; formação política sobre uma série de temas e outros apoios para além do formativo. A formação política, nesse sentido, é uma das principais estratégias desenvolvidas pela iniciativa. As selecionadas participaram de uma série de aulas, com temáticas tais como a história do movimento negro e do movimento de mulheres negras no Brasil, o impacto da participação de mulheres negras na política brasileira, comunicação para campanhas eleitorais, direito eleitoral, gestão pública, políticas públicas estratégias para a população negra, entre outras. A formação política é um ideal que é ressaltado pelo Mulheres Negras Decidem, não apenas na iniciativa Estamos Prontas, como uma forma não apenas de fortalecer as candidatas apoiadas, mas também de qualificar o debate público.

Entendendo que as candidaturas às assembleias são forças de pressão interna para cargos do executivo, a Estamos Prontas está fornecendo uma espécie de mentoria através de dois processos: o desenvolvimento de habilidades e o reforço/adensamento de uma rede nacional e internacional, visando mudar a maneira como a pauta pública está estabelecida. (Mulheres Negras Decidem, 2020)

Além da formação política, a iniciativa oferece outros tipos de apoio para as candidatas. Um desses apoios é a assessoria jurídica personalizada, que abrange desde o suporte na legislação eleitoral até a orientação sobre a prestação de contas de campanha e o registro de candidatura. Esse acompanhamento jurídico é necessário, especialmente para aquelas candidatas sem experiência anterior em processos eleitorais, ajudando-as a evitar erros e a garantir o cumprimento da legislação. No aspecto de suporte ao longo do período eleitoral, as candidatas recebem também acompanhamento contábil e apoio de estrategistas regionais, que atuam de forma personalizada, oferecendo assistência durante a campanha, mesmo em territórios mais distantes, com o objetivo de fortalecer a atuação política das mulheres no contexto eleitoral. Ainda, as candidatas apoiadas contaram com apoio financeiro com duração de 3 meses, produção de peças audiovisuais para a comunicação digital e conexão com redes de especialistas, movimentos sociais, lideranças políticas, entre outros. Em relação ao período pós-eleitoral, a coordenadora entrevistada relatou que a iniciativa mantém contato com elas, oferecendo acompanhamento especialmente no enfrentamento da violência política, além da formação de uma rede, sendo sempre convidadas a participar das formações políticas e podendo contar com o suporte da iniciativa, caso necessário — “a comunicação permanece, sempre nós tivemos esse acordo, essa relação de proximidade” (E2).

Quadro 3 - Estratégias da Estamos Prontas na Dinâmica Eleitoral

Estratégia	Descrição
Recrutamento e seleção	Recrutamento com divulgação principal nas mídias sociais e entre movimentos sociais, com a seleção de 27 mulheres negras, uma em cada unidade federativa brasileira, com foco nas eleições para deputada estadual. O foco são mulheres negras comprometidas com ideais do movimento, integrantes de movimentos sociais, coletivos ou organizações que atuem em pautas relevantes para grupos marginalizados (pessoas negras, periféricas, quilombolas, indígenas, LGBTQIA+, PCDs etc). O comprometimento com a Agenda Marielle Franco, promovida pelo Instituto Marielle Franco, ou histórico de atuação em conjunto com o próprio movimento Mulheres Negras Decidem também é um ponto que o movimento destaca como preferível para as interessadas.
Formação de Redes	Promoção de formação de redes entre as candidatas apoiadas e especialistas em diferentes temas, movimentos sociais e lideranças políticas. O movimento possui cerca de 22 articuladoras no país.

Formação Política	Aulas sobre temáticas do movimento negro, movimento de mulheres negras, impacto político de mulheres negras, comunicação para campanhas eleitorais, direito eleitoral, segurança digital, física e psicossocial, gestão pública e políticas públicas
Apoio	Assessoria jurídica personalizada, elaboração produtos de comunicação digital, acompanhamento contábil e apoio com estrategistas regionais

Fonte: Elaboração própria (2025).

A Estamos Prontas apresentou 27 candidaturas em 2022, uma em cada unidade federativa brasileira, divididas entre 5 diferentes partidos do espectro da esquerda e centro-esquerda, sendo estes o Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Rede Sustentabilidade (REDE), Partido Verde (PV) e Solidariedade, pensando na classificação ideológica proposta por Bolognesi et al (2023). As candidatas estiveram concentradas, em sua maioria, no PT, PSOL e PSB, com 15, 6 e 3 candidatas cada, respectivamente. Os outros partidos contaram com candidaturas únicas advindas da iniciativa. A iniciativa, que se identifica como suprapartidária, estabeleceu seu suporte voltado para partidos de espectros políticos semelhantes, todos na esquerda e centro-esquerda brasileira. Cabe destacar, entretanto, que a iniciativa, em seu edital do processo seletivo, não realizou menções sobre partidos políticos, seja como critério para a inscrição ou em qualquer outro sentido. Portanto, entende-se que não havia a exigência de filiação partidária das candidatas inscritas, o que indica que elas poderiam já vir filiadas ou filiarem-se após o recrutamento — apesar de não haver exigências nesse sentido, o espectro político dos partidos das candidatas era semelhante.

São 27 candidaturas que estão sendo construídas em 27 estados componentes da federação comprometidas com a agenda democrática de esquerda porque fazer diferente não significa fazer qualquer coisa. Inclusive, dizer isto significa algo, como, por exemplo, defesa dos direitos humanos, ampliação da cidadania, pluralização da participação na política institucional, políticas públicas de proteção à vida comprometidas com dados e valores universais, saúde para todos, educação para todos, segurança para todos, enfim, direitos para todos e não apenas para seletos grupos. (Estamos Prontas, 2022)

Ao todo, as candidatas apoiadas pela iniciativa angariaram 230.000 votos no total, elegendo duas deputadas estaduais — Camila Valadão, do PSOL, e Laura Sito, do PT, além de terem conquistado 16 suplências e, por fim, a candidata Elaine Cristina, do PSOL, que assumiu o cargo de vereadora pelo mandato coletivo Pretas

Juntas na Câmara Municipal de Recife. A iniciativa buscava um perfil de candidaturas novatas: tanto mulheres que estavam concorrendo pela primeira vez naquele ano quanto de mulheres que concorreram apenas nas eleições anteriores e que estiveram comprometidas com a Agenda Marielle Franco promovida pelo Instituto Marielle Franco.

3.2.2 Goianas na Urna

A iniciativa Goianas na Urna foi criada em 2018, com ênfase na ação local no município de Goiânia, tendo como idealizadora e co-fundadora a economista Emília Marinho juntamente com a co-fundadora Juliana Leal, coordenadora de projetos internacionais de direitos humanos, com a intenção de promover mais representação feminina no município. Embora a ligação direta com movimentos sociais não tenha sido explicitada pela iniciativa, há uma identificação com pautas do movimento feminista e percepção de que as candidatas, independente de seus espectros ideológicos, têm potencial progressista e de compartilhamento de algumas ideias na temática de gênero. Essa questão foi expressa, sobretudo, nos princípios que guiaram a criação da iniciativa e justificaram sua natureza suprapartidária.

O partido não necessariamente representa o posicionamento ideológico da candidata, que muitas vezes escolhe um partido que se abre para ter candidatura. A partir do princípio que a gente não nasce sabendo das coisas, inclusive em relação a pautas feministas, antirracistas, a gente sabia que se tivesse um universo de candidatas dispostas, que compartilhassem os valores, buscassem aprendizado, respeito, etc, a gente podia passar uma formação de forma mais direcionada sobre pautas progressistas. Então, o universo de partidos ia de PL à PSOL. E, acreditando que a política não para na eleição, ela começa. Então, se a mulher for eleita, ela vai ter que saber falar com todo mundo de outros partidos, dialogar para conseguir passar as pautas. Senão, ela vai viver ali numa constante paralisia. Então, eram esses os princípios que a gente olhou para o Goianas. (E1)

Após seu primeiro ano de existência, a partir de 2020, a iniciativa passou a expandir seu alcance para outros municípios do estado de Goiás. A iniciativa se intitula a partir de diferentes formas em suas plataformas on-line, ora se definindo como uma escola de formação política voltada para mulheres, ora como projeto suprapartidário, organização, comunidade ou apenas um projeto. Apesar das múltiplas formas de autoidentificação da iniciativa, seus objetivos principais permanecem os mesmos: impulsionar mulheres para a competição eleitoral, promovendo maior representatividade feminina em espaços de poder. Para além disso, o combate a candidaturas laranja também é um dos focos da iniciativa, dada a

ampla presença dessas candidaturas nos partidos políticos como forma de burlar as cotas de gênero.

A Goianas na Urna é uma organização para mulheres que querem ocupar e transformar a política goiana. Somos uma comunidade que nasceu por acreditar no poder transformador de mulheres comprometidas com pautas de equidade de gênero na política. Impulsionamos mulheres que têm o sonho de transformar a política goiana pelo lado de dentro. (Goianas na Urna, 2019)

Conforme corrobora uma das entrevistadas da pesquisa, a busca por criar uma iniciativa de formação e apoio a candidatas surgiu a partir de uma insatisfação com as estruturas partidárias, especialmente relacionadas às questões de gênero. Assim, a criação de Goianas na Urna se deu como uma forma de qualificar aspirantes e candidatas que almejavam se inserir no sistema político, sobretudo na política institucional, uma vez que esse público enfrentava uma série de dificuldades. Portanto, Goianas na Urna emergiu como uma forma de realizar o recrutamento e a formação de lideranças políticas para além do nicho partidário, pois constatava-se que havia uma deficiência dos partidos políticos em alguns aspectos no que se refere ao tratamento recebido pelas mulheres.

Eu conheci várias mulheres de partidos diferentes e via os entraves que elas enfrentavam em reuniões partidárias, mesmo questão de interrupção, de não ter credibilidade, de não receber reforços para outras coisas. E, quando a eleição entrou, eu refleti bastante em como compartilhar aquilo que eu tinha aprendido [em experiências anteriores de trabalho na política institucional] e como ajudar com que mais mulheres pudessem ser eleitas. (E1)

Goianas na Urna, enquanto em atividade, teve em seu quadro de membros cerca de 13 mulheres que estiveram à frente da iniciativa, como as co-fundadoras, a equipe de conselheiras e lideranças voltadas para diferentes áreas. Algumas das áreas com as quais as lideranças da iniciativa se desdobram são a de formação política, pesquisa, mobilização, comunicação, jurídica, além de uma série de voluntárias, que eram a maior parte da organização, e ativistas que cooperaram com a iniciativa, somando cerca de 80 pessoas à frente dela. As frentes de atuação das voluntárias se dão de três diferentes formas: mobilização, na qual as voluntárias apoiam a iniciativa em mobilizações para as campanhas ao longo do período eleitoral; captação de recursos, na qual as voluntárias auxiliam nas campanhas de arrecadação e loja da iniciativa e, por último, na comunicação, na qual elas

contribuem na elaboração de peças de divulgação, apoio nas redes sociais da iniciativa, entre outras coisas.

Em sua primeira formação, em 2019, apesar de naquele ano não haver eleições, a iniciativa auxiliou com formações 16 mulheres aspirantes a cargos políticos que pretendiam se candidatar no pleito eleitoral de 2020 em Goiânia. No ano seguinte, em que expandiu seu atendimento para o estado de Goiás, a iniciativa contou com 28 candidatas apoiadas, das quais 5 foram eleitas e 15 diplomadas como suplentes. No ano de 2022, a iniciativa apoiou 12 candidatas, das quais nenhuma foi eleita como deputada federal ou estadual, mas 7 foram diplomadas como suplentes. As candidaturas de 2020 estiveram divididas em 15 partidos de diferentes espectros políticos, sendo estes o Avante, Cidadania, DEM, MDB, PC do B, PL, Podemos, PSB, PSD, PSDB, PSOL, PT, PTC, Rede e UP, enquanto em 2022, as candidatas estiveram distribuídas em 8 partidos diferentes, Novo, PSB, PSD, PSDB, PSOL, PT, UP e Solidariedade. A iniciativa, que se define como suprapartidária, apoiou candidaturas de espectros políticos diferentes, na direita, esquerda e centro, pensando na classificação ideológica proposta por Bolognesi et al (2023). Apesar do apoio a candidatas de diferentes espectros ideológicos, a iniciativa se entende como progressista a partir da ideia de que “todas as mulheres têm um potencial progressista e que o partido não define esse posicionamento [...]”. Tem um poder transformador se essas mulheres ficam juntas ou uma mínima conversa” (E1)

Goianas na Urna, em seu processo seletivo, não exigia a filiação partidária das candidatas apoiadas. Durante a formação, as candidatas receberam formações sobre os partidos políticos, mas a escolha do partido foi uma decisão pessoal de cada uma, sem interferência direta da iniciativa. A iniciativa se propôs a ministrar “módulos para estudo aprofundado dos partidos políticos e suas vertentes, possibilitando que todas as lideranças reflitam de maneira autônoma sobre qual partido está mais alinhado com seus posicionamentos políticos” (Goianas na Urna, 2020). Em 2019, por exemplo, quando a formação aconteceu fora de um ano eleitoral, houve a participação de mulheres que ainda não estavam certas de que iriam se candidatar, enquanto a partir de 2020, as candidatas apoiadas pela iniciativa já estavam decididas a seguirem como candidatas. Assim, parte das candidatas selecionadas já eram filiadas, enquanto outra parte não, além de na formação de

2019 ter participantes que sequer efetivaram suas candidaturas no ano seguinte. A escolha do partido, portanto, além de não ser um critério para a iniciativa, poderia ocorrer antes ou após o processo formativo, de acordo com as decisões individuais de cada candidata.

O financiamento de Goianas na Urna se deu de diferentes formas, como por meio de financiamento coletivo (virtual ou não), doações, comercialização de produtos personalizados da iniciativa e participação em editais de captação de recursos. A princípio, a iniciativa contou com a realização de uma vaquinha entre amigos das fundadoras, que possibilitou a realização de encontros formativos para as aspirantes, nos quais os formadores fizeram *pro bono*, além de garantir a criação da identidade visual da iniciativa (E1). Ainda, doações de pessoas apoiadoras da iniciativa, como os próprios palestrantes e outras pessoas envolvidas. Vaquinhas virtuais também foram realizadas, sobretudo devido ao período da Pandemia de Covid-19, que ocorreu entre 2020 e 2022. Por fim, a loja virtual da iniciativa também foi uma fonte que possibilitou seu financiamento, a partir da comercialização de camisetas e outros adereços personalizados da iniciativa.

Quadro 4 - Estratégias de Goianas na Urna na Dinâmica Eleitoral

Estratégia	Descrição
Processo seletivo	Recrutamento de mulheres por meio de processo seletivo virtual, divulgado sobretudo pelas mídias sociais e por contato direto com partidos políticos. O foco são mulheres no estado de Goiás, que tenham o objetivo de concorrer a cargos legislativos e que sejam comprometidas com as pautas democráticas e de equidade de gênero.
Formação de Redes	Fomento de uma rede de conexão entre as mulheres que desejam ser candidatas e as voluntárias/os que desejam apoiar candidaturas femininas. Busca da iniciativa por parcerias que auxiliem as candidatas durante e após a campanha.
Formação Política	Oferta de formação política que abordou conteúdos relacionados a desenvolvimento pessoal, habilidades técnicas, conhecimento sobre política e estratégias de campanha, disponibilização de mentorias para mulheres sobre violência política.
Apoio	Equipe jurídica de registro de candidatura e prestação de contas para campanha, acesso a apoio psicológico, concessão de acesso a plataformas eleitorais de mapeamento do eleitorado goiano

Fonte: Elaboração própria (2025).

A estratégia voltada para a eleição de mais mulheres na política goiana se dá desde o recrutamento das candidatas, que devem ter alinhamentos com a equidade de gênero e princípios democráticos e as formações políticas. Para a qualificação das candidatas, a iniciativa concentra-se em fornecer cursos e formações para as lideranças que apoia, focadas em quatro principais eixos: desenvolvimento pessoal, conhecimento de campanha, conhecimento político e conhecimento técnico. A formação política de suas candidatas indica a visão da competência e qualificação como fatores necessários para uma representação política de qualidade — não basta que haja mulheres nos espaços públicos de poder, a iniciativa também acredita que devem ser “competentes e comprometidas” (Goianas na Urna, 2019), tendo qualidades específicas para o exercício do cargo e comprometimento com a política goiana e promoção da representação feminina. A iniciativa propõe-se a auxiliar mais profundamente mulheres negras por meio de mentorias personalizadas que abordam a temática da violência política.

Para além da estratégia de formação política, a iniciativa também apoia suas candidatas por outros meios. Para as candidatas, é disponibilizada assessoria jurídica — suporte com a legislação eleitoral, auxílio na prestação de contas de campanha e apoio no registro de candidatura, tudo de forma personalizada. O apoio jurídico reiterado pela iniciativa é um diferencial importante, pois pode ajudar as candidatas a evitar erros e garantir o cumprimento da legislação eleitoral, o que pode ser especialmente importante para candidatas que não possuem experiência política no que se refere à competição eleitoral. Há também a realização de um mapeamento do eleitorado goiano, como forma de entender as demandas e perfis do eleitorado para auxiliar nas campanhas de suas candidatas, o que colabora para campanhas mais precisas.

Os esforços da iniciativa Goianas na Urna para promover mudanças na política institucional se concentram, portanto, principalmente nas eleições. A proposta da iniciativa reflete a formação política de suas candidatas e o apoio a elas, seja por meio de suporte jurídico, mentorias ou visibilidade, com o objetivo de fortalecer a representação política. Desde sua criação, a principal meta da iniciativa tem sido influir nos processos eleitorais, recrutando e apoiando candidatas. Outra estratégia utilizada pela iniciativa para promover uma maior representação feminina, envolve a criação e fortalecimento de redes que conectem as candidatas a outras

pessoas e organizações. Além disso, Goianas na Urna também recorre pontualmente às mídias sociais como ferramenta estratégica para sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre temas como a representação feminina, a violência política de gênero, a maternidade e os direitos das mulheres. Assim, embora a iniciativa não se limite ao período eleitoral, suas ações secundárias majoritariamente têm como foco a promoção da presença das mulheres na competição eleitoral.

3.2.3 A Tenda das Candidatas

A Tenda das Candidatas, que também atua nacionalmente, foi constituída em 2020 e lançada oficialmente em setembro daquele mesmo ano, tendo como suas fundadoras a advogada Laura Astrolabio e a cientista política Hannah Maruci. A Tenda das Candidatas surgiu com o objetivo principal de promover candidaturas de mulheres comprometidas com direitos humanos e diferentes pautas relacionadas às mulheres. Apesar de não se definir como um movimento social, a proposta desta iniciativa vai de encontro a uma série de pautas defendidas por diferentes movimentos sociais. Em seu sítio eletrônico oficial, se define brevemente enquanto “um projeto múltiplo, que não se restringe aos limites do que se entende por política, [...] uma tecnologia social que capacita lideranças feministas, antirracistas e defensoras dos direitos humanos, ensinando-as a fazer campanhas eleitorais” (A Tenda das Candidatas, 2020). Assim, a iniciativa denota uma conexão com pautas presentes em diferentes movimentos sociais, algo que se reflete diretamente nas candidaturas apoiadas.

Nós acreditamos nessa noção revolucionária de que o futuro será protagonizado pelas mulheres negras, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQ+. Não tem mais volta. [...] Os homens possuem essas redes na política historicamente, porque estão dominando o jogo eleitoral há séculos. Agora é a vez das mulheres, sobretudo das mulheres negras! Na esteira do afrofuturismo, A Tenda reivindica futuros negros. (A Tenda das Candidatas, 2020)

A Tenda das Candidatas é idealizada, portanto, a partir de uma contrariedade com a política institucional estabelecida no Brasil, na qual uma série de grupos marginalizados têm pouco espaço quando se compara com homens brancos, por exemplo. Assim, a criação da Tenda das Candidatas se deu, a

princípio, com a intenção de democratizar as esferas de poder, com mais mulheres comprometidas com pautas contra o sexismo, o racismo e a LGBTQIA+fobia. Isso reflete um compromisso com a promoção da diversidade e da justiça social, buscando corrigir desigualdades históricas que ainda persistem no cenário político brasileiro. Ao adotar essa estratégia de preferência, a iniciativa busca promover uma maior democratização do ambiente político, em vista da pluralidade de candidatas atendidas.

A organização da iniciativa conta com, ao menos, seis pessoas: Hannah Maruci, diretora executiva e co-fundadora; Laura Astrolabio, diretora executiva e co-fundadora; Mariana Nogueira, assessoria de comunicação; Camila Aguiar, streamer e facilitadora de formação; Stephanie Gonçalves, designer e Juliane Cavalcante, editora de vídeo. Para além da equipe que atua a frente da organização, voluntárias e lideranças que foram apoiadas pela iniciativa em outros momentos também atuam em conjunto com a iniciativa. O financiamento da Tenda das Candidatas ocorre por meio de doações e apoio financeiro por meio de fundos internacionais e nacionais de fundações que apoiam a promoção da democracia e igualdade de gênero.

Nas eleições de 2020, mais de 400 mulheres participaram da formação promovida pela Tenda, e, em seguida, a iniciativa promoveu mais uma seleção, desta vez personalizada, da qual mais de 200 mulheres se inscreveram e 10 foram selecionadas. Nesta primeira experiência, 2 das mulheres apoiadas pela iniciativa foram eleitas para vereadoras e 4 foram diplomadas como suplentes. Nas eleições seguintes, uma mudança na atuação da Tenda se deu pela abrangência maior, uma vez que as candidatas passaram a ser acompanhadas desde 2021 até o período eleitoral de 2022, abarcando assim, o período de pré-campanha também. Na temporada de 2021/2022, 90 participaram das formações e, novamente, 10 foram atendidas de forma personalizada. Apesar de não ter havido eleitas, as candidatas somaram mais de 230.000 votos, e houve 13 suplências de deputadas estaduais e 2 suplências de deputadas federais. Na temporada de 2022/2023, 474 mulheres se inscreveram, das quais 122 receberam formação. As candidaturas das mulheres apoiadas pela iniciativa foram distribuídas em partidos da esquerda brasileira, como PT, PDT, PSOL e PC do B, pensando na classificação de Bolognesi et al (2023). Assim como as outras iniciativas, A Tenda das Candidatas não teve a filiação

partidária como critério explícito para o recrutamento, apesar da semelhança do espectro político das candidatas apoiadas. De forma semelhante com Goianas na Urna, a iniciativa ofertou formações em anos não eleitorais, o que reforça a ideia da ausência de necessidade de filiação, ao menos nesse contexto específico.

A principal estratégia mobilizada pela Tenda das Candidatas concentra-se no recrutamento de mulheres, sobretudo por meio de um processo seletivo próprio e feito de forma virtual. A iniciativa, embora fale em grande parte da representação de mulheres, demonstra uma preferência por grupos específicos, como mulheres negras, indígenas, quilombolas e LGBTQIAPN+. Para a qualificação das candidatas, a iniciativa concentra-se em fornecer aulas sobre diferentes temáticas, tendo 17 aulas disponibilizadas na primeira formação e 30 aulas divididas em 3 blocos diferentes nas formações seguintes. As temáticas mobilizadas, nesse sentido, giram em torno de estratégias de campanha, segurança digital, o funcionamento do sistema político do Brasil, formas de participação, apoio psicológico, marketing de campanha e orientações sobre a busca de alianças para as candidatas, entre outras. Ainda, as candidatas que não obtiveram sucesso nas eleições também participam de uma formação extra, voltada para não eleitas, “para que elas, que já são lideranças, não desistam de estar na política” (A Tenda das Candidatas, p. 29) que aborda temas como análise da campanha eleitoral de 2022, suporte emocional e psicológico, análise de estratégias de campanha e técnicas e articulação política partidária, media training, violência política, entre outros temas.

Além da estratégia de formação política, a iniciativa também atua em outras frentes, como estratégias de *advocacy* para a promoção de equidade de gênero e raça na política. Assim, a Tenda também participa ativamente das discussões acerca de projetos de lei, votações e mobilizações que tenham versam sobre a presença das mulheres na política. Exemplos de discussões em que a Tenda esteve ativa foi a Reforma Eleitoral, a PEC 9/2023 que versava sobre a anistia aos partidos políticos, PL 888/21, que dispõe sobre a possibilidade do uso dos recursos eleitorais públicos para funções de cuidado, PEC 18/21, que trata da aplicação de recursos de candidaturas femininas, entre outras. Ainda, a iniciativa também atua na promoção de campanhas, como o Novembro Negro, que debate as desigualdades raciais, o Setembro Neon, que visa a conscientização contra a violência política de gênero e raça, a campanha contra a coação eleitoral, entre outras. Estas atuações

demonstram que o papel da iniciativa não se reduz ao apoio de candidatas no período eleitoral, uma vez que ela atua também em outros períodos abordando temas diversificados.

Quadro 5 - Estratégias da Tenda das Candidatas na Dinâmica Eleitoral

Estratégia	Descrição
Processo seletivo	Recrutamento de forma virtual, tendo como público-alvo mulheres negras, quilombolas, indígenas e LGBTQIAPN+, comprometidas com as pautas antirracista, feminista e de direitos humanos, com cotas voltadas para esses perfis.
Formação de Redes	Criação de redes colaborativas de mulheres na política em todo o país, promovendo a cooperação entre lideranças para ocuparem os espaços de decisão.
Formação Política	Formações voltadas para estratégias de campanha, segurança digital, funcionamento do sistema político, formas de participação, marketing de campanha e orientações sobre a busca de alianças para as candidatas, entre outras.
Apoio	Apoio psicológico, jurídico e de comunicação no ciclo eleitoral, e formação e apoio para candidatas não eleitas, como orientações sobre a resolução de pendências eleitorais, avaliação das campanhas anteriores e estratégias para o próximo ciclo eleitoral

Fonte: Elaboração própria (2025).

3.2.4 Resumo das Iniciativas

As três iniciativas analisadas apresentam diferentes níveis de apoio às candidatas, formalização e profissionalização em suas estruturas organizacionais, evidenciando suas especificidades. Em linhas gerais, todas elas possuem divisões internas estruturadas, de modo a constituir estruturas profissionalizadas e formais, mas que também podem contar com a participação da sociedade civil em diferentes níveis. Enquanto algumas, como Goianas na Urna, integram voluntários em suas ações, outras, como A Tenda das Candidatas, priorizam estratégias mais centralizadas em seus membros, ao passo que Mulheres Negras Decidem possui articuladoras em diferentes estados. Apesar dessas distinções, todas compartilham o ideal de expertise entre seus membros e a preocupação em promover ações estratégicas voltadas para a representação eleitoral. A seguir, um quadro com resumo das características das três iniciativas analisadas:

Quadro 6 - Resumo das características das Iniciativas

Iniciativa	Descrição	Descrição
Goianas na Urna	Organização	Direção; equipe de conselheiras; lideranças voltadas para formação política, pesquisa, mobilização, comunicação, jurídica; voluntárias e ativistas em geral.
	Fundadoras	Emília Marinho, economista, e Juliana Leal, coordenadora de projetos internacionais de direitos humanos
	Financiamento	Doações de pessoas físicas, financiamento coletivo, comércio de produtos personalizados, participação em editais de captação de recursos.
	Objetivos	Promover a representação feminina em Goiás e combater candidaturas laranja
	Região	Atuação local no município de Goiânia em 2019 e no estado de Goiás a partir de 2020
	Resultados	Em 2020 lançou 28 candidatas, das quais 5 foram eleitas e 5 diplomadas como suplentes e em 2022 lançou 12 candidatas, sem eleitas, mas com 7 suplentes.
	Espectro Político	A iniciativa se identifica como progressista, e apoiou candidatas de diferentes espectros políticos, abarcando candidaturas de 16 partidos, como PL, PSDB, PT, PSOL, entre outros.
	Conexões	Elas no Poder, Pela Democracia, Politizar, Grupo de Mulheres Negras Malunga, Data Elege, Smart Eleitoral, Instituto Ser Tão Grande, Embaixadores da Cidadania, Rede A Ponte.
Mulheres Negras Decidem	Organização	Articuladoras políticas distribuídas em 22 unidades federativas diferentes.
	Fundadoras	Gabriele Roza, Juliana Marques, Diana Mendes, Ana Carolina Lourenço e Lorena Pereira, a partir do projeto Minas de Dados. Estamos Prontas foi fruto de uma parceria entre o Instituto Marielle Franco e o movimento Mulheres Negras Decidem
	Financiamento	Doações de pessoas físicas e apoio filantrópico por meio de fundações internacionais e nacionais
	Objetivos	Promover a representação de mulheres negras na política institucional e conscientização sobre esse tema
	Região	Atuação nacional
	Resultados	Em 2022, 27 candidatas foram apoiadas, uma em cada unidade federativa, das quais 2 foram eleitas deputadas estaduais, e uma das candidatas apoiadas assumiu uma cadeira de vereadora.
	Espectro Político	A iniciativa se define como de esquerda, apoiando 5 partidos diferentes deste espectro: PSB, PSOL, PT, PV e Solidariedade

	Conexões	Instituto AzMina, Instituto Marielle Franco, Rede A Ponte
A Tenda das Candidatas	Organização	Direção (com as co-fundadoras e diretora executiva), equipe de designers, assessoria de comunicação, facilitadora de formação e editora de vídeo.
	Fundadoras	Laura Astrolabio, advogada, e Hannah Maruci, cientista política
	Financiamento	Doações e apoio financeiro por meio de fundos internacionais e nacionais de fundações
	Objetivos	Promover a representação feminina na política institucional, sobretudo mulheres negras, quilombolas, indígenas e LGBTQIAPN+
	Região	Atuação nacional
	Resultados	Em 2020, apoiou mais de 400 candidatas, das quais 10 receberam apoio personalizado, tendo 2 eleitas; em 2022 lançaram 90 candidatas, das quais 10 foram apoiadas de forma personalizada, sem nenhuma eleita.
	Espectro Político	A iniciativa apoiou amplamente candidaturas de esquerda, apoiando sobretudo, candidatas dos partidos PT, PSOL, PDT, PSB e PC do B.
	Conexões	Plataforma pela reforma do sistema político, Pacto pela Democracia, Fórum Paulista contra a violência política - Ministério Público Federal, Rede Orçamento Mulher, Rede A Ponte

Fonte: Elaboração própria (2025).

Nesta pesquisa, as Iniciativas de Apoio a Candidatas podem ser entendidas enquanto organizações híbridas, uma vez que agregam algumas características de partidos e de movimentos. Primeiro, estas iniciativas atuam sobretudo na proposta por mudanças na representação institucional, utilizando principalmente o repertório eleitoral para isso, apesar de este ser executado de forma diferente a depender da iniciativa, conforme destacado no capítulo seguinte. Segundo, elas se propõem a atuar no recrutamento de candidatas com potencial de vitória nos pleitos eleitorais, a partir de uma série de diferentes critérios, atuando em uma área entendida como exclusiva dos partidos políticos. Terceiro, elas fornecem uma série de serviços às candidatas apoiadas visando, principalmente, a formação política, a construção de diferentes agendas e, em alguns casos, o oferecimento de apoio jurídico, psicológico ou financeiro — este último sendo, também, uma importante variável na qual os partidos políticos frequentemente falham, seja pelos atrasos ou distribuição desigual dos recursos, que afetam principalmente as mulheres. Por último, possuem algumas

características de movimentos sociais, uma vez que são compostas, também, por voluntários e têm participação e interação com a sociedade civil em menor ou maior grau — elas formam redes informais, possuem identidade coletiva comum e usam diferentes repertórios de ação, utilizados comumente por movimentos sociais como o repertório eleitoral, mas também outros, como *advocacy* e pesquisas.

As três iniciativas analisadas apresentam capacidades organizacionais bem definidas em suas estruturas, com direções, equipes de membros e redes de voluntárias e articuladoras, aproximando-as enquanto organizações mais profissionalizadas. Além disso, o apoio jurídico, contábil e de comunicação esteve presente em todas elas, demonstrando uma visão em comum em relação a como deve-se construir e fortalecer as candidaturas. No entanto, Goianas na Urna enfrentou desafios consideráveis para se estruturar, especialmente quando comparada às demais iniciativas. Embora sua atuação seja regional, concentrada no estado de Goiás, a iniciativa encontrou maiores obstáculos no acesso a recursos financeiros e redes de apoio, o que se deve, em parte, à sua localização fora dos eixos mais consolidados de mobilização política, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Para acessar esses espaços envolvia muita energia e recurso. Mas a gente decidiu fazer o Goianas na Urna para georreferenciar, dizer que tem efervescência política em outros lugares do Brasil, não é só Nordeste, São Paulo e Rio. Mas é muito difícil mobilizar a filantropia fora desses eixos” (E1).

A ligação com movimentos sociais maiores é nítida em parte das iniciativas analisadas: Mulheres Negras Decidem, que se reconhece como movimento social, é formado por mulheres negras ativistas, atuando desde sua fundação de forma interseccional nas pautas de raça e gênero, buscando esse perfil de ativistas negras em seu recrutamento. A Tenda das Candidatas, apesar de não se definir como movimento social, também busca lideranças advindas de movimentos sociais, sendo estes os movimentos feministas e antirracistas. Goianas na Urna, apesar de também não se identificar como movimento social, possui uma rede de conexões com organizações de movimentos sociais e organizações da sociedade civil em geral com temáticas como combate à discriminação de gênero, raça e classe, promoção da representação feminina e defesa da democracia.

Um outro aspecto relevante a ser destacado é a conexão entre as iniciativas analisadas e outras organizações. Embora cada iniciativa mantenha relações com

diferentes organizações, um ponto em comum entre todas elas é a vinculação à Rede A Ponte, mencionada de forma recorrente nas entrevistas realizadas. Essa iniciativa atua oferecendo apoio técnico contínuo e personalizado para vereadoras e deputadas estaduais (Rede A Ponte, 2025). As iniciativas analisadas indicaram suas candidatas eleitas para a integrarem, demonstrando um alinhamento no fortalecimento da atuação política das mulheres. Essa convergência evidencia que, apesar das particularidades de cada iniciativa, há um esforço compartilhado para promover apoio após o período eleitoral, mesmo que não seja promovido diretamente por elas.

As iniciativas Mulheres Negras Decidem, Goianas na Urna e A Tenda das Candidatas compartilham um objetivo central: ampliar a representatividade feminina na política brasileira. O foco em mulheres negras, indígenas, quilombolas e LGBTQIAPN+, no entanto, está mais presente na Tenda das Candidatas, ao passo que a Estamos Prontas foca em mulheres negras. Apesar de públicos-alvo diferentes, percebe-se uma compreensão coletiva sobre a urgência de corrigir desigualdades históricas que limitam a inclusão de grupos marginalizados nos espaços de poder. Um aspecto central nas estratégias dessas iniciativas é a formação política, que vai além da mera instrução técnica, promovendo uma conscientização crítica sobre o papel das mulheres na transformação das estruturas políticas. Essas formações não apenas qualificam as candidatas, mas também reforçam a narrativa de que a política institucional deve refletir a diversidade da sociedade brasileira e que o debate deve ser qualificado.

A formação, apesar de ponto comum das iniciativas, se diferencia nas abordagens adotadas no que se refere ao conteúdo, foco e no entendimento do que são as habilidades que se busca desenvolver. As três iniciativas focaram em aspectos técnicos, como marketing político, legislação eleitoral e desenvolvimento pessoal, como oratória e preparação psicológica. As diferenças residem em outros pontos: Mulheres Negras Decidem atuou também para conscientização política e a valorização da identidade negra, ao passo que Goianas na Urna adotou uma abordagem mais técnica e A Tenda das Candidatas focada no período eleitoral, apesar desta última também atuar no pós eleições, com formações focadas na análise da campanha e no suporte e apoio emocional.

Outro ponto de destaque entre as iniciativas é o suporte personalizado oferecido às candidatas, abrangendo assessoria jurídica, orientação durante campanhas e outras formas de apoio direto. Essas ações não apenas buscam mitigar as barreiras enfrentadas por mulheres no ambiente político, mas também questionam o papel tradicional dos partidos políticos, que frequentemente falham em fornecer suporte adequado a essas candidaturas. Além disso, o foco na personalização demonstra um reconhecimento das realidades heterogêneas que as candidatas enfrentam, como em termos de recursos, desafios pessoais, etc. Essa abordagem evidencia que o suporte personalizado busca assegurar uma melhor efetividade das iniciativas, uma busca por maiores impactos.

As três iniciativas analisadas, oferecem apoio às candidatas apoiadas, eleitas ou não eleitas, após o período eleitoral, mas com variações entre si. Mulheres Negras Decidem têm uma rede com as candidatas e eleitas apoiadas nas eleições, oferecendo suporte em casos de violência política, além de convidar as participantes para outras formações oferecidas por ela. Goianas na Urna também forneceu suporte nos casos de violência política, mas manteve uma comunicação mais distante e informal para além disso com as candidatas, uma “comunicação sem muita indução e acompanhamento” (E1). A Tenda das Candidatas também construiu uma rede de comunicação com as candidatas apoiadas, e passou, a partir de 2022, a fornecer apoio e formação após o período eleitoral para as candidatas que não foram eleitas.

As diferenças entre as iniciativas ficam evidentes em suas escalas de atuação e contextos regionais. Mulheres Negras Decidem opera nacionalmente, com foco explícito de forma interseccional nas mulheres negras, visando combater a sub-representação desse grupo no cenário político brasileiro. Por outro lado, Goianas na Urna atua de forma regional, concentrando esforços em candidaturas locais de Goiás e no combate às práticas de candidaturas laranja. Sua atuação regionalizada permite um contato mais direto com as realidades locais, trazendo soluções mais adaptadas a esse contexto. Já a Tenda das Candidatas também tem alcance nacional, mas com uma abordagem interseccional que prioriza mulheres negras, indígenas, quilombolas e LGBTQIAPN+, buscando dar visibilidade a uma série de grupos historicamente marginalizados dentro do universo político brasileiro.

Quanto ao alinhamento partidário, há contrastes importantes, visto que, apesar de não colocarem a filiação a determinados partidos políticos como um critério explícito, os ideais das iniciativas corroboram com o recrutamento de candidatas de um mesmo espectro político, com exceção de Goianas na Urna. Enquanto Mulheres Negras Decidem e A Tenda das Candidatas demonstram uma inclinação para partidos de esquerda e centro-esquerda, Goianas na Urna apoiou candidaturas de espectros políticos diversos, incluindo partidos de direita, centro e esquerda. A flexibilidade ideológica da Goianas na Urna permite que a iniciativa se insira de maneira mais flexível e pragmática nas dinâmicas eleitorais, atingindo uma diversidade maior de candidatas. Pensando essas questões, é evidente que as iniciativas não visam somente o aumento do número de mulheres na política institucional, visando, também, avanços de algumas agendas, como dos direitos humanos, antirracistas e feministas, presenciadas em Mulheres Negras Decidem e na Tenda das Candidatas.

No financiamento, as estratégias se divergem e convergem em alguns pontos. Mulheres Negras Decidem e A Tenda das Candidatas contam com campanhas de arrecadação mais estruturadas, envolvendo parcerias institucionais e financiamento por meio de fundações nacionais e internacionais, mas também por meio de doações de pessoas físicas. Já Goianas na Urna recorre, sobretudo, a doações de pessoas físicas, por meio de métodos variados, como campanhas de financiamento coletivo e comercialização de produtos personalizados, refletindo uma maior dependência de contribuições locais e de esforços autossustentáveis — apesar de ter participado de editais de captação de recursos, a iniciativa destacou enfrentar dificuldades nessa questão. Essa diferença evidencia como cada iniciativa se adapta às suas circunstâncias e possibilidades de mobilização, com a iniciativa Goianas na Urna, regional, sendo forçada a buscar alternativas diferenciadas para garantir a continuidade de suas ações.

Embora as iniciativas analisadas ofereçam um extenso suporte às candidatas, com formação política, assessoria jurídica, formação de redes, apoio psicológico, entre outros, a questão financeira aparenta ser um obstáculo significativo para o sucesso das candidaturas apoiadas pelas iniciativas. Apesar do recrutamento e da capacitação que ajudam a preencher lacunas deixadas pelos partidos políticos, a falta de recursos financeiros é apontada pela literatura como um

dos fatores que contribuem para a sub-representação feminina (Sacchet, 2011). O financiamento, embora variado — seja por meio de doações, financiamento coletivo ou apoio de fundações — ainda depende fortemente de fontes externas e contribuições voluntárias, o que limita a capacidade de escalar o apoio e garantir a competitividade das candidatas no cenário eleitoral. Com exceção da Estamos Prontas, que forneceu auxílio financeiro às candidatas por cerca de 3 meses, de acordo com as entrevistas, as outras iniciativas não atuaram nessa questão. Assim, apesar da formação e o apoio essenciais nas disputas eleitorais, sem recursos financeiros adequados, as chances de sucesso eleitoral permanecem limitadas.

Em termos de *advocacy*, A Tenda das Candidatas se destaca, com uma atuação consistente na defesa de pautas como reforma eleitoral e violência política de gênero, ampliando seu impacto para além do período eleitoral. Mulheres Negras Decidem também tem presença em *advocacy*, com maior foco em campanhas específicas, como a “Ministra Negra Já”, além de ter uma grande atuação voltada para a realização de pesquisas que envolvam a temática de mulheres negras e poder. Já a Goianas na Urna concentra esforços no processo eleitoral em si, priorizando a formação de candidatas e auxílio nas campanhas eleitorais, com menor atuação em pautas estruturais fora desse contexto. Embora comumente as iniciativas estejam interessadas nas eleições, buscando maior representação feminina na política institucional, a perspectiva de mulheres em outras posições de poder também é presente, como no caso de Mulheres Negras Decidem.

Os resultados alcançados também ilustram diferenças em seus impactos. Tanto iniciativas regionais quanto nacionais desempenham papéis complementares na transformação do cenário político brasileiro. As diferenças entre os níveis de alcance das iniciativas indicam como a mobilização, seja ela reduzida a contextos menores ou a dimensões mais amplas, desempenha um papel estratégico na promoção de mudanças políticas, reforçando que cada nível de atuação pode ter um potencial diferente. Apesar dos resultados gerais obtidos por cada iniciativa serem positivos, as eleições de 2022 revelam uma disputa mais complexa para as candidatas apoiadas para cargos estaduais e federais, em vista de que apenas Mulheres Negras Decidem, por meio da Estamos Prontas, conseguiu eleger candidatas — as eleições municipais, nesse sentido, aparentam ser onde as iniciativas têm mais potencial. A iniciativa em questão apoiou somente candidatas

aos cargos de deputada estadual e não federal, ao passo que Goianas na Urna e A Tenda das Candidatas apoiaram candidatas para ambos os cargos, sem eleger nenhuma, mas conquistando suplências.

A iniciativa Mulheres Negras Decidem/Estamos Prontas se destaca em relação a outras iniciativas analisadas nesta dissertação devido a aparentar ser um pouco mais estruturada. A principal diferenciação está no apoio financeiro às candidatas, com um auxílio que durou cerca de três meses e pode ter relação com os resultados positivos em 2022, o que não ocorreu nas outras iniciativas, além do custeio da viagem e hospedagem das candidatas para a formação presencial no Rio de Janeiro. O apoio financeiro, mesmo que não seja o suficiente para custear uma campanha competitiva, acaba por ajudar as candidatas no dia a dia, uma vez que pode servir para custos de deslocamento, alimentação e outras despesas que, embora pareçam pequenas, podem ser um obstáculo significativo para mulheres nas campanhas. Apesar dessas questões, é necessário ressaltar as dificuldades financeiras enfrentadas, principalmente, por Goianas na Urna, como relatado anteriormente que, devido a atuar em Goiás, o acesso a recursos financeiros é mais difícil, além da iniciativa ter dado uma pausa em sua atuação, com planos de ampliar futuramente seu alcance.

4. As Dinâmicas de Recrutamento e Interações entre Iniciativas e Partidos

Neste capítulo, serão discutidos os resultados da pesquisa em torno de dois eixos centrais: recrutamento e interação com partidos políticos. A primeira parte, 4.1, abordará as estratégias de recrutamento adotadas pelas iniciativas analisadas, evidenciando como elas identificam e capacitam candidatas para a disputa eleitoral. Esse debate será contextualizado a partir da literatura sobre recrutamento político focada nos partidos políticos, assim como o debate sobre recrutamento e mobilização em movimentos sociais. A segunda parte se concentrará na dinâmica de interação dessas iniciativas com os partidos políticos, explorando as estratégias adotadas para essa interação. A literatura mobilizada sobre a interação entre partidos e movimentos guiará a discussão dos resultados.

4.1 Dinâmicas de Recrutamento nos Partidos e nas Iniciativas

O objetivo desta seção é apresentar os resultados e discussão acerca do recrutamento político fornecido pelas iniciativas de formação e apoio a candidatas analisadas nesta dissertação. Ao longo do capítulo, serão discutidas as principais estratégias de recrutamento e apoio oferecidas pelas iniciativas Goianas na Urna, Mulheres Negras Decidem e A Tenda das Candidatas, ressaltando as diferenças e semelhanças entre elas, além de apresentar as perspectivas tanto das organizações quanto de candidatas apoiadas por elas. Ainda, a perspectiva das iniciativas e das candidatas acerca de como os partidos recrutam e apoiam mulheres também será abordada.

4.1.1 Goianas na Urna

Para compreender a visão da iniciativa acerca de sua atuação no recrutamento de candidatas, é necessário visualizar sua perspectiva acerca de como os partidos políticos o fazem. Um dos processos frequentemente discutidos pela iniciativa sobre o recrutamento realizado pelos partidos é a dificuldade na identificação de candidatas competitivas. De acordo com uma das entrevistadas, os partidos frequentemente não conseguem ou têm dificuldade na identificação e seleção de candidatas competitivas ou mesmo em atender às necessidades específicas delas. Além disso, os recursos partidários tendem a ser direcionados

para políticos já eleitos, o que perpetua uma lógica de manutenção do poder e reduz as oportunidades de eleição de novas candidatas.

Os partidos pecam em conseguir mapear candidaturas, potenciais candidaturas, em conseguir escutar as necessidades e atendê-las e em ter mecanismos de repasse de recursos para novas candidatas. Não é isso, né? Eu vou estar sempre repassando mais recursos para quem está eleito, mas se ele já está eleito, ele tem tudo para manter. [...] E da ótica do partido de querer minimizar risco, eles vão querer apostar em quem já demonstrou potencial. E a forma que eles têm hoje é ver o resultado da urna. Por isso que é muito difícil chegar com uma nova pessoa e querer entrar na chapa. Então, se já tem esse boicote na linha de partida, você não tem uma competição de fato justa, para quem está competindo pela primeira vez (E1).

Essa perspectiva destaca que os partidos buscam priorizar a preservação de mandatos já estabelecidos, em vez de buscar apoiar novas candidaturas. Isso, no entanto, é algo esperado, uma vez que os partidos, ao se consolidarem no poder, tendem a se vincular cada vez mais às dinâmicas e estruturas estatais, buscando minimizar riscos e apostar em candidatos que já demonstraram potencial eleitoral (Oliveira, 2016). Ademais, um ponto abordado acerca do recrutamento de candidatas pelos partidos políticos ressoava na questão de conflito de interesses entre lideranças partidárias e as aspirantes. As aspirantes e candidatas apoiadas pela iniciativa relataram enfrentar dificuldades por parte dos partidos, sobretudo pelas lideranças partidárias, para efetivarem suas candidaturas. Esse cenário evidencia um dilema nos partidos, no qual, muitas vezes, quem decide sobre candidaturas e recursos muitas vezes também concorre nos pleitos eleitorais, o que pode gerar dificuldades para novas candidaturas. A iniciativa, em vista de superar essa questão, busca fornecer suporte às mulheres para que tenham mais autonomia para avançar em suas candidaturas sem depender exclusivamente da estrutura partidária.

O que a gente escutava, muitas dessas mulheres já eram de movimento, dá para ver, dá para ajudar, dá para eleger outras pessoas. E aí, na hora que elas falavam que queriam se candidatar, eram convencidas a não. Então, tem outros mecanismos aí porque tem uma confluência. A maior parte dos líderes partidários também são pessoas que foram ou querem ser eleitos. E isso tem um conflito de interesse, óbvio. E isso dificulta bastante para que essas novas mulheres alcancem. E isso a gente não tinha interesse.. Esse conflito de interesse, a gente não se candidatava, a gente estava fazendo um movimento suprapartidário, um projeto suprapartidário para apoiar candidaturas (E1).

Pensando no recrutamento realizado pela iniciativa, o processo seletivo estruturado foi uma das práticas discutidas pela iniciativa. O processo seletivo,

nesse sentido, era aberto para as mulheres do estado de Goiás, com objetivo de identificar e apoiar candidatas nas eleições e funcionando como um contraponto à ineficácia dos partidos no recrutamento de novas lideranças. A iniciativa compreendia, no entanto, que simplesmente recrutar mulheres para compor chapas não seria suficiente para garantir candidaturas viáveis.

Então, pontuamos assim: vamos entender que é um problema o partido identificar novas candidatas com potencial. Então, candidatas competitivas. Como você demonstra que você vai ser uma candidata competitiva, ou seja, que vai ganhar votos. Acho que esse é um desafio real. E a gente, então, olhou para, primeiro, recrutar e selecionar mulheres que tinham interesse em ter a disputa eleitoral de todos os partidos, mas que nunca tinham sido eleitas. E dessas que nunca tinham sido eleitas, muitas delas nem tinham escolhido partidos. Então, a gente foi acompanhando toda a trajetória (E1).

Assim, realizou um processo seletivo voltado a mulheres maiores de 18 anos, residentes no estado de Goiás e interessadas em concorrer a cargos eletivos de vereadora, nas eleições de 2020, e deputada federal ou estadual, nas eleições de 2022. Embora o critério de elegibilidade fosse simples, os filtros aplicados na seleção eram mais rigorosos. O formulário de inscrição, primeira etapa do processo seletivo, buscava informações sobre as candidatas, tais como a trajetória política delas e o envolvimento em movimentos sociais e ações de ativismo, em vista de verificar características de liderança, ou seja, aqui é valorizado o envolvimento com ativismo e organizações. Essa abordagem feita pela iniciativa destaca o caráter das múltiplas filiações, uma vez que se tem o reconhecimento e priorização da experiência das candidatas em diferentes esferas de mobilização, como movimentos sociais, ações comunitárias e ativismo em geral. Na segunda etapa, de entrevistas, foram observadas algumas competências, como o compartilhamento de valores da iniciativa de diversidade, ética e igualdade de gênero; competências de campanha, como comunicação, eloquência, articulação, além do foco no cidadão.

Foi bem o que a gente testou, como quais são indicadores que preveem que essa mulher que nunca concorreu a uma eleição vai ter uma candidatura competitiva. [...] A gente teve esse formulário inicial, que elas contavam para a gente um pouco da trajetória delas, os movimentos que elas estavam já envolvidas, o que elas já tinham feito, que já mediam um pouco de senso de engajamento, então a gente queria coletar evidências delas, do que elas já tinham feito. Características de liderança, elas são comprováveis. 'Eu organizei uma campanha de arrecadação de alimentos, eu fiz uma arrecadação de doações, se mobiliza ou não. Nós fizemos um projeto para uma horta'. As pessoas tinham, mesmo que sem envolvimento partidário, como comprovar várias das competências que a gente busca numa candidatura. A gente mapeou isso na primeira forma no formulário inicial. E na entrevista, a gente aprofundou, olhando para os nossos valores de respeito à diversidade, de ética, de igualdade de gênero. Então, a gente

fazia perguntas direcionadas para entender o quanto a pessoa realmente estava aberta e alinhada com os nossos conceitos (E1).

Em seu primeiro processo seletivo, 100 mulheres demonstraram interesse, 60 passaram por entrevistas de competência e 30 se tornaram pré-candidatas, sendo que 5 delas foram eleitas. Como apontado pela iniciativa, muitas das aspirantes sequer estavam filiadas a um partido no momento da seleção, ponto que foi trabalhado na formação, visto que a iniciativa abordava essa temática para auxiliar as mulheres a selecionarem seus partidos. O processo seletivo envolvia, sobretudo, identificar se as interessadas seriam candidatas competitivas nas disputas eleitorais. Ser uma candidata competitiva, para a iniciativa, não estava relacionado à experiência com a política formal prévia, como é visto em grande medida pelos partidos políticos. Uma candidata competitiva seria alguém com características de liderança, que já demonstrasse experiência em engajamento político, seja pela organização de ações comunitárias, seja pelo envolvimento em movimentos sociais, sendo estes alguns dos principais indicadores dessas características de liderança.

Bom, de 2018 até 2020, a gente fez alguns processos, foram três ao todo, de seleção. Ao todo, a gente teve 100 mulheres interessadas. Dessas 100, a gente entrevistou, fez entrevista por competência com 60 delas, mapeando se tinha alinhamento com os nossos valores, fazendo entrevista de competência para mensurar esse potencial de competitividade. Características de liderança, de comunicação, de articulação, enfim, algumas coisinhas científicas. E aí, dessas 60, a gente formou muitas, a maioria delas, mas 30 foram de fato pré-candidatas. Novas, ninguém nunca tinha sido eleita e de fato conseguiu ser pré-candidata. E a gente tinha mulheres de 11 cidades diferentes e de 14 partidos diferentes nessa composição. E dessas 30, 5 foram eleitas (E1).

Em vista disso, a perspectiva da iniciativa acerca do recrutamento partidário, apesar de negativa, uma vez que há falhas na efetivação das candidaturas, também é de expectativa de melhorias. A crítica ao modelo atual de recrutamento não significa que a iniciativa vê os partidos como instituições irrelevantes, pelo contrário. Há um reconhecimento de que, se aprimorados, os partidos poderiam desempenhar um papel fundamental na formação de novas lideranças femininas.

Eles são guardiões, guardiões da chapa, do recurso. Então, eles são peças fundamentais. [...] A gente vê sim que o partido pode ser mais eficaz, gerir melhor os recursos para apostar e formar novas lideranças, novas mulheres líderes em seus partidos. Isso falha em todo o Brasil. Em todos os partidos falham (E1).

Da perspectiva do recrutamento realizado pelos partidos, uma das práticas que foram discutidas pelas candidatas foi a de uso de critérios informais, uma vez que se entende que os partidos recrutam e apoiam candidaturas com base em preferências pré-existentes, mobilizadas por diferentes motivos, favorecendo determinadas candidaturas. Nesse sentido, uma das entrevistadas ilustra que “eles [lideranças partidárias] não querem investir em time que não está ganhando. Eu vejo pessoas que já estão engajadas há um tempo, tendo muito mais apoio, muito mais atenção, muito mais dinheiro dentro do meu partido” (E3), destacando que nesse caso, a preferência era por indivíduos com mais experiência no partido. A priorização, nesse caso, apesar de ser informal, ocorreu para quem já possuía trajetória política estabelecida no partido, o que gera mais investimento de recursos e apoio em candidaturas que já demonstraram potencial de vitória. Esse cenário evidencia uma prática de recrutamento que valoriza a continuidade em detrimento de novas candidaturas, especialmente de quem ainda não possui um histórico dentro do partido. O gênero foi mobilizado pelas entrevistadas como uma barreira adicional, já que os partidos, além de priorizarem candidatos com trajetórias políticas consolidadas, também tendem a reforçar padrões de gênero que favorecem os homens, mesmo com candidatas qualificadas.

4.1.2 Mulheres Negras Decidem

A visão da iniciativa Mulheres Negras Decidem acerca do recrutamento realizado pelos partidos políticos se dá, sobretudo, pela perspectiva de que eles apresentam limitações no reconhecimento da viabilidade de candidaturas femininas, especialmente de mulheres negras. Uma das principais dificuldades mencionadas é a falta de reconhecimento dessas candidaturas como prioritárias, o que se reflete na baixa destinação de recursos, na ausência de investimento político e na pouca visibilidade oferecida às campanhas lideradas por mulheres negras — nesse sentido, entende-se que a prática discutida ao tratar do recrutamento feito pelos partidos é a de resistência à incorporação de mulheres. A iniciativa compreende que, embora os partidos sejam atores centrais no processo eleitoral, sua atuação na seleção de candidatas reflete padrões excludentes, onde candidaturas masculinas e aquelas já consolidadas dentro das estruturas partidárias recebem prioridade. Diante

desse cenário, a Estamos Prontas é colocada como uma ferramenta para suprir as lacunas deixadas pelos partidos, buscando fortalecer mulheres negras interessadas em concorrer.

Então se a gente está vendo que os partidos jogam as mulheres negras de escanteio, para trás, como a gente pode ser uma ferramenta adicional para que essa mulher consiga ser candidata? Então a gente coloca elas no Estamos Prontas, na verdade, coloca o Estamos Prontas para elas nesse lugar de fortalecimento, para que ela consiga ter essa soma de possibilidades, sabe? (E2).

A iniciativa, portanto, adota uma visão crítica sobre o recrutamento partidário, ressaltando a persistente marginalização das candidaturas de mulheres negras no cenário político. A falta de incentivo interno nos partidos e o descumprimento das políticas de cotas são alguns fatores ressaltados pela entrevistada acerca dessa questão. A postura da iniciativa sugere que o recrutamento político nos partidos não se dá de forma neutra, mas sim dentro de uma lógica de exclusão, na qual mulheres negras são constantemente relegadas a posições secundárias. Dessa forma, ao atuar na seleção e formação dessas lideranças, a iniciativa Mulheres Negras Decidem, por meio da Estamos Prontas, funciona como um mecanismo de fortalecimento, permitindo que as candidatas apoiadas não dependam exclusivamente das estruturas partidárias para disputarem as eleições.

Então, o Estamos Prontas vem muito com esse objetivo, com esse sonho, né? Vamos fortalecer essas mulheres, entendendo que mulheres negras são as que menos recebem financiamento, são as que menos são prioridade dos partidos, né? Infelizmente, também temos essa questão de eles nem mesmo cumprirem as cotas, que é uma lei, né? Uma lei dada, enfim. Então, vem muito nessa energia, né? Energia de como expandir essas mulheres, como ser uma ferramenta estratégica e efetiva de fortalecer essas candidaturas (E2).

Diante desse cenário, assim como Goianas na Urna, a iniciativa discutiu o processo seletivo estruturado ao propor o recrutamento de candidatas, uma vez que optou por um processo seletivo com diferentes fases e critérios e aberto às mulheres de todo o país. Para a seleção, o perfil proposto pela iniciativa para inscrições perpassava por uma série de requisitos, como idade mínima de 21 anos, ser mulher negra, brasileira ou naturalizada, ter intenção de se candidatar ao cargo de deputada estadual e integrar coletivo, movimento social ou outras organizações políticas focadas em grupos marginalizados — novamente, discute-se o envolvimento com ativismo e organizações. Ainda, apesar de não ser um requisito em si, o movimento

priorizava mulheres com envolvimento prévio com a iniciativa, articuladoras já envolvidas no próprio movimento Mulheres Negras Decidem, mulheres que concorreram às eleições anteriores e as que se comprometeram com a Agenda Marielle Franco promovida pelo Instituto Marielle Franco, que fez parceria com o MND para a implementação do Estamos Prontas.

O processo de recrutamento realizado pela iniciativa foi uma combinação de diferentes estratégias: uso das mídias sociais, relações prévias com organizações parceiras e recomendações de lideranças em movimentos sociais. A divulgação do processo seletivo foi realizada principalmente pelas mídias sociais, como Instagram e WhatsApp, tendo em vista o objetivo de alcance nacional da iniciativa. O processo de redes/conexões com membros também foi experienciada, tendo em vista que a relação prévia de algumas candidatas com o Instituto Marielle Franco, por meio do comprometimento com a Agenda Marielle Franco, ou com Mulheres Negras Decidem, foi um fator facilitador não apenas para o conhecimento do processo seletivo, mas também para os critérios de seleção. Ainda, recomendações de pessoas envolvidas em movimentos sociais e organizações da sociedade civil também foram apontadas pelas entrevistadas como formas com as quais conheceram a iniciativa. Além disso, o uso da identidade também foi relevante para o recrutamento, uma vez que buscavam um perfil específico que compartilha uma série de semelhanças de gênero, raça e atuação política, por exemplo.

Apesar das diferentes estratégias realizadas pela iniciativa para a divulgação do processo seletivo, o processo em si foi realizado de forma virtual, envolvendo etapas como o preenchimento de formulários e entrevistas por videochamada. O público-alvo proposto, além de mulheres negras, deveria ser de integrantes de movimentos sociais, coletivos ou organizações que atuassem em pautas voltadas para grupos marginalizados. Além disso, foram selecionadas apenas mulheres interessadas na disputa ao cargo de deputada estadual, que foi o único cargo com o qual a iniciativa trabalhou. Por fim, assim como Goianas na Urna, a iniciativa realizou entrevistas com as candidatas para aprofundar o entendimento de suas competências, além de ter realizado um encontro presencial com todas as candidatas selecionadas no Rio de Janeiro, sede da organização do movimento.

Ao pensar a perspectiva das candidatas sobre o recrutamento realizado pelos partidos, uma prática comumente discutida nos relatos era a de uso de critérios informais, que nesse caso em específico, estruturou-se em torno do favorecimento às candidaturas de homens, previamente definidas pelos partidos. Conforme destacado por uma das entrevistadas, “o partido tem os seus preferidos e preferidas, e geralmente os preferidos, na maioria das vezes são homens que têm o maior incentivo, que têm o maior apoio” (E5). A preferência por candidatos homens, novamente, reflete uma cultura partidária que prioriza figuras tradicionalmente associadas ao poder político e já consolidados nas estruturas partidárias. Para as mulheres, especialmente as negras, essa dinâmica acaba por excluir aquelas que não se encaixam no perfil esperado, reforçando a marginalização desse grupo, uma vez que há falta de apoio logo na intenção de participar do processo eleitoral.

Eu costumo sempre dizer que os partidos, eles são um reflexo da sociedade, né, e que mesmo eu sendo uma mulher de esquerda de um partido de esquerda, eu não estou livre, nem do machismo, nem do racismo que acontece dentro dos partidos, o machismo e o racismo, eles são suprapartidários. A maioria dos desafios que a gente enfrenta são mais na ordem de que o partido entenda que as mulheres negras também podem ter viabilidade eleitoral. A gente ainda enfrenta essas barreiras internas, né, de, “ah, você não tem viabilidade eleitoral, então a gente prefere apoiar fulano de tal”, né (E7).

A ideia de que mulheres negras não têm viabilidade eleitoral é um argumento frequentemente usado para justificar a falta de apoio, expondo uma resistência em abrir espaço para esse grupo. A viabilidade eleitoral, muitas vezes, não ocorre devido à própria falta de apoio, recursos e visibilidade que os partidos se recusam em oferecer às candidatas. O reconhecimento da iniciativa pelas candidatas para suas candidaturas indica como o suporte oferecido pela iniciativa foi percebido positivamente por elas. De acordo com as entrevistadas, o suporte oferecido pelas iniciativas foi primordial para garantir não apenas a formação nos temas propostos, mas o apoio jurídico e suporte emocional, elementos ausentes no tratamento recebido pelos partidos. “O partido, ele não faz essas etapas que o Estamos Prontas fez de formação, de apoio jurídico, apoio emocional, né. A gente não tem nada disso no partido” (E3). Enquanto os partidos frequentemente se distanciam das candidaturas femininas e negras, a iniciativa se destacou por oferecer um acompanhamento próximo a elas.

Então, assim, a estrutura que o Estamos Prontas me deu em 2022 foi uma superestrutura, né, em todas as áreas, inclusive financeira, né, que o partido

não dá. No partido é cada um por si. É a brincadeira do se vira, né, se vira. E, às vezes, o partido já chega quando a situação está bem crônica e, às vezes, até irreversível (E7).

Nesse sentido, entende-se que o uso de emoções também é mobilizado pela iniciativa no recrutamento, uma vez que a criação de um ambiente de solidariedade, como exemplificado pelas entrevistadas, não só facilita a mobilização inicial, o recrutamento, mas também fortalece a continuidade das candidatas na própria iniciativa. Ao fornecer diferentes formas de suporte, a iniciativa estabelece uma conexão mais próxima com as candidatas ao mesmo tempo que contribui para a construção de uma identidade coletiva, unindo as candidatas em torno de valores compartilhados, de uma causa comum.

4.1.3 A Tenda das Candidatas

A visão da Tenda das Candidatas acerca do recrutamento realizado pelos partidos políticos é semelhante à perspectiva das outras iniciativas. Apesar do entendimento de que os partidos políticos são a porta de entrada para a entrada na política institucional, como citado anteriormente, a iniciativa compreende que “os partidos brasileiros têm resistência em incorporar as mulheres em suas estruturas de direção política e também nas listas de eleição popular” (A Tenda das Candidatas, 2023), mobilizando, portanto, o processo de resistência à incorporação de mulheres. Além da dificuldade da incorporação de mulheres pelos partidos políticos, aspectos voltados para a questão racial e o repasse de recursos são tópicos que a iniciativa ressalta como problemáticos nos partidos políticos.

Mesmo quando superam a barreira da nomeação pelos partidos políticos e conseguem ser escolhidas como candidatas, outro problema que as mulheres enfrentam é a falta de recursos para custear as despesas das campanhas eleitorais. Elas são subfinanciadas por seus partidos, sendo preteridas e colocadas em situação de desigualdade com relação aos homens, principalmente as mulheres negras. Além disso, muitas vezes os recursos são repassados tardiamente, a poucas semanas ou dias das eleições, de modo que as candidatas têm que arcar com recursos próprios para a realização da campanha (A Tenda das Candidatas, 2023).

Pensando na perspectiva das candidatas, uma das entrevistadas relatou que os partidos atuam visando “inviabilizar candidaturas com potencial eleitoral, que foi até o meu caso. Porque tinha gente nas listas que o partido divulgava que a gente sabia que não ia fazer campanha, mas, estavam tendo muito dinheiro” (E6).

Entende-se que o processo de resistência à incorporação de mulheres foi identificado, uma vez que, mesmo com potencial de vitória nas eleições, o partido se opôs à sua candidatura, resistindo à incorporação e apoio a ela. Além disso, a mesma entrevistada destaca que em seu partido “a participação das mulheres era uma participação muito ferramenta, muito acessório mesmo” (E6), uma vez que visavam, em grande medida, apenas o preenchimento das cotas de gênero. A dimensão racial também foi mobilizada pelas entrevistas, a exemplo de que os partidos, apesar de aceitar suas candidaturas, optaram por apoiar mais veementemente candidaturas de pessoas brancas, priorizando recursos financeiros a esse perfil. Aqui, identifica-se pela perspectiva da candidata, o processo de instrumentalização de candidaturas femininas, uma vez que a presença de candidaturas laranjas é comum nos partidos e, muitas vezes, ocorre com mulheres.

Ao abordar o recrutamento de candidatas, a Tenda das Candidatas, assim como Mulheres Negras Decidem/Estamos Prontas e Goianas na Urna, utilizou o processo seletivo estruturado. O perfil proposto pela iniciativa no processo seletivo era, em suma, mulheres ligadas a movimentos sociais, como o movimento feminista e antirracista, além de defensoras dos direitos humanos em geral. Mulheres LGBTQIAPN+ também foram parte do público-alvo, assim como as mulheres negras. Em 2020, a Tenda das Candidatas destinou 50% das vagas a mulheres negras, e em 2022 ampliou essa oferta, tendo o mínimo de 60% das vagas para mulheres negras, 10% para mulheres quilombolas, 10% para mulheres indígenas, 10% para mulheres com deficiência e, por fim, 10% para pessoas LGBTQIAPN+. O uso da identidade também foi abordado, uma vez que a iniciativa buscava perfis bem específicos de mulheres, fornecendo inclusive porcentagens específicas para esses diferentes perfis, que compartilham problemas semelhantes na questão da sub-representação. O processo de envolvimento com ativismo e organizações também foi destacado pela Tenda das Candidatas: a iniciativa destaca a preferência por mulheres de determinados movimentos sociais e envolvidas em ações coletivas comunitárias: “se você é uma liderança em sua comunidade, isso é puro ouro quando o objetivo é buscar um cargo eletivo na política institucional. E é você que estamos buscando” (A Tenda das Candidatas, 2021), revelou uma das publicações, após o término do processo seletivo de 2021.

A iniciativa faz todo o seu processo seletivo virtualmente, e diferente dos outros dois casos, não realizou encontros presenciais com as candidatas apoiadas. A divulgação do processo seletivo foi realizada pelas mídias sociais, sobretudo pelo Instagram, Facebook e X, onde ela está mais presente. Apesar disso, muitas inscritas no processo seletivo relataram terem o conhecimento dele por meio de pessoas conhecidas que as recomendaram, além de grupos de Whatsapp. As selecionadas, assim como nas outras iniciativas, passaram por entrevistas como uma segunda etapa para o recrutamento. Apesar do processo seletivo estruturado ser a principal forma de recrutamento da iniciativa, convites diretos também foram realizados, destacando a valorização do uso redes/conexões com membros na seleção: “quando criaram a Tenda, eu fui chamada para ela como convidada” (E6), destacou uma das entrevistadas. Outras formas também foram relatadas pela iniciativa:

As mulheres indicaram os canais de comunicação pelos quais descobriram sobre o recrutamento d'A Tenda na temporada 2021/22. As redes sociais são o principal meio de acesso, com destaque para o Instagram; seguido por indicação de amigas e conhecidas, que sabiam do interesse da atendida no tema da atuação d'A Tenda, bem como a difusão via grupos de WhatsApp, em grupos de ativistas e de partidos políticos (A Tenda das Candidatas, 2023).

A primeira edição de formação e apoio político prestados pela Tenda das Candidatas ocorreu no ano de 2020, tendo o processo seletivo iniciado em 14 de setembro e encerrado em 20 de setembro daquele ano. Em vista disso, a formação e apoio abarcou somente o período de campanha eleitoral, não contemplando o período de campanha, que tende a ocorrer nos meses anteriores. As edições seguintes, no entanto, passaram a ser realizadas no ano anterior ao ano eleitoral — entre 13 e 20 de outubro de 2021 ocorreu o processo seletivo da 2ª edição, na qual a formação ocorreu nos meses e ano seguinte, entre novembro de 2021 e junho de 2022. Essa mudança, de acordo com a iniciativa, se deu devido à ideia de que “não se constrói candidata em ano eleitoral, portanto, qualquer capacitação política que vise as eleições deverá se iniciar ao menos um ano antes para ser efetiva” (A Tenda das Candidatas, 2024).

Me interessou muito porque eu pensei, nossa, que legal. Porque no começo eu não sabia muito bem como elas iam apresentar. Só que era como se fosse um curso preparatório para mulheres candidatas. Até a primeira edição, depois as gurias mudaram isso, mas a primeira edição muitas aulas foram durante a campanha. E se torna um pouco pesado. E agora elas já

reformularam isso e as aulas agora são sempre antes do período eleitoral. A lógica é que no período eleitoral você já está preparadíssima (E10).

Ainda, a Tenda das Candidatas passou a ofertar, também, apoio a candidatas que não foram eleitas, abrindo processos seletivos específicos para esse perfil. A Tenda compreende que ao perder uma eleição, a candidata não deve entender isso como o fim de sua trajetória política, mas sim como uma oportunidade para acumular experiência para os próximos ciclos eleitorais.

As mulheres que disputam um ciclo eleitoral e não são eleitas são candidatas mais fortes para as próximas eleições, pois acumularam experiência e capital político, por isso, precisam ser acolhidas e orientadas após o resultado eleitoral negativo, para que não se sintam abandonadas nesse momento e desistam de dar continuidade ao trabalho já mirando as próximas eleições (A Tenda das Candidatas, 2024).

Deste modo, o recrutamento da iniciativa está voltado para dois momentos distintos, que envolvem a construção da candidatura antes mesmo do período oficial de pré-campanha, além do período pós-eleitoral, para aquelas que não obtiveram sucesso em suas eleições. O acompanhamento pós-eleitoral, nesse sentido, é uma importante ferramenta utilizada pela iniciativa para auxiliar as candidatas a não desistirem da disputa eleitoral. Tendo em vista os desafios enfrentados por mulheres candidatas, esse acompanhamento possibilita que essas mulheres revisem suas campanhas, repensem suas estratégias e sigam nas disputas seguintes.

Ainda, de acordo com as mulheres entrevistadas que foram apoiadas por essa iniciativa, há uma série de dificuldades na relação com os partidos políticos que envolvem o recrutamento político e o apoio no período eleitoral. A resistência à incorporação de mulheres reflete a dificuldade dos partidos em integrar mulheres de maneira plena nas suas estruturas e processos eleitorais. Essa questão envolve alguns pontos: falta de recursos destinados às campanhas, boicotes de colegas do partido e o reconhecimento da legitimidade da candidatura. Uma das entrevistadas relatou que “os recursos que eram para chegar para todos no mesmo tempo, chegavam primeiro para aqueles que eles queriam que fossem eleitos e sempre colocavam dificuldade para aqueles que eles não queriam” (E8); enquanto outra informou que “o partido não reconhecia como legítimo a minha candidatura” (E6).

O nosso candidato a prefeito, ele deu uma boicotada em alguns momentos na nossa candidatura, ele não considerou a nossa candidatura em momento nenhum. Machismo interno, né? Por parte dos homens mais velhos do partido, como se fosse uma afronta. Uma mulher mais jovem, LGBT, enfim, concorrendo e se destacando nesse debate político (E10).

4.1.4 Conclusões acerca do Recrutamento em Partidos

Ao pensar nos partidos políticos e no recrutamento político, embora haja mulheres dispostas e qualificadas para se candidatar, uma série de estudos demonstram que, por vezes, as lideranças partidárias falham no recrutamento de mulheres em comparação a homens. É frequente um tratamento diferente para mulheres, em que os partidos acabam excluindo-as, não as selecionando, as apoiando de maneira insuficiente, negligenciando-as em seus financiamentos e outros aspectos (Norris, 2013; Fox e Lawless 2010). As perspectivas das entrevistadas corroboram com essa visão, uma vez que foram relatados casos em que as lideranças partidárias não reconheciam suas candidaturas como legítimas ou mesmo como viáveis. Além disso, os critérios informais dos partidos no recrutamento não geram a devida transparência em torno da compreensão dos motivos para apoiar determinadas candidaturas, e muitas vezes esteve associado a experiência partidária e preferência por candidatos homens. Ainda, os relatos também apontaram para dificuldades no recebimento dos recursos, que muitas vezes chegavam tardiamente com comparação com candidatos homens.

Retomando as ideias de demanda e oferta no recrutamento propostas por Norris e Lovenduski (1995), é possível perceber que as iniciativas atuam no recrutamento de aspirantes ou candidatas com o intuito de qualificá-las para melhorar a oferta, como meio para contornar os problemas que cercam a demanda dos partidos. Uma vez que elas estão qualificadas por meio da formação política e possuem meios para uma campanha eleitoral mais elaborada, entende-se que suas candidaturas deveriam ser vistas como viáveis pelos partidos políticos. Essa questão relaciona-se com a ideia de que fatores como a qualificação e experiência política são apontados como características que influenciam os partidos políticos a recrutarem e apoiarem candidatos (Norris e Lovenduski, 1995).

As iniciativas de formação e apoio a candidatas, portanto, atuam no recrutamento, formação e apoio, focando no nível individual das candidatas apoiadas. Apesar do papel das iniciativas para as candidaturas ter sido amplamente reconhecido pelas candidatas entrevistadas, a participação nas iniciativas não garantiu que os partidos políticos as vissem como candidaturas viáveis, tendo em

vista os relatos de boicote e falta de apoio. Embora as iniciativas contribuam para qualificar e preparar mais mulheres para a disputa eleitoral, sua atuação não substitui a necessidade de mudanças estruturais dentro dos partidos. Isso é evidente nos relatos, onde o recrutamento e apoio partidário iam além da viabilidade eleitoral, com o machismo e o racismo se manifestando como barreiras adicionais às candidatas, que enfrentaram resistência dos partidos no reconhecimento da legitimidade das suas candidaturas. O recrutamento feito pelas iniciativas pode ampliar a oferta de candidatas mulheres qualificadas, mas a responsabilidade final de tornar os espaços e práticas da política mais equitativos, inclusivos, justos e imparciais não está com as mulheres individuais, mas com os partidos políticos.

4.1.4 Conclusões acerca do Recrutamento nas Iniciativas

As três iniciativas analisadas, de maneira geral, abordam o recrutamento de uma forma semelhante entre si, com processo seletivo estruturado e aberto, seja regionalmente ou nacionalmente, realizado de forma virtual, além de alguns critérios pré-estabelecidos para filtrar as aspirantes e candidatas a serem apoiadas. Apesar do processo seletivo, convites diretos e envolvimento prévio com as iniciativas também foram relatados como formas de recrutamento — apesar dessas duas coisas não descartarem a necessidade de inscrição nos processos seletivos e entrevista. Os critérios mais adotados, para além de gênero, são raça e orientação sexual, mas não se encerram neles. O histórico das inscritas em relação à participação em movimentos sociais, ONGs, OSCs e ativismo de maneira geral foram amplamente abordados pelas iniciativas, que reconhecem esse perfil como tendo um potencial maior para o sucesso eleitoral, ponto que foi ressaltado em todas as entrevistas e mídias sociais das iniciativas.

Estamos Prontas priorizou mulheres que tinham contato prévio com o movimento Mulheres Negras Decidem e com o Instituto Marielle Franco, além de atuação em coletivos, movimentos sociais ou outras organizações políticas; enquanto Goianas na Urna analisou o histórico das inscritas em ações coletivas durante a etapa de entrevistas; ao passo que A Tenda das Candidatas afirmou buscar lideranças advindas de movimentos feministas, antirracistas e pró-direitos humanos. Assim, apesar de visões críticas ao processo de recrutamento realizado pelos partidos políticos, as iniciativas analisadas apresentam algumas similaridades

com as estratégias desses atores na seleção de candidatas. A experiência política é valorizada por ambos os atores, ainda que em um viés distinto: nos partidos, o histórico partidário é uma das dimensões visada para recrutar e apoiar candidatos (Matland, 2005; Norris, 2013), enquanto nas iniciativas prioriza-se trajetórias construídas no ativismo e na mobilização política informal. Um contraste evidenciado, no entanto, se dá pelas iniciativas analisadas adotarem processos seletivos estruturados voltados exclusivamente para mulheres, o que evidencia uma intencionalidade de gênero que não costuma ser observada nos partidos políticos. Apesar da existência das cotas de gênero, os partidos frequentemente enfrentam dificuldades para preenchê-las e não estabelecem mecanismos contínuos e planejados para o recrutamento de candidatas, apesar da existência de órgãos voltados para mulheres. Já as iniciativas mostram um esforço maior para recrutar apoiar mulheres, atuando de forma estruturada nesse processo.

Em comparação com o recrutamento realizado pelos partidos, pensando na perspectiva de movimentos sociais, as três iniciativas adotam abordagens semelhantes. A identidade, uma vez que desempenha uma das principais dimensões para o engajamento e recrutamento em movimentos sociais (Klandermans, 1984; Taylor, 2013) é uma das dimensões retratadas pelas iniciativas. Essa dimensão é observada nas três iniciativas, uma vez que a abordagem de recrutamento é voltada, sobretudo, para o gênero. O foco em mulheres, e ainda, o foco em mulheres negras, indígenas, PCDs, entre outros grupos, sinaliza às aspirantes e candidatas que essas iniciativas irão abordar as barreiras específicas de gênero enfrentadas por mulheres nas disputas eleitorais e ir além delas, ou seja, buscando um senso de pertencimento entre elas. As candidatas entrevistadas frequentemente relataram sobre seus desafios como mulheres na política e como as iniciativas auxiliaram nesses obstáculos.

As emoções, uma das dimensões apontadas para o engajamento ou recrutamento em movimentos sociais e ações coletivas em geral (Goodwin, Jasper e Polletta, 2004; Taylor, 2013) foi uma dimensão identificada nas entrevistas ou mídias sociais das iniciativas a princípio. O acolhimento e solidariedade compartilhados nas iniciativas com as candidatas, seja por meio das formações, seja por meio das diferentes formas de apoio (psicológico, jurídico, emocional), criaram um ambiente de confiança no qual as candidatas se sentiam mais capacitadas e valorizadas para

a disputa eleitoral e em suas próprias trajetórias, como exemplifica uma das entrevistadas: “eu senti o tamanho da minha potência naquele local. Elas entendem a minha potência, elas entendem o meu tamanho” (E3). É possível pensar que a percepção crítica e negativa das iniciativas em relação aos partidos foi um motivador para seus surgimentos e foco na ação coletiva.

Ainda, uma vez que foram relatadas situações em que houve convite direto para participar das iniciativas ou mesmo a priorização de candidatas que tinham contato prévio com as iniciativas, as redes, aqui entendidas como laços entre indivíduos, pode ser percebida como uma das formas de recrutamento feita pelas iniciativas, apesar de em menor escala. A indicação das candidatas para a Rede A Ponte, organização voltada para apoio técnico contínuo e personalizado para vereadoras e deputadas estaduais (Rede A Ponte, 2025), ressalta novamente o caráter desses laços, também em uma perspectiva organizacional, visto que todas as iniciativas destacaram esse laço em comum e a indicação de candidatas que foram eleitas para integrarem a iniciativa.

Em uma outra perspectiva, ao pensar os incentivos normativos — relacionados aos valores ideológicos e às preocupações dos indivíduos — e os incentivos sociais — ligados à formação de laços e à gratificação social — são essenciais para o recrutamento (Barkan e Cohn, 2015). Nas iniciativas estudadas, esses incentivos também estão presentes. Por um lado, as mulheres que se engajam nessas iniciativas são motivadas por valores como a promoção de igualdade na representação de gênero e raça, que estão alinhados com as pautas das iniciativas. Esses valores funcionam como incentivos normativos, atraindo mulheres que compartilham dessas preocupações e desejam contribuir para a transformação do cenário político. Por outro lado, as iniciativas também oferecem incentivos sociais, criando um ambiente de apoio entre as candidatas apoiadas, não apenas com o apoio psicológico, por exemplo, mas também na continuidade do contato com as candidatas apoiadas, algo que foi ressaltado nas entrevistas.

4.2 Interação com Partidos Políticos na Dinâmica Eleitoral

O objetivo desta seção é apresentar os resultados e discussões acerca interação entre as iniciativas de formação e apoio a candidatas analisadas nesta dissertação e os partidos políticos, sobretudo na dinâmica eleitoral. Ao longo da seção, serão discutidas as diferentes percepções que as iniciativas e candidatas apoiadas têm acerca dos partidos políticos e as principais estratégias que Goianas na Urna, Mulheres Negras Decidem e A Tenda das Candidatas optaram por utilizar na interação com eles, destacando as diferenças e semelhanças entre elas. Por fim, o foco na questão eleitoral também é abordado.

4.2.1 Goianas na Urna

Para analisar as relações construídas entre a Goianas na Urna e os partidos políticos, é fundamental considerar como a iniciativa enxerga o papel dessas organizações no cenário político e em sua própria atuação. Ao olhar para o cenário político, a iniciativa identifica que a atuação político-partidária é frequentemente insuficiente no apoio às candidaturas de mulheres, na promoção da representação feminina.

Falta mesmo essa atenção e um olhar mais programático dos partidos em formar competência de campanha. Os partidos, às vezes, fazem formação, mas é formação às vezes pro viés da ideologia do partido, que eu não acho errado, mas acho que isso não é o suficiente para formar uma nova leva de liderança dentro do partido. [...] Têm pouca abertura para as mulheres nas tomadas de decisão dos partidos. E isso vai também para o horário que essas reuniões acontecem. A maior parte das mulheres tem tripla jornada. Tem o cuidado com os filhos, o cuidado da família, etc. E essas reuniões acontecem, e é inviável para uma mulher que tem uma trajetória comum, que tem que trabalhar e estar ali. E nenhum partido consegue bancar isso também para muitas pessoas. Então, teríamos que ser mais espertos. E é possível. Mas tem ali uma vontade se ele [partido] é que tem a vontade, se não existe vontade, não é possível (E1).

As dificuldades enfrentadas por mulheres ao se inserirem nos partidos políticos, que vão desde a participação em reuniões até o reconhecimento como potenciais lideranças, são alguns dos principais fatores ressaltados pela entrevistada. Essas barreiras comprometem o reconhecimento das mulheres dentro dos partidos e, conseqüentemente, na representação política. Assim, a iniciativa compreende que a atuação partidária é, muitas vezes, inadequada para as mulheres, que tendem a ser invisibilizadas tanto nas rotinas partidárias quanto nas campanhas eleitorais. Diante disso, o objetivo da iniciativa de promover maior

representação política é um reflexo direto das limitações da atuação partidária — práticas como as candidaturas laranja exemplificam essa ineficiência e destacam a atuação da Goianas na Urna, que busca combatê-las em Goiás.

Pensando na visão da iniciativa sobre os partidos políticos em sua própria atuação, o FAQ do processo seletivo da iniciativa, um dos documentos analisados, destaca sua visão sobre sua relação com os partidos políticos como independente: “Somos apartidárias e suprapartidárias. Encorajamos que nossas lideranças tenham pluralidade e liberdade individual de escolha para se filiarem” (Goianas na Urna, 2019). O distanciamento dos partidos políticos é algo destacado pela iniciativa, que busca uma posição neutra em relação a eles, sendo este um posicionamento estratégico que permite que a iniciativa alcance um público mais amplo, sem limitações ideológicas e partidárias. Uma das entrevistadas também ressaltou que não é permitida a filiação partidária da direção responsável pela iniciativa, o que reforça o compromisso com a neutralidade da iniciativa e a busca por candidatas de diferentes espectros políticos.

A presidência do Goianas na Urna não pode ter filiação partidária. Tem que fazer de forma igual para todos. Enxergando que se você tem um posicionamento ali com o partido, você pode excluir mulheres que pensam que não têm mais espaço aqui, que não se enxergam mais aqui (E1).

Em suas formações, a iniciativa tem aulas que abordam diretamente os partidos políticos, focando em suas dinâmicas no cenário político e, também, em suas vertentes. Esta abordagem, segundo a iniciativa, serve para que as candidatas apoiadas reflitam sobre qual partido está mais alinhado aos seus posicionamentos políticos, não havendo uma interferência direta da iniciativa para influenciar essa escolha. Conforme exposto no quadro 4, o suprapartidarismo pregado pela iniciativa acaba por refletir diretamente nos partidos das candidatas apoiadas por ela. O discurso mais neutro da iniciativa, proposital para atrair mais mulheres, acaba por trazer uma variedade de partidos políticos, de diferentes espectros ideológicos, nas candidatas. Ainda, reflete também nas voluntárias e outras apoiadoras e ativistas, uma vez que, nos processos seletivos de voluntárias, filiação partidária e posicionamento ideológico não são requisitos.

Apesar do distanciamento e independência dos partidos políticos proposto pela iniciativa, Goianas na Urna teve em seu repertório de ação a combinação de

diferentes táticas de comunicação direta com os partidos. Uma das estratégias mencionadas por uma das entrevistadas foi o uso das redes sociais, em que a equipe marcou os perfis oficiais de partidos políticos do estado goiano em publicações feitas no Instagram, buscando reconhecimento por parte dessas organizações. Paralelamente, e-mails foram enviados diretamente aos diretórios partidários, convidando-os a indicar candidatas para participar das formações oferecidas pela iniciativa. Embora essas ações não tenham produzido resultados significativos, elas demonstram o esforço da iniciativa para o uso de interações mais próximas com os partidos.

A gente marcou todos os instagrams que a gente achava dos partidos na publicação, a gente mandou e-mail para as diretorias dos partidos convidando eles para indicar as novas candidatas. Mas, assim, a gente não acha que isso deu efeito, tá? Mas a gente fez, era um recurso que a gente podia fazer para encontrar o nosso público-alvo. Além de mandar, para jornal, a gente fez uma divulgação também, isso deu mais visibilidade (E1).

Uma vez estabelecidas as candidatas a serem apoiadas, é necessário destacar um dos marcos importantes da atuação do Goianas na Urna em relação aos partidos políticos: a adoção de uma carta-compromisso. A carta-compromisso teve papel fundamental na construção de autonomia política para as candidatas apoiadas pela iniciativa. Conforme relatado por uma das entrevistadas, houve uma situação de desconfiança de um partido em relação à iniciativa, sendo este um dos fatores que motivaram a criação e uso ampliado da carta-compromisso para todas as candidatas apoiadas pelo Goianas na Urna. O receio de que a iniciativa pudesse incidir sobre as agendas partidárias e criar conflitos internos levou a organização a reforçar a transparência e a delimitação de seu escopo de atuação. Essa situação pode ser justificada por situações anteriores nas quais parlamentares vinculados a Movimentos de Renovação Política, como o RenovaBR e Acredito, votaram contra a orientação de seus partidos, priorizando as agendas dos movimentos em relação aos partidos (Moura, 2019).

Teve um caso de uma da primeira turma que o partido pensou que nós fôssemos como o Movimento Acredito. O Movimento Acredito tinha muita restrição, os partidos tinham aversão. E eles não queriam deixar aquela candidata específica participar das nossas formações. Eles sabiam que isso era contra o planejamento do partido. Então, fui até o partido, conversei com eles, expliquei: “a gente não quer atuar em pauta programática, a gente não vai incidir sobre a agenda, não tem nada que elas vão ter que assinar que vá contra o posicionamento do partido. A única coisa que a gente prevê é isolamento de gênero, avançar em pautas das mulheres, tal, tal, tal”. Depois elas assinaram uma carta compromisso com isso (E1).

A carta-compromisso foi um documento elaborado pela iniciativa, no qual as candidatas apoiadas deveriam assiná-lo e entregar aos seus respectivos partidos. O documento visava esclarecer aos partidos o papel da iniciativa para as candidatas, ressaltando que a iniciativa não teria influência sobre os posicionamentos das candidatas em relação às suas agendas partidárias, com exceção do compromisso com o avanço de pautas de gênero. Nesse sentido, tornou-se não apenas um instrumento de garantia para as candidatas, mas também uma ferramenta de diálogo com os partidos, assegurando que a colaboração se mantivesse dentro dos limites acordados. Assim, a carta-compromisso foi uma abordagem essencial para estabelecer uma relação de confiança com os partidos, uma vez que os papéis da iniciativa foram delimitados. O uso da carta-compromisso garantiu que as mulheres pudessem participar das formações da iniciativa sem comprometer sua relação com os partidos. Ainda, apesar do reforço de que a iniciativa não incidiria sobre pautas junto às candidatas, o compromisso com a agenda de gênero foi mantido.

Pensando, ainda, o distanciamento proposto por Goianas na Urna em relação aos partidos políticos, as interações com eles foram percebidas como fundamentais. De acordo com uma das entrevistadas, “a gente [iniciativa] só quer ser aliada de partidos políticos” (E1), demonstrando que, mesmo com a autonomia em sua atuação, alianças com partidos são desejadas. Apesar de não ter atuado nas eleições de 2024, a iniciativa não foi encerrada, e almeja uma maior aproximação dos partidos no futuro. De acordo com a entrevistada:

E aí, a ideia era...Vamos ver se a gente vai conseguir ter força para isso, mas era de tentar replicar essa experiência do Goianas na Urna com recursos dos partidos, que eles têm um recurso específico para formar as mulheres. Então a gente gostaria de fazer uma aproximação com os partidos para conseguir transferir essa tecnologia (E1).

Por fim, a iniciativa participou pontualmente de encontros com partidos políticos, sobretudo a convite das candidatas apoiadas por ela. Apesar da participação da iniciativa nesses encontros pontuais não ter sido proposta pelos partidos políticos em si, as candidatas apoiadas, que participam diretamente dos partidos, atuaram como intermediárias nessa questão. Pensando na interação com partidos, Goianas na Urna se adequa mais à independência dos partidos políticos, uma vez que se localiza de forma neutra aos partidos políticos e não apenas isso, mas a própria interação com a carta-compromisso, por exemplo, foi condicionada em

relação à autonomia das candidatas e ao foco nas pautas de gênero, sem interferir diretamente nas agendas partidárias ou realizar algum tipo de colaboração de fato.

Pensando na relação entre as candidatas apoiadas pela iniciativa e seus respectivos partidos políticos, sobretudo sob a perspectiva de que são membros das iniciativas, elas não relataram ter vivenciado conflitos significativos com suas legendas. Embora as entrevistadas tenham compartilhado que, em algumas ocasiões, enfrentaram desafios internos relacionados à falta de apoio ou ao reconhecimento da legitimidade de suas candidaturas, as dificuldades descritas não estiveram relacionadas a suas participações nas iniciativas. Além disso, a devolução e recusa de recursos que seriam recebidos indevidamente foi destacada, uma vez que a iniciativa auxiliou nas formações sobre os recursos partidários. Uma das entrevistadas, que foi apoiada pelo movimento de renovação política RenovaBR, relatou que teve “algumas discussões com o partido, pois me falaram que eu era de direita [por ter feito parte do RenovaBR]” (E3). A relação com os partidos após as eleições, no caso de ambas, aparenta ter melhorado. A participação em órgãos voltados para mulheres e para jovens foi destacada como parte do engajamento com os partidos, além de outras ações esporádicas como formações.

4.2.2 Mulheres Negras Decidem

Mulheres Negras Decidem, diferente da iniciativa Goianas na Urna, atua de forma nacional e se afasta da ideia de neutralidade em relação ao espectro ideológico dos partidos políticos que apoiou. A iniciativa apoiou por meio de suas candidatas, 5 partidos em sua totalidade, localizados no espectro político da esquerda e centro-esquerda, como PT, PV, PSOL, PSB e Solidariedade, tendo majoritariamente apoiado candidaturas petistas. Apesar do partido político da candidata não ter sido um requisito inicial, em vista do posicionamento da iniciativa, que promove uma série de agendas específicas, a preferência por determinados partidos é esperada. Apesar de ser suprapartidária, a iniciativa não possui uma neutralidade para com os partidos políticos das candidatas.

A visão do movimento Mulheres Negras Decidem acerca dos partidos políticos abrange o reconhecimento da importância deles para os processos

eleitorais, e, ainda, os enxerga a partir de uma perspectiva pragmática, mas também, crítica.

Os partidos, a gente entende que eles são importantes, né? Se compreendendo que no Brasil a gente não consegue se candidatar sem um partido. Então a gente entende que sim, são importantes. Mas infelizmente, a gente também entende que os partidos não tratam as mulheres negras de forma séria, né? E não como eu falo isso de forma não tão pessoal, porque eu tenho particularmente, eu enxergo esse tema, tenho muitas questões de partidos, principalmente progressistas. Os da direita, tá bom, é esperado, os progressistas é complicado (E2).

O aspecto pragmático, que se refere a visão da necessidade da filiação partidária para o estabelecimento de candidaturas, denota uma percepção instrumental do movimento em relação aos partidos. Ainda, a visão crítica aos partidos se dá acerca de questões de representatividade, uma vez que se entende que os partidos, independentemente dos campos ideológicos que estão inseridos, não tratam as mulheres negras de forma adequada. Assim, a iniciativa compreende a importância dos partidos para mudar esse cenário de sub-representação política das mulheres negras, uma vez que são frequentemente marginalizadas e não recebem o suporte necessário para competir em igualdade de condições com seus pares.

É um lugar que a gente consegue disputar, pelo menos. Então a gente entende que é importante, a gente entende que é possível disputar, é possível fazer parte [dos partidos]. Obviamente há uma dificuldade muito maior quando somos negras, porque não somos herdeiras políticas, então a gente fica muito atrás na corrida, né (E2).

Diante disso, o movimento Mulheres Negras Decidem entende os partidos políticos como espaços de disputa possíveis, mas que apresentam barreiras significativas para mulheres negras. A ausência de heranças políticas e a falta de recursos estruturais colocam essas mulheres em desvantagem no cenário político, configurando uma disputa desigual. No entanto, a iniciativa reconhece que, apesar dessas dificuldades, os partidos podem ser instrumentos para a transformação do cenário de sub-representação. De forma semelhante às candidaturas coletivas, que a partir dos partidos políticos os disputam para superar as barreiras da inclusão, além de, em alguns casos, reivindicarem formas alternativas de participação dentro dos partidos (Almeida, 2024), o movimento tem um foco pragmático em vista de que, apesar de críticas à atuação dos partidos políticos, reconhece a necessidade da inserção neles como essencial para incluir mulheres negras na política institucional. Ao considerar os partidos como espaços que permitem, ainda que com limitações, a

participação e a disputa por poder, a iniciativa reforça a necessidade de estratégias que fortaleçam a atuação das mulheres negras dentro dessas organizações e no processo eleitoral como um todo.

A interação com os partidos políticos é, também, parte da atuação do Mulheres Negras Decidem. Para a interação, o movimento não atuou de maneira formal ou sistemática, mas de maneira pontual, direcionada para ações específicas — aqui, podemos apontar o processo de “aliança com partidos políticos”, uma vez que alianças pontuais foram estabelecidas. Como exemplo dessa interação, uma das candidatas entrevistadas relatou que a iniciativa realizou articulação com seu partido para obtenção de recursos para sua campanha eleitoral.

O Estamos Prontas também fez articulação para conseguir recurso, né, para minha candidatura em 2022. E até a ligação, né, que o presidente do partido recebeu dessa coordenação do Estamos Prontas. Foi tranquilo, assim, então, não houve nenhum ruído, né, nenhuma falha de comunicação, foi tranquilo, não houve embates (E2).

A iniciativa atuou como intermediária para viabilizar recursos para candidaturas, como exemplificado pelo contato direto com presidentes de partidos. Apesar da postura de cobrança em relação aos partidos, a comunicação nesses casos foi tranquila e não gerou conflitos no diálogo entre a iniciativa e os partidos políticos abordados. De acordo com uma das entrevistadas, o diálogo com os partidos ocorria de forma pontual e institucional, sem vínculos diretos e contínuos. As interações mais intensas ocorreram em situações de violência política de gênero, apontadas como pontos nos quais a iniciativa intervia diretamente com lideranças partidárias para entender o que ocorreu e cobrar um posicionamento do partido das parlamentares em questão. A interação com os partidos por parte da iniciativa, portanto, não é contínua ou aprofundada, mas mediada pela necessidade de resolver questões específicas.

Acho que o nosso diálogo, a nossa conversa, assim, foi muito de forma institucional, de forma pontual mesmo, acho que a nossa maior conversa, talvez um pouco mais tensa era quando havia algum tipo de violência política, enfim, ou algum outro tipo de situação, mas a gente não nutre a relação direta com o partido, não, é só quando há essa necessidade de intermédio das próprias lideranças (E2).

Por fim, Mulheres Negras Decidem, para além do projeto Estamos Prontas, interage com uma série de lideranças partidárias femininas, como presidentes de partidos e secretarias, além de filiadas em geral. Ações de *advocacy* também foram

parte da interação com os partidos políticos, sobretudo nas temáticas contrárias a determinadas PECs, por exemplo, como a PEC 9/2023, que versa sobre a anistia aos partidos políticos. Uma das entrevistadas, ao falar da relação da iniciativa com os partidos políticos, ressalta que a iniciativa “não tem nenhuma perspectiva de se constituir em uma instância deliberativa de disputa dos partidos. Então, não tem nenhuma divergência” (E9), além de outra entrevistada ter relatado que “não tivemos nenhum tipo de tensionamento [com os partidos]” (E7), destacando que a interação com os partidos é, em linhas gerais, tranquila. Importante destacar que a iniciativa interage com partidos alinhados à esquerda, que compartilham certo nível de alinhamento ideológico, sobretudo em pautas de igualdade de gênero e raça. A interação entre a iniciativa e os partidos, portanto, pode ser vista como uma consequência desse compartilhamento de pautas, facilitando a colaboração mútua.

Para além disso, o “acompanhamento pós-eleitoral” foi realizado, embora não aparente ser um acompanhamento estruturado. De acordo com uma das coordenadoras do Mulheres Negras Decidem

Depois das eleições, a gente mantém contato com essas lideranças sempre, elas meio que se tornam parte da nossa rede. Quando temos formações políticas, essas mulheres são convidadas, a comunicação permanece. Nós sempre tivemos esse acordo, essa relação de proximidade. De, ‘olha, se precisar, tamo junto, tamo aqui, chama a gente’. Nós também somos uma referência quando elas precisam de algum tipo de acompanhamento, de atendimento, nesse pós-eleição, nós estamos prontas (E2).

Apesar de não se configurar em um acompanhamento mais estruturado e formalizado das candidatas ou das eleitas, a iniciativa se propôs a ter uma relação de proximidade com as mulheres apoiadas para além das eleições. O apoio, nesse sentido, era em questões mais pontuais, de acordo com as necessidades expressas pelas candidatas e na indicação para outras formações.

Pensando na relação entre as candidatas apoiadas pela iniciativa por meio do projeto Estamos Prontas e seus respectivos partidos, não foram identificados conflitos ou situações decorrentes de terem participado da iniciativa. As entrevistadas destacaram que, devido a iniciativa não ter intenções de competir com os partidos, além da relação com a Agenda Marielle Franco, os partidos em geral não tiveram divergências com as candidatas nesse aspecto. Novamente, os conflitos internos entre as candidatas e os partidos estiveram relacionados, sobretudo, à falta

de apoio no período eleitoral. Após o período eleitoral, no entanto, as entrevistadas destacaram estar integrando os setoriais e secretarias de mulheres com o propósito de ampliar a presença feminina nos espaços de decisão e fortalecer a atuação política delas. Apesar disso, o reconhecimento de integrar estes órgãos não é o suficiente para mudar a relação com os partidos.

4.2.3 A Tenda das Candidatas

A Tenda das Candidatas, assim como Mulheres Negras Decidem, atua de forma nacional e também se afasta da ideia de neutralidade em relação ao espectro ideológico dos partidos políticos das candidatas que apoiou. A iniciativa apoiou, em sua totalidade, 5 partidos localizados no espectro político da esquerda e centro-esquerda, como PT, PSOL, PCdoB, PDT e Rede. A iniciativa, que não exigia a filiação partidária para o recrutamento das candidatas a serem apoiadas, não tinha o partido político como um requisito para o processo seletivo. Entretanto, em vista dos valores pregados por ela, é esperado que um espectro político seja mais alcançado em relação a outro. Apesar de suprapartidária e não exigir a filiação partidária, a Tenda das Candidatas exprime, indiretamente, uma preferência por alguns partidos.

A visão da Tenda das Candidatas acerca dos partidos políticos abrange o reconhecimento do papel central no acesso à política institucional, ao mesmo tempo que os percebe de forma crítica no trato com as mulheres. Ao olhar para o cenário da política partidária, a iniciativa identifica que a atuação dos partidos muitas vezes não é suficiente para oferecer apoio às candidaturas de mulheres e para promover uma maior representação feminina.

Os partidos políticos atuam como a porta de entrada para a política institucional, mas em outros casos, são os responsáveis por bloquear os acessos de certos grupos. As mulheres são, tradicionalmente, excluídas das decisões partidárias por conta das decisões feitas nos diretórios para nomeação a cargos eletivos, sobretudo mulheres negras. Os partidos brasileiros têm resistência em incorporar as mulheres em suas estruturas de direção política e também nas listas de eleição popular (A Tenda das Candidatas, 2023).

A iniciativa evidencia que há uma série de barreiras impostas pelos partidos políticos que impedem a participação de mulheres, especialmente negras, mas

também as que integram outras identidades. Para a iniciativa, os partidos não apenas dificultam a entrada dessas mulheres na política, mas também perpetuam um ciclo de exclusão ao priorizar candidaturas que já possuem capital político e econômico consolidado. Assim, ao invés de atuarem como agentes de democratização, acabam reforçando estruturas de poder que limitam a diversidade na representação política.

As negociações com o partido são, por vezes, difíceis e conflituosas. O partido promete apoio e recursos às mulheres, mas, frequentemente, esses valores não são repassados, o que, consequentemente, afeta suas candidaturas. Ao mesmo tempo, o partido destina mais recursos para candidaturas de pessoas que já possuem capital político, que, via de regra, são homens (A Tenda das Candidatas, 2024).

Outro aspecto destacado pela Tenda das Candidatas é a dificuldade que mulheres enfrentam para acessar os recursos para as campanhas eleitorais, sendo preteridas em comparação a candidatos homens ou àqueles que já detêm mandatos. Essa desigualdade na distribuição de recursos não apenas afeta a viabilidade eleitoral dessas mulheres, mas também as impede de construir trajetórias políticas duradouras, restringindo sua presença nesses espaços. Segundo a iniciativa, os partidos funcionam como barreiras institucionais que limitam o avanço da equidade de gênero e raça na política brasileira. Além da distribuição desigual de recursos, a estrutura interna dos partidos também se mostra excludente, dificultando a ascensão de mulheres às direções partidárias.

São espaços controlados por homens, em regra, brancos, cis, héteros, que têm o poder de selecionar e nomear candidaturas durante o processo eleitoral, e de distribuir os recursos públicos de financiamento de campanhas, entre outras funções. [...] Contrariando as expectativas de que seriam espaços de acolhimento, os partidos são, na verdade, ambientes hostis à participação de mulheres (A Tenda das Candidatas, 2024).

Em contraste com as outras iniciativas analisadas, a Tenda das Candidatas não desenvolveu interação com os partidos políticos, ao menos no contexto da atuação de apoio e formação das candidatas apoiadas. Como relatado pelas entrevistadas, a iniciativa focou nos aspectos formativos, de suporte jurídico e técnico, além do apoio nas campanhas, como marketing eleitoral. As formações, nesse sentido, abarcaram os partidos políticos em alguns aspectos, como exemplo a negociação com eles, tópico amplamente abordado pela iniciativa, mas que foi estritamente voltado para o conhecimento das candidatas apoiadas. A interação direta com os partidos políticos, portanto, não foi adotada pela iniciativa — exceto

em casos de ações de *advocacy*, no qual a iniciativa acaba por interagir com lideranças partidárias, em alianças pontuais, mas essa interação não ocorreu em outros contextos, como no de apoio às candidatas.

Pensando na relação entre as candidatas apoiadas pela Tenda das Candidatas e seus partidos, uma das entrevistadas destacou que a direção partidária e alguns colegas do partido não gostaram. Isso se deu, sobretudo, pela perspectiva de que “a política delas é diferente da nossa [partidária]. E o debate ali não era político. É justamente como sobreviver ao debate político” (E10), tendo em vista que a iniciativa orientava sobre tópicos como relacionamento com os partidos, que acabavam por recair em cobranças. Apesar disso, as outras entrevistadas relataram não haver impasses com os partidos devido à suas participações na iniciativa. Após o período eleitoral, as candidatas entrevistadas destacaram integrar os órgãos voltados para as mulheres objetivando melhorar seus resultados, mas que ainda enfrentam dificuldades, a exemplo a discriminação racial e falta de perspectivas de melhorias na pauta de gênero nos partidos.

4.2.4 Conclusões acerca das Interações entre Iniciativas e Partidos

As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas no Brasil podem ser compreendidas como formas híbridas de ação coletiva, visto que ocupam um espaço intermediário entre os movimentos sociais e os partidos políticos. Essas iniciativas emergem em um contexto de esvaziamento dos partidos políticos e expansão do repertório de ação coletiva, que inclui não apenas o que se entende tradicionalmente por movimentos sociais, mas também grupos de interesse, organizações da sociedade civil e outras formas de mobilização, que aumentaram na última década. Embora não se enquadrem estritamente na definição clássica de movimentos sociais, essas iniciativas compartilham características como a reivindicação por determinadas pautas, performances, a construção de identidades coletivas e a utilização de diferentes repertórios de ação comuns aos movimentos. Igualmente, diferente das organizações híbridas analisadas por Tarrow (2021) que entraram nas estruturas do Partido Republicano, analisamos iniciativas que apenas mantêm contatos e pontes com os partidos, sem capacidade de mudar seu funcionamento interno.

Ao mesmo tempo, as iniciativas assumem funções tradicionalmente associadas aos partidos políticos, como o recrutamento de candidatas e o apoio em campanhas eleitorais, visando preencher lacunas deixadas por eles, que, em grande medida, falham em promover a representação de grupos marginalizados. Dessa forma, essas iniciativas operam dentro e fora do sistema político, funcionando como mediadoras entre atores institucionais e as candidatas. Elas exemplificam novas formas híbridas de ação coletiva que surgem devido ao esvaziamento das capacidades dos partidos em agregar e representar interesses diversos, especialmente em um contexto de desconfiança da sociedade civil nas instituições partidárias.

Apesar de vistos como atores diferentes e distanciados, atuando em esferas divergentes, a literatura já destaca a fluidez entre os partidos e os movimentos sociais, a partir de diferentes perspectivas. Tendo isso em vista, as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, apesar de discursarem criticamente em relação aos partidos políticos, não buscam desafiá-los ou mesmo agir de forma estritamente à parte. Ao contrário, elas ressaltam como as fronteiras entre esses dois atores são fluídas (Heaney e Rojas, 2015), uma vez que atuam em diversos momentos de forma próxima aos partidos, como na resolução de problemas de violência política de gênero, ou mesmo na concordância de avanço de pautas de gênero, como foi o caso da iniciativa Goianas na Urna, por meio da assinatura da carta-compromisso.

Apesar de parte da literatura destacar que a interação entre movimentos e partidos pode ocorrer devido à presença de identidades compartilhadas entre si ou por meio da concordância sobre temas (Heaney e Rojas, 2015), o caso das iniciativas parece ir além. As iniciativas Mulheres Negras Decidem e A Tenda das Candidatas, alinhadas ideologicamente à esquerda, colocaram questões de gênero e raça como centrais em suas ações e interações com os partidos. Apesar dos partidos com os quais interagem compartilharem a posição ideológica, os partidos não aparentam tratar esses temas com a mesma centralidade que as iniciativas, evidenciando uma discordância nas prioridades, tendo por consequência a pressão feita pelas iniciativas em relação aos partidos para melhorar a destinação de recursos para candidatas. Parte relevante das interações estabelecidas entre as iniciativas e os partidos se dão, sobretudo, por cobranças em temas que possa haver divergência entre os dois atores. A exemplo, o caso de Mulheres Negras

Decidem, que cobrou dos partidos uma destinação de recursos adequada às candidatas, ou mesmo pela incidência política em prol de diferentes temáticas, como feito por essa iniciativa e a Tenda das Candidatas. Apesar disso, as interações por meio de concordância sobre temas não foram descartadas, ou mesmo a perspectiva de uma atuação mais próxima aos partidos, como destacado por Goianas na Urna.

Uma outra dimensão dessa interação que pode ser destacada se dá pela ideia de democratização das estruturas partidárias (Cowell-Meyers, 2014). Apesar das iniciativas não se inserirem diretamente nos partidos políticos, a própria natureza delas indica o desejo por maior democratização nesses espaços, uma vez que criticam a atuação partidária com mulheres e visam mais espaços para elas nesses espaços. Por fim, ao pensar todas essas dimensões, Cowell-Meyers (2020), ao falar da criação de partidos de mulheres, indica que eles são criados sobretudo em reação aos partidos, como uma alternativa ao déficit democrático e à negligência deles para com a representação de mulheres. Ainda que no caso analisado pela autora, os partidos de mulheres na Irlanda, não tenha havido sucesso eleitoral, ela aponta para o possível efeito contágio no sistema político, na medida em que a experiência levou os partidos a refletirem sobre a sub-representação. No caso brasileiro, apesar das iniciativas não terem intenção de se tornarem partidos políticos, a própria existência delas indica essa reação à negligência dos partidos e a necessidade de maior democratização deles. Porém, ainda é cedo para dizer se haverá algum efeito contágio nos partidos.

Ao pensarmos nas iniciativas de formação e apoio a candidatas à luz da tipologia de Hanagan (1998), podemos identificar duas formas mais presentes nessa interação. As noções mais mobilizadas nas entrevistas foram as de independência, na qual ambos os atores atuam sem colaborações conjuntas, agindo isoladamente em relação ao outro, e de aliança, na qual há alianças pontuais entre ambos, o que não interfere na atuação independente de ambos os atores. As iniciativas exemplificam um processo de ajuste de suas interações com os partidos políticos conforme não apenas os desafios e oportunidades do contexto político e eleitoral, mas suas próprias ideologias e valores em geral.

Goianas na Urna se caracteriza por uma relação de independência em relação aos partidos políticos. A iniciativa adota um posicionamento suprapartidário e

busca manter uma atuação autônoma, sem vinculação formal com legendas. Apesar de interagir com os partidos ao convidá-los a indicar candidatas e promover formações que incluem reflexões sobre o sistema partidário, não há dependência direta, colaboração com projetos ou articulação com partidos — a carta-compromisso, apesar de refletir uma interação mais próxima, representou uma defesa de autonomia das candidatas em relação à própria iniciativa. Apesar disso, há a intenção por parte da iniciativa de desenvolver parcerias diretas com os partidos políticos, indicando a possibilidade de ocorrer uma relação com alianças pontuais. Goianas na Urna, apesar de reconhecer a importância do sistema partidário para a política institucional, mantém uma relação distanciada dos partidos.

O movimento Mulheres Negras Decidem/Estamos Prontas se aproxima do modelo de aliança, uma vez que estabelece interações pontuais com partidos políticos para garantir financiamento e apoio a candidatas negras, por exemplo. Embora a iniciativa mantenha uma postura crítica em relação à atuação dos partidos na promoção da representação racial e de gênero, sua aproximação com as legendas demonstra um pragmatismo que a distancia da total independência. Apesar desses pontos, a iniciativa preserva sua autonomia em relação aos partidos políticos, uma vez que as interações estabelecidas com eles enquanto alianças não representam uma perda em sua autonomia. Ainda, a atuação de *advocacy* realizada pela iniciativa também exprime que a iniciativa apresenta elementos de uma relação de aliança com os partidos, uma vez que busca incidir diretamente no diálogo com partidos para a implementação de suas agendas.

A Tenda das Candidatas, por sua vez, se diferencia das demais iniciativas analisadas na forma que estabeleceu relações com os partidos políticos, apresentando uma interação que pode ser compreendida como uma combinação entre independência e aliança, a depender do repertório analisado. Em linhas gerais, A Tenda das Candidatas atua de forma independente dos partidos políticos, ao menos no que se refere a sua atuação no recrutamento, formação e apoio de candidatas, uma vez que não foram apresentadas nas entrevistas e análise das redes sociais evidências de que houve alguma forma de diálogo com eles, restringindo essa interação às candidatas apoiadas. Entretanto, ao pensar nas ações de *advocacy*, de incidência política realizadas pela iniciativa, a interação com

partidos políticos pode ser algo que revele a possibilidade de alianças com os partidos, uma vez que há participação direta da iniciativa no debate político.

As três iniciativas exemplificam a diversidade de interações possíveis entre movimentos sociais e partidos políticos, oscilando entre independência total dos partidos políticos, alianças pontuais ou mesmo a combinação de ambos. No entanto, cabe reiterar que essas interações são, em sua maioria, pontuais, não havendo uma assiduidade — as iniciativas, nesse sentido, atuam de forma limitada no que se refere à transformação da dinâmica dos partidos políticos. Apesar da busca por transformações, sobretudo no trato com as pautas de gênero e raça pelos partidos, as iniciativas não se colocam de forma a pretender fundir-se com eles ou transformá-los de forma substancial. As candidatas apoiadas, entretanto, demonstraram a intenção de transformar os partidos nessas temáticas, uma vez que demonstraram colaborar com os órgãos voltados para mulheres, por exemplo. Assim, entende-se que a relação entre as iniciativas e partidos não é homogênea, mas adaptável aos contextos e objetivos específicos de cada iniciativa.

Ainda, cabe destacar que, assim como as eleições são o objetivo que caminha com essas iniciativas, a atuação de forma paralela aos partidos também o é. Essa ação paralela implica que as iniciativas podem interagir com os partidos políticos em alianças, mas são independentes deles, operando sem fazer parte da estrutura partidária ou mesmo sem ações colaborativas. Apesar da interação com o sistema político, em especial os partidos, nenhuma das iniciativas analisadas intenciona em se tornar um partido político ou mesmo integrar-se ao sistema político institucional de forma mais significativa, agindo de forma paralela a ele e preservando a autonomia em sua atuação, no sentido de manterem-se independentes e sem vínculos permanentes com os partidos.

As interações com o sistema político também se conectam diretamente à noção de confronto eleitoral, proposta por McAdam e Tarrow (2011), dado que as iniciativas têm as eleições como foco principal. Ao examinar seus repertórios de ação no contexto das eleições, observa-se que cada uma delas mobiliza estratégias distintas entre si, mas é possível tentar localizá-las nas tipologias de confronto eleitoral propostas pelos autores. A ideia de opção eleitoral, que se refere à ideia da articulação com partidos em busca de apoio para o recrutamento de candidatos,

contrasta com a mobilização eleitoral proativa, na qual os movimentos atuam de forma estratégica durante o período eleitoral sem abandonar sua identidade como movimento. Essas tipologias ajudam a entender como as iniciativas analisadas se posicionam.

Goianas na Urna, desde sua fundação, atua com o objetivo principal de inserir-se nos processos eleitorais por meio do recrutamento, formação e apoio de candidatas. A iniciativa, apesar de participar com suas lideranças eventualmente em palestras, realizar ações esporádicas em redes sociais, entre outras, sempre o faz com o intuito de mobilizar a ideia da participação de mulheres na competição eleitoral. Pensando a tipologia adotada por McAdam e Tarrow (2011), é complexo encaixar a iniciativa em uma das formas de confronto eleitoral, apesar de a mobilização eleitoral proativa ser uma possibilidade — a iniciativa, de fato, atua mais intensamente no período eleitoral, mesmo que seus esforços para além desse período também acabem por se voltar a ele. Além disso, Goianas na Urna não articulou com partidos políticos para recrutar candidatas, algo comum na tipologia de opção eleitoral, visto que as interações com os partidos voltadas ao recrutamento foram focadas em apresentar a iniciativa aos partidos, para que estes indicassem candidatas/filiadas deles mesmos, não o contrário. Pensando no processo de acompanhamento pós-eleitoral, Goianas na Urna interagiu brevemente com as candidatas, sobretudo a partir de uma rede de proteção às eleitas. De acordo com uma das entrevistadas, “a gente fazia parte dessa rede de proteção no sentido de como encaminhar denúncias, de quem contatar para que aquele mandato não fosse perdido” (E1), referindo-se a casos em que as eleitas experienciaram algum tipo de violência política. Interações com os partidos após o período eleitoral não foram identificadas, apenas com as eleitas.

Mulheres Negras Decidem, por sua vez, encaixa-se mais precisamente com a “mobilização eleitoral proativa”, visto que apesar de centralizar seus esforços para a representação política de mulheres negras, passou a adotar o repertório eleitoral posteriormente à sua criação e, portanto, as eleições nem sempre foram seu foco, não atuando exclusivamente nesse período. Alguns repertórios mobilizados para além do período eleitoral se deram pela formulação de pesquisas e ações voltadas para a conscientização acerca da importância da representação política de mulheres negras, além ações não diretamente ligadas a essa questão, como na campanha em

prol de uma ministra negra no STF, visando a representação também na esfera jurídica. A iniciativa Estamos Prontas, fruto da parceria do Mulheres Negras Decidem com o Instituto Marielle Franco, indica uma ação pontual específica voltada ao repertório eleitoral. Para além disso, o “acompanhamento pós-eleitoral” foi mobilizado, embora não aparente ser um acompanhamento estruturado. De acordo com uma das coordenadoras do Mulheres Negras Decidem

Depois das eleições, a gente mantém contato com essas lideranças sempre, elas meio que se tornam parte da nossa rede. Quando temos formações políticas, essas mulheres são convidadas, a comunicação permanece. Nós sempre tivemos esse acordo, né, essa relação de proximidade. De, ‘olha, se precisar, tamo junto, tamo aqui, chama a gente’. Nós também somos uma referência quando elas precisam de algum tipo de acompanhamento, de atendimento, nesse pós-eleição, nós estamos prontas (E2).

Apesar de não se configurar em um acompanhamento mais estruturado e formalizado das candidatas ou das eleitas, a iniciativa se propôs a ter uma relação de proximidade com as mulheres apoiadas para além das eleições. O apoio, nesse sentido, era em questões mais pontuais, de acordo com as necessidades expressas pelas candidatas e na indicação para outras formações.

A Tenda das Candidatas, assim como Mulheres Negras Decidem, também desenvolve ações fora do período eleitoral, com destaque para ações de *advocacy*, de incidência política e pesquisas, apesar de sua atuação ser mais intensa durante as eleições. Deste modo, entende-se ela, também, como “mobilização eleitoral proativa”, por mais que a iniciativa tenha sido criada com a intenção de ter seus repertórios voltados para o período eleitoral, passou a atuar também fora deste período em outras pautas. Além disso, entende-se também que a iniciativa implementou o acompanhamento pós-eleitoral, uma vez que passou a promover formações e acompanhamento após este período. Interações com os partidos, como destacado anteriormente, não aparentam ocorrer no período eleitoral, apenas fora dele nas ações de *advocacy*, de incidência política e campanhas promovidas pela iniciativa.

Assim, apesar de as três iniciativas analisadas apresentarem variações importantes na forma como interagem com o sistema eleitoral, sua localização na tipologia do confronto eleitoral é próxima. A centralidade no repertório eleitoral está presente fortemente nas iniciativas, se distinguindo de outros movimentos e

organizações da sociedade civil que tendem a ter o repertório eleitoral como secundário, quando o tem. Entretanto, apesar de possuírem o mesmo objetivo em comum, podem adotar outros repertórios de ação não direcionados ao período eleitoral, como é o caso de Mulheres Negras Decidem e A Tenda das Candidatas, em contraste com Goianas na Urna, que mantém esse como seu objetivo primordial. Ainda, o repertório eleitoral reflete uma série de questões: apesar da existência de legislações voltadas para gênero e raça, ainda não há paridade na representação desses grupos na política institucional, o que pode explicar a criação dessas iniciativas como novas formas de combater a sub-representação (Gatto, Russo e Thomé, 2021).

As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas introduzem uma forma diferente de interação com os partidos políticos ao atuarem diretamente no recrutamento e na capacitação de candidatas, funções historicamente desempenhadas pelos próprios partidos. Ao buscarem o preenchimento dessa lacuna, essas iniciativas não apenas atuam no nível individual (por meio do recrutamento, formação e apoio das candidatas), mas também atuam pressionando os partidos políticos (por mais diversidade, por uma destinação adequada de recursos, entre outras questões). Dessa maneira, a interação entre as iniciativas e os partidos vai além da influência na dinâmica eleitoral por meio da mediação entre candidatas e partidos no recrutamento e formação política. As iniciativas também visam a responsabilização e mudanças estruturais nos partidos políticos, desafiando as barreiras impostas por eles, demonstrando a compreensão que, apesar de sua atuação ser importante, é limitada, e que melhores resultados para a sub-representação devem vir das próprias estruturas partidárias.

Nas iniciativas analisadas, a relação das candidatas apoiadas com seus respectivos partidos não foi marcada por conflitos diretos decorrentes da participação nas iniciativas. Em geral, as entrevistadas não relataram embates significativos com as legendas por esse motivo, ressaltando que as iniciativas não atuavam em oposição aos partidos e, em alguns casos, possuíam articulações com agendas políticas já existentes, como a Agenda Marielle Franco, vistas com bons olhos por alguns partidos. A exceção foi uma única candidata, envolvida com a Tenda das Candidatas, que relatou resistência da direção partidária, especialmente pelo conteúdo das formações da iniciativa, que abordavam aspectos sensíveis da

dinâmica interna partidária — no entanto, essa questão não gerou represálias, por exemplo, apesar do desconforto da direção. Os relatos convergem quanto à existência de dificuldades internas às legendas, especialmente relacionadas à falta de apoio e reconhecimento das candidaturas durante o período eleitoral. A devolução de recursos partidários indevidos revela como as formações promovidas pelas iniciativas contribuíram para um uso mais consciente dos recursos — que, novamente, em grande medida são fornecidos inadequadamente pelos partidos, sobretudo às candidatas mulheres.

Após as eleições, foi comum em todas as entrevistas com as candidatas apoiadas pelas iniciativas analisadas relatos de inserção em setoriais ou secretarias de mulheres nos partidos. Este ponto reforça que as mulheres apoiadas pelas iniciativas não estão apenas se filiando aos partidos para concorrer às eleições, mas também estão buscando engajar-se dentro das estruturas partidárias, o que pode ser interpretado como uma tentativa de influenciar o funcionamento interno dos partidos e influenciar em decisões, especialmente relacionadas às pautas de gênero — a busca pelo engajamento interno nos partidos é algo também experienciado pelas candidaturas e mandatos coletivos (Almeida, 2024). As eleitas mostram assim que após vencida a barreira de entrada nos partidos e eleitas, há possibilidades de interação partidária, o que reforça a importância do trabalho de recrutamento das iniciativas. Apesar desse engajamento, as entrevistadas apontam que o reconhecimento formal nesses espaços ainda não é suficiente para transformar efetivamente suas relações com os partidos, que seguem marcadas por limitações e resistências.

Considerações Finais

As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, que emergiram principalmente a partir de 2018, têm um foco voltado para não apenas a renovação da política institucional, mas também para a promoção de mais representatividade — de mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+, indígenas, entre outros grupos marginalizados. A emergência dessas iniciativas revela um cenário de descontentamento da sociedade civil em relação aos quadros representativos brasileiros, e elas se propõem a atuar para transformar essa realidade. Inicialmente mapeadas em 44, as iniciativas aumentaram para 53, e estão em diferentes espectros políticos e sob diferentes formas de organização. Em vista desse quadro, o estudo dessas iniciativas, apesar de já presente na literatura, ainda precisa de mais análises.

Apesar do crescimento de iniciativas no Brasil nos últimos anos, visto que em 2020, ao menos 44 iniciativas desse tipo já atuavam no Brasil, e em 2022 passaram a ser 53 (Gatto e Thomé, 2024), elas ainda são um objeto pouco explorado pela literatura da Ciência Política. Algumas exceções de pesquisas são os estudos de Gatto, Russo e Thomé (2021) e Gatto e Thomé (2024), que contribuem significativamente na identificação de objetivos e atuações desses novos atores do cenário brasileiro. Apesar de haver estudos que abordem essas iniciativas, pouco se sabe, por exemplo, sobre como ocorre a dinâmica entre as iniciativas e os partidos políticos, dois atores distintos, mas que ocupam diversas funções semelhantes no processo eleitoral, como o recrutamento político, apoio na competição eleitoral, formação política, entre outras.

O recrutamento político desempenha um papel central na dinâmica eleitoral, sendo tradicionalmente uma função exercida pelos partidos políticos. No entanto, como evidenciado na dissertação, embora a relação entre partidos e Estado tenha sempre sido próxima no Brasil, o distanciamento dos partidos políticos da sociedade civil, parece abrir espaço para novas formas de engajamento político. Esse afastamento, somado à dificuldade dos partidos em recrutar, em incorporar mulheres e outros grupos marginalizados em suas estruturas, resultou em uma lacuna na representação, que não reflete adequadamente a sociedade, criando um terreno fértil para as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas. Essas iniciativas surgem

como respostas a essa falha e interagem com os partidos na dinâmica eleitoral, além de atuar em espaços que, por vezes, os partidos negligenciam. Em vista disso, esta dissertação buscou explorar essas iniciativas, sobretudo as que apoiam mulheres, por meio de três estudos de caso e visou responder: Como as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas atuam no recrutamento político e estruturam sua relação com os partidos políticos na dinâmica eleitoral? A pergunta norteadora desta pesquisa visa compreender essas iniciativas pela perspectiva de atuação delas, em alguns pontos semelhantes a de partidos políticos, mas agindo em lugares que eles têm, por vezes, ignorado.

A literatura sobre partidos políticos e movimentos sociais foi mobilizada para compreender as definições que cercam cada um desses atores, assim como para compreender como as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas se localizam nesse contexto. A interação entre partidos políticos e movimentos sociais também foi central para a investigação das relações estabelecidas entre esses atores, uma vez que as Iniciativas, além de atuarem em funções tipicamente partidárias, criticam os partidos e se relacionam com eles em alguma medida. Por fim, a literatura acerca do recrutamento e mobilização feito por partidos políticos e feito por movimentos sociais objetivou compreender como as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas desempenham esse papel estratégico para as disputas eleitorais. A proposta geral ao abordar essas literaturas foi de partir dos conceitos mais centrais de cada uma, em vistas de servirem como base para a análise dos resultados da pesquisa, sobretudo para compreender em quais pontos as Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas e os partidos se divergem, e convergem, se relacionam, onde e como conflituam, etc.

Em vista de responder aos objetivos propostos, a pesquisa estruturou-se em uma metodologia qualitativa, propondo o estudo de três casos que representassem uma amostra dessas iniciativas — Goianas na Urna, Mulheres Negras Decidem e A Tenda das Candidatas. Por meio de análise documental, realizada sobretudo nas mídias sociais e sítios eletrônicos das iniciativas, foi possível identificar o perfil das iniciativas analisadas, se atentando para questões como fundadoras, financiamento, objetivos, resultados obtidos, espectro político, entre outras. As entrevistas, feitas com candidatas apoiadas pelas iniciativas e coordenadoras — com exceção de A Tenda das Candidatas, possibilitou um olhar mais aprofundado acerca da atuação

das iniciativas, tanto no recrutamento quanto no apoio prestado às candidatas durante e além do período eleitoral, bem como para as interações entre iniciativas, candidatas e partidos, os desafios enfrentados pelas candidatas etc. Assim, foi realizada a análise de conteúdo dos dados colhidos, contribuindo para a identificação dos resultados da pesquisa.

Goianas na Urna, fundada em 2018, reconhece-se enquanto uma escola de formação política voltada para mulheres, projeto suprapartidário, organização ou apenas comunidade. A iniciativa, além do seu quadro organizativo composto pela presidência, também possuía conselheiras em diferentes áreas, como formação política, pesquisa, mobilização, comunicação, jurídica, além de uma série de voluntárias atuantes em áreas como captação de recursos, mobilização e comunicação. A iniciativa nasceu a partir de uma insatisfação em relação às estruturas partidárias, especialmente relacionadas às questões de gênero — subrepresentação feminina, candidaturas laranja e falta de apoio às candidatas. Diferente das outras iniciativas abordadas nesta pesquisa, Goianas na Urna atua exclusivamente no estado de Goiás, sendo que, inicialmente, seu foco era apenas o município de Goiânia, ampliando em 2020 para o estado. A iniciativa possui conexões com uma série de organizações da sociedade civil, empresas e organizações de movimentos sociais. Além disso, teve como resultados em 2020, 28 candidatas apoiadas, das quais 5 foram eleitas e 15 diplomadas como suplentes e em 2022, a iniciativa apoiou 12 candidatas, das quais nenhuma foi eleita como deputada federal ou estadual, mas 7 foram diplomadas como suplentes.

Mulheres Negras Decidem foi constituída em 2018, no estado do Rio de Janeiro, no mesmo dia em que a vereadora Marielle Franco faleceu. A iniciativa, que se reconhece enquanto movimento social, tem seu foco voltado para a intersecção de gênero e raça, focando em mulheres negras. A insatisfação com a subrepresentação política de mulheres negras nas esferas da política institucional foi a maior motivação para a criação da iniciativa, que também atuou em campanhas para mais representação de mulheres negras no judiciário. Seu quadro de membros abarca, além das fundadoras, uma série de articuladoras em diferentes áreas, como de desenvolvimento de lideranças e cuidados coletivos, coordenação política, *advocacy*, assessoria política, entre outros, além das voluntárias. Por meio da ferramenta Estamos Prontas, em parceria com o Instituto Marielle Franco, buscou

dar formação e apoio a mulheres negras, uma em cada estado brasileiro, nas eleições de 2022. Como resultado, 2 deputadas estaduais foram eleitas, 16 foram diplomadas como suplentes e uma delas assumiu cargo de vereadora.

A Tenda das Candidatas, constituída em 2020, surgiu com o objetivo principal de promover candidaturas de mulheres comprometidas com direitos humanos e diferentes pautas relacionadas às mulheres. Seu quadro organizativo conta com a diretoria executiva, assessoria de comunicação, facilitadora de formação, designer, editora de vídeo, além de voluntárias e lideranças que foram apoiadas pela iniciativa em outros momentos também atuam em conjunto com a iniciativa. A atuação da iniciativa se dá de forma nacional, e diferente das outras duas analisadas nesta pesquisa, suas formações e apoios são prestados exclusivamente de forma virtual. Em 2020, 2 candidatas foram eleitas e 4 foram diplomadas como suplentes e, em 2022, apesar de não ter havido eleitas, 13 foram diplomadas suplentes. Diferente das outras iniciativas, A Tenda das Candidatas promove sua formação e apoio antes do período eleitoral (desde o 2º ciclo eleitoral em que atuou) e depois.

Os resultados da pesquisa mostram que as iniciativas recrutam de forma mais próxima aos movimentos sociais do que aos partidos políticos, embora possuam pontos em comum com ambos. No recrutamento, elas compartilham com os movimentos sociais a ênfase em identidades coletivas e valores e preocupações compartilhados, ainda, as redes/conexões e uso das mídias sociais também estão envolvidas nessa perspectiva. Por outro lado, as iniciativas também têm semelhanças com os partidos, especialmente na busca por viabilidade eleitoral: os partidos priorizam candidatos com maior chance de vitória, enquanto as iniciativas avaliam competências também visando candidatas com maior potencial de vitória e liderança. Apesar disso, é válido destacar que o potencial de vitória que os partidos se atentam se dá para candidatos já experientes que tenham vencido eleições anteriores ou que tenham obtido uma votação expressiva, enquanto as iniciativas visam, por meio da formação, melhorar a qualificação e potencial de vitória das candidatas apoiadas, além de dar visibilidade a lideranças com potencial de transformação. Além disso, os partidos valorizam a experiência política, seja na militância partidária ou em movimentos sociais, ao passo que as iniciativas também valorizam a experiência política, sobretudo em movimentos sociais e ações

comunitárias em geral. As diferenças, entretanto, são mais marcantes, especialmente no foco das iniciativas em grupos marginalizados (em especial, mulheres) promovendo mais diversidade, enquanto os partidos priorizam candidatos consolidados, geralmente homens.

As formas com as quais as iniciativas analisadas estruturam seus recrutamentos são semelhantes entre si, utilizando primordialmente as mídias sociais para divulgar seus processos seletivos, estruturados em torno de análise de competências e potencial das candidatas. Apesar disso, convites diretos a aspirantes ou candidatas com relações prévias com as iniciativas também estiveram presentes, bem como a preferência por mulheres que já haviam integrado ou interagido com as próprias iniciativas. Isso demonstra que o caráter de redes e laços entre indivíduos e organizações é uma possibilidade para o recrutamento. Assim, as iniciativas não apresentam um único padrão de recrutamento de candidatas e que, assim como os partidos, elas também têm preferências por apoiar alguma pessoa em específico.

As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas, para além do recrutamento, também objetivam a formação política e outras formas de apoio às candidatas. As formações políticas identificadas nas iniciativas analisadas versam sobre uma série de habilidades a serem desenvolvidas ou aprimoradas nas mulheres, e estão diretamente relacionadas ao recrutamento. Se considerarmos a literatura sobre o recrutamento político nos partidos que versa sobre oferta e demanda, é possível identificar que essas iniciativas visam qualificar a oferta de candidatas, de forma que se possibilite atender a demanda dos partidos, tornando as candidatas mais adequadas à arena da política institucional. A formação visa não apenas estratégias de campanha, mas também conhecimento sobre o sistema político e gestão pública. Os critérios das iniciativas, como histórico de envolvimento em ativismo, ações comunitárias, movimentos sociais, ONGs etc, destacam que, assim como os partidos, elas visam maximizar seus resultados com candidatas competitivas e com habilidades que a política institucional almeja.

Apesar da qualificação e diferentes formas de apoio promovidas pelas iniciativas, um fator essencial relacionado à competitividade nas disputas eleitorais versa sobre o financiamento eleitoral, uma atividade pouco comum nas iniciativas.

São frequentes os relatos das candidatas entrevistadas acerca do financiamento, visto como uma das maiores barreiras enfrentadas nas disputas eleitorais, estando constantemente subfinanciadas e com seus recursos chegando tardiamente, impossibilitando estruturar suas campanhas mais adequadamente. O apoio financeiro às candidatas não é uma área com a qual as iniciativas tenham movido amplamente seus esforços — apesar da Estamos Prontas ter fornecido um auxílio financeiro durante três meses às candidatas, este valor não era suficiente para cobrir os custos de uma campanha eleitoral. Em vista de que as iniciativas analisadas se mantêm em sua maioria devido a doações, fundos internacionais e nacionais, seus recursos financeiros são escassos, dificultando que atuem mais efetivamente nessa questão. A questão do financiamento das candidatas apoiadas é uma dificuldade em que as iniciativas não conseguem atuar plenamente, em vista de que as iniciativas também precisam de financiamento para a própria sustentabilidade.

As interações estabelecidas entre as iniciativas de formação e apoio a candidatas e os partidos políticos, de acordo com o resultado da análise, indica que a opção por interações independentes e em alianças. Cabe ressaltar que as iniciativas se propõem a operar paralelamente aos partidos, possuindo uma atuação autônoma em relação a eles. No entanto, interações voltadas para alianças pontuais foram mobilizadas por elas, como promovido por Mulheres Negras Decidem, por meio da Estamos Prontas. Ainda, as interações de caráter independente também foram realizadas por elas, como Goianas na Urna, que apesar de ter interações com os partidos, elas não tinham caráter colaborativo. Apenas a Tenda das Candidatas não denota ter estabelecido uma interação com os partidos políticos, com foco apenas em sua própria atuação. Ainda, as interações com os partidos políticos não ocorrem sempre de forma branda, havendo tensionamentos, como na desconfiança em relação à atuação das iniciativas. No entanto, nos casos analisados, relações mais brandas foram identificadas, mesmo em momentos de cobrança dos partidos políticos por parte das iniciativas — com as candidatas, no entanto, relações hostis permanecem.

De forma geral, as iniciativas de formação e apoio a candidatas emergem originalmente com propósitos diferentes entre si e, em algum momento, adotam o repertório eleitoral, quando não emergem com ele. Os casos analisados ressaltam que os esforços para a competição eleitoral foram os repertórios mais mobilizados

pelas iniciativas. Goianas na Urna emerge essencialmente com o propósito de recrutar, formar e apoiar candidatas e se manteve com esse repertório. Já Mulheres Negras Decidem emergiu com o objetivo de promover mais representatividade na política e em outros espaços, adotando o repertório eleitoral posteriormente. A Tenda das Candidatas, assim como Goianas na Urna, emergiu com o propósito de recrutar, formar e apoiar candidatas, mas passou a adotar outros repertórios nos anos seguintes à sua atuação, como pesquisas e *advocacy*. Pensando na literatura que aborda movimentos sociais e eleições proposta por McAdam e Tarrow (2011), as iniciativas se encontram em posições próximas, de mobilização eleitoral proativa.

As Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas no Brasil emergem em um contexto de enfraquecimento dos partidos e diversificação do repertório de ação coletiva, e configuram-se como formas híbridas de ação coletiva, situando-se no espaço intermediário entre movimentos sociais e partidos políticos, uma vez que compartilham com eles elementos como a reivindicação de pautas específicas, a construção de identidades coletivas e o uso de repertórios de ação diversificados. Simultaneamente, assumem funções típicas dos partidos, como o recrutamento e o apoio a candidaturas, preenchendo lacunas deixadas por essas organizações, especialmente na promoção da representação de mulheres e evidenciando que a função representativa dos partidos não tem sido suficiente. Ao retomar o conceito de "hibridismo" de Tarrow (2021), entretanto, é importante observar que as iniciativas não emergem como uma tentativa de transformar os partidos ou se incorporarem a eles, visto que não penetram ou alteram as estruturas partidárias, mas, em vez disso, atuam de maneira paralela, sem a pretensão de se integrarem a eles. Portanto, apesar de híbridas em suas formas de ação, não são necessariamente híbridas pensando no conceito de "hibridismo" (Tarrow, 2021), visto que também há um limite na influência que elas têm nos partidos políticos, sobretudo se considerarmos que muitos deles as veem com desconfiança (Gatto e Thomé, 2024).

As iniciativas demonstram um modelo de ação coletiva que busca responder ao declínio da capacidade dos partidos de agregar e representar interesses e de promover uma maior representação de mulheres. Apesar dessas diferenças e semelhanças com partidos e movimentos, que podem resultar tanto em colaborações como em conflitos, os dados desta pesquisa indicam que conflitos apareceram de forma atenuada. Uma possível explicação para isso é que as

Iniciativas de Formação e Apoio a Candidatas analisadas atuam predominantemente em um campo político mais à esquerda, onde há maior afinidade entre suas pautas com os partidos. Além disso, observa-se que essas Iniciativas muitas vezes operam à margem das estruturas formais dos partidos, sem necessariamente relacionar-se diretamente em suas dinâmicas internas. Ainda, as entrevistas foram feitas, em sua maioria, com mulheres eleitas, o que pode contribuir para essa visão de poucos conflitos, uma vez que após eleitas, elas são necessariamente incorporadas à dinâmica partidária e participam de suas instâncias.

Por fim, tendo em vista aprofundar as temáticas desenvolvidas nessa pesquisa, estudos posteriores podem buscar comparar as diferenças entre essas iniciativas voltadas para a diversidade e as iniciativas que não possuem esse foco; comparar a trajetória e os resultados eleitorais de mulheres apoiadas por essas iniciativas em contraste com candidatas que não receberam esse tipo de suporte ou as diferenças entre iniciativas regionais ou nacionais no impacto nas eleições.

Referências

- A TENDA DAS CANDIDATAS. Combatendo a sub-representação de gênero e raça na Política (2020-2022): O impacto do projeto A Tenda das Candidatas (livro digital). Rio de Janeiro, Ed. das Autoras, 2023.
- A TENDA DAS CANDIDATAS. Trajetórias políticas e futuro das mulheres não eleitas: existe vida após a eleição? (livro digital). Rio de Janeiro, Ed. dos Autores, 1ª ed, 2024.
- ABERS, R; TATAGIBA, L. Os movimentos sociais e as eleições de 2022. In: Magna Inácio; Vanessa Elias de Oliveira. (Org.). Democracia e Eleições no Brasil: Para onde vamos?. 1ed. São Paulo: Huittec Editora, 2022.
- ABERS, R. N.; ALMEIDA, D. C.; VON BÜLOW, M. Movements and Parties: Beyond Contentious Performances. University of Salento, , 2022.
- ABERS, R.; BÜLOW, M. U. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? Sociologias, v. 13, p. 52–84, dez. 2011.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a Experiência na Era Lula. Dados, v. 57, p. 325–357, jun. 2014.
- ALMEIDA, D; LUCHMANN, L. “Movimentos sociais e representação eleitoral: o fenômeno das candidaturas e dos mandatos coletivos”, in L. Tatagiba, et al. (eds.) Participação, Ativismos e Desdemocratização: Legados, Retrocessos e Resistências, 2022.
- ALMEIDA, D. C. R. DE. Candidaturas Coletivas: Uma Nova Forma de Interação entre Movimentos Sociais e Partidos Políticos. Dados, v. 67, p. 1-41, 2024.
- ALMEIDA, D. R. DE. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. Revista de Sociologia e Política, v. 22, p. 175–199, jun. 2014.
- ALMEIDA, P. Social Movements: The Structure of Collective Mobilization. University of California Press, 2019.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. Bulletin of Latin American Research, v. 36, n. 2, p. 144–159, 2017.
- AMARAL, O. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. Revista Debates, v. 7, n. 2, p. 11–32, 2013.
- AVELAR, L. Dos movimentos aos partidos: a sociedade organizada e a política formal. Política & Sociedade, v. 6, n. 11, p. 101–116, 2007.
- AVELAR, L. Onde as mulheres se representam? Avenida da representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. Revista Gênero, Niteroi, v. 14, n. 2, 2014.

BARDI, L.; BARTOLINI, S.; TRECHSEL, A. H. Responsive and Responsible? The Role of Parties in Twenty-First Century Politics. Em: The Role of Parties in Twenty-First Century Politics. [s.l.] Routledge, 2015.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3. reimp. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.

BARKAN, S. E., & COHN, S. F. Recruitment. In D. A. Snow D. Porta B. Klandermans MCADAM, D. (Eds.), The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements: Malden, MA: John Wiley & Sons, 2022

BLEE, K. M.; CURRIER, A. How Local Social Movement Groups Handle a Presidential Election. Qualitative Sociology, v. 29, n. 3, p. 261–280, 2006.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. Dados, v. 66, 2022.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022 (Emenda 117/2022). Brasília: Congresso Nacional, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3x56yV9>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei 9504/1997). Brasília: Congresso Nacional, 1977. Disponível em: <https://bit.ly/3xdVWnf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 09, de 5 de abril de 2022 (Emenda 117/2022). Brasília: Congresso Nacional, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3x56yV9>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CAMPELLO DE SOUZA, M. do C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

CARLOS, E. Cooperação e Conflito na Relação Movimentos Sociais e Estado. Política & Sociedade, vol. 16, nº 35, pp. 321-350, 2017.

CARLOS, E. Movimentos sociais e instituições participativas: Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 30, p. 83–98, 2015.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. DO C. EFEITOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Caderno CRH, v. 34, 2021.

CARVALHO, Priscila D. TATAGIBA, Luciana. Quando o Conflito Eleitoral Extravasa para as Ruas: Protestos e Eleições Presidenciais no Brasil (2010-2022). Lua Nova, São Paulo, 124, 2025.

CARNEY, N. All Lives Matter, but so Does Race: Black Lives Matter and the Evolving Role of Social Media. Humanity & Society, v. 40, n. 2, p. 180–199, 2016.

CARREIRÃO, Y. de S. O Sistema Partidário Brasileiro: Um Debate com a Literatura Recente. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 14, pp. 255-295, 2014.

CASTELLS, M. Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age. [s.l.] John Wiley & Sons, 2015.

CLEMENS, E. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2010.

COWELL-MEYERS, K. B. The Social Movement as Political Party: The Northern Ireland Women's Coalition and the Campaign for Inclusion. *Perspectives on Politics*, v. 12, n. 1, p. 61–80, 2014.

COWELL-MEYERS, K. B.; EVANS, E.; SHIN, K. Women's Parties: A New Party Family. *Politics & Gender*, v. 16, n. 1, p. 4–25, 2020.

CRESWELL, J. W.; POTH, C. N. *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. [s.l.] SAGE Publications, 2016.

DELLA PORTA, D.; CHIRONI, D. *Movements in Parties : OccupyPD. Partecipazione E Conflitto*, 2015.

DIANI, M. Networks and Participation. Em: *The Blackwell Companion to Social Movements*. [s.l.] John Wiley & Sons, Ltd, p. 339–359, 2004.

Diani, M., & Bison, I. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (3), 219-250, 2010.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, n. 24, p. 213–225, 2004.

EARL, J. The Cultural Consequences of Social Movements. Em: *The Blackwell Companion to Social Movements*. [s.l.] John Wiley & Sons, Ltd, 2004. p. 508–530.

EDWARDS, B.; MCCARTHY, J. D. Resources and Social Movement Mobilization. Em: *The Blackwell Companion to Social Movements*. [s.l.] John Wiley & Sons, Ltd, p. 116–152, 2004.

FEITOSA, F. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatas e eleitos. Em: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli; JORDÃO, Fátima. (org). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP, 2012.

FISCH, A Panseri, B. *Mulheres nos municípios: a desigualdade de gênero nos diretórios partidários*. CEPESP, 2019.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. If Only They'd Ask: Gender, Recruitment, and Political Ambition. *The Journal of Politics*, v. 72, n. 2, p. 310–326, abr. 2010.

GARCÍA, S. Las redes sociales como herramienta de la comunicación política. Uso políticos y ciudadanos de Twitter e Instagram. Programa de Doctorado en Ciencias de la Comunicación. Escuela de Doctorado de la Universitat Jaume I. p.131-146, 2018.

GATTO, M. A. C. *Resistance to gender quotas in Latin America*. Londres, England: Oxford University Press, 2025

GATTO, M. A. C.; THOMÉ, D. *Candidatas: Os primeiros passos das mulheres na política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2024

GATTO, M. A. C.; RUSSO, G. ; THOMÉ, D. +Representatividade. 1. ed. São Paulo: Instituto Update, v. 1. 214p, 2021.

GATTO, M. A. C.; THOMÉ, D. +Representatividade. 2. ed. São Paulo: Instituto Update, 2024.

GERRING, J. Case Study Research: Principles and Practices. [s.l.] Cambridge University Press, 2017.

GILLION, D.Q; SOULE, S.A. The impact of protest on elections in the United States. *Social Science Quarterly* 99(5): 1649–1664, 2018.

GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. From Contention to Democracy. [s.l.] Rowman & Littlefield, 1998.

GOLD, T.; PEÑA, A. M. Protests, signaling, and elections: conceptualizing opposition-movement interactions during Argentina's anti-government protests (2012-2013). *Social Movement Studies*, v. 18, n. 3, p. 324–345, 2019.

GOLDSTONE, J. A. States, Parties, and Social Movements. [s.l.] Cambridge University Press, 2003.

GOMEZ RIBAS, C. Los partidos cooperativos. *Le Monde Diplomatique En Español*, 2010.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. Emotional Dimensions of Social Movements. Em: *The Blackwell Companion to Social Movements*. [s.l.] John Wiley & Sons, Ltd, p. 413–432, 2004.

HANAGAN, M. Social Movements, Incorporation, Disengagement, and Opportunities – a Long View. Em: Giugni, Marco; McAdam, Doug; Tilly, Charles (Ed.) *From Contention to Democracy*. Lanham, MA: Rowman and Littlefield, 1998.

HEANEY, M T.; ROJAS, F. Multiple Identities and Party-Movement Interaction. In: *Party in the streets*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HEANEY, M. Elections and social movements. Em: Snow D, della Porta D, Klandermans B and McAdam D (eds.), *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. Oxford: Blackwell, pp. 391–394, 2013.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1 jan. 1995.

KITSCHOLT, H. Social Movements, Political Parties, and Democratic Theory. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 528, n. 1, p. 13–29, 1993.

KITSCHOLT, Herbert. Movements Parties. Em: CROTTY, W. J.; KATZ, R. S. *Handbook of Party Politics*, 2006.

KLANDERMANS, B. Mobilization and Participation: Social-Psychological Expansions of Resource Mobilization Theory. *American Sociological Review*, v. 49, n. 5, p. 583–600, 1984.

KLANDERMANS, B. The demand and supply of participation: Social-psychological correlates of participation in social movements. in D.A. Snow, S.A. Soule, and H. Kriesi (eds.), *The Blackwell Companion to Social Movements*, Oxford, UK: Blackwell, pp. 360–379, 2004

KOIVU, K. L.; HINZE, A. M. Cases of Convenience? The Divergence of Theory from Practice in Case Selection in Qualitative and Mixed-Methods Research. *PS: Political Science & Politics*, v. 50, n. 4, p. 1023–1027, out. 2017.

KROOK, M. L. Beyond Supply and Demand: A Feminist-institutionalist Theory of Candidate Selection. *Political Research Quarterly*, v. 63, n. 4, p. 707–720, 1 dez. 2010.

LATINOBARÓMETRO. Informe 2023. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2023. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LAWLESS, J. L.; FOX, R. L. *It Takes a Candidate: Why Women Don't Run for Office*. [s.l.] Cambridge University Press, 2005.

LOPES, A. R. The Impact of Social Media on Social Movements: The New Opportunity and Mobilizing Structure. *Journal of Political Science Research*, 4: 1–23, 2014.

LOPES, F. M.; FIDELIS, F. Jornadas de Junho de 2013: Formas de mobilização online e a ação de ativistas em Brasília por meio do Facebook. *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social (encerrada)*, v. 12, n. 1, 17 jul. 2015.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

MANIN, B. (ED.). *As metamorfoses do governo representativo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, p. 5–34, 1995.

MANIN, B. A democracia do público reconsiderada. *Novos estudos CEBRAP*, p. 115–127, 2013.

MARQUES, D. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. *BIB*, n. 95, 2021.

MARQUES, D., CELINI, T. P., & SANTOS, L. F. Carreiras políticas de mulheres no Brasil: aprofundando o debate a partir da nova bancada feminina da câmara dos deputados (2019-2022). *Revista Feminismos*, 9(2), 24-55, 2021.

MATLAND, R. E. Enhancing women's political participation: legislative recruitment and electoral systems. EM: BALLINGTON, J.; KARAM, A. M.; INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (EDS.). *Women in parliament: beyond numbers*. Rev. ed ed. Stockholm, Sweden: International IDEA, 2005.

MCADAM, D; TARROW, S; TITILLY, S. *Dynamics of Contention*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001

MCADAM, D. *Micromobilization Contexts and Recruitment to Activism*. 1988

MCADAM, D.; PAULSEN, R. Specifying the Relationship Between Social Ties and Activism. *American Journal of Sociology*, v. 99, n. 3, p. 640–667, nov. 1993.

MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Sociologias*, v. 13, p. 18–51, dez. 2011.

MELUCCI, A. *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. [s.l.] Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, A. The new social movements: A theoretical approach. *Social Science Information*, v. 19, n. 2, p. 199–226, 1 maio 1980.

MENEGUELLO, R.; AMARAL, O. Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. *BSP Occasional Papers*, v. 2, p. 1-25, 2008.

MERLO, M. Mulheres tomando partido e partidos fazendo candidatas: a atuação partidária na trajetória das eleitas. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017

MISCHE, A. *Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks*. [s.l.] Princeton University Press, 2009.

MOURA, G. A Interação dos Movimentos de Renovação Política com os Partidos na Dinâmica Eleitoral de 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Feitosa, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli; JORDÃO, Fátima. (org). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP, 2012.

MURTHY, D. Introduction to Social Media, Activism, and Organizations. *Social Media + Society*, v. 4, n. 1, 2018.

NORRIS, P. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 11–32, 2013.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. *Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament*. [s.l.] Cambridge University Press, 1995.

PEREZ, O. C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, v. 25, n. 3, pp. 577-96, 2019.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, p. 268–290, 2001.

PICCIO, D. R. The Impact of Social Movements on Political Parties. *The Consequences of Social Movements*, p. 263, 2016.

PINHEIRO, M. Sobre a relação entre os movimentos feministas e o estado no Brasil (2003-2014). Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 244, 2015.

PLEYERS, G.; BRINGEL. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. Nova Sociedade, 2015.

POLLETTA, F.; JASPER, J. M. Collective Identity and Social Movements. Annual Review of Sociology, v. 27, n. Volume 27, p. 283–305, 2001.

PORTA, D. DELLA et al. Movement Parties Against Austerity. [s.l.] John Wiley & Sons, 2017.

PORTA, D. DELLA; DIANI, M. The Oxford Handbook of Social Movements. [s.l.] Oxford University Press, 2015.

RIOS, F. A Questão Racial na Formação dos Partidos Brasileiros: os Casos do PT e PDT no Contexto da Redemocratização. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política, vol. 3, n. 2, pp. 164–195, 2014.

ROCHA, L; GUIMARÃES, J; RODRIGUES, P; MIGUEL, V. Violência Política Contra as Mulheres: Os Movimentos Sociais nas Dinâmicas de Elaboração dos Projetos de Lei. Revista Feminismos, v. 11, 2023.

ROCHA, L. DE O. et al. Violência Política Contra as Mulheres: os Movimentos Sociais nas Dinâmicas de Elaboração dos Projetos de Lei. Revista Feminismos, v. 11, n. 2, 2023.

RODRIGUES, C; FREITAS, V. C. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 34, p. 1-54, 2021.

RUSCHEINSKY, A. Nexo entre atores sociais: movimentos sociais e partidos políticos. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 46, p. 73–102, 1998.

SACCHET, T. Partidos e (Sub)Representação Política das Mulheres: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. Em: PAIVA, D. Mulheres, política e poder. [s.l.] Cênore Editorial, 2011.

SACCHET, T. Que reforma política interessa às mulheres? Cotas, sistema eleitoral e financiamento de campanha. In: IANONI, Marcus (org.). Reforma política democrática: temas, atores e desafios. 153-175. São Paulo: Fundação Per-seu Abramo, 2015.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Brasília, ENAP, 2021.

SANCHEZ, Beatriz. Onde estão as mulheres na política institucional?. CADERNOS ADENAUER (SÃO PAULO), v. 1, p. 155, 2017.

SCHATTSCHEIDER, EE. Party Government. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1942.

SCHWARTZ, M. A. Interactions Between Social Movements and US Political Parties. Party Politics, v. 16, n. 5, p. 587–607, 1 set. 2010.

Silva, M. K. y Oliveira, G. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção estado-movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 13(28), 86-124, 2011.

SNOW D. A., SOULE S. A., KRIESI H., MCCAMMON H. J. 2018. Introduction: Mapping and Opening Up the Terrain. 2nd ed. Blackwell Publishing.

SNOW, D. A.; ZURCHER, L. A.; EKLAND-OLSON, S. Social Networks and Social Movements: A Microstructural Approach to Differential Recruitment. *American Sociological Review*, v. 45, n. 5, p. 787–801, 1980.

SPINA, P. R. Grupos políticos de direita e a participação nas eleições de 2018. *Revista Agenda Política*, v. 8, n. 3, p. 287–312, 2020.

Tarrow, Sidney. *Movements and parties: critical connections in American political development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

TATAGIBA, L.; BLIKSTAD, K. “Como se fosse uma eleição para vereador”: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 175–217, 2011.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, p. 63–96, 2019.

TAYLOR, V. Social movement participation in the global society: Identity, networks and emotions. Em: STEKELENBURG, J. VAN; ROGGEBAAND, C.; KLANDERMANS, B. *The Future of Social Movement Research: Dynamics, Mechanisms, and Processes*. University of Minnesota Press, 2013.

Telles, H; Melo, P. Reforma eleitoral: é possível recuperar a representatividade dos partidos políticos? Em: *Cadernos Adenauer. Reforma política*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017.

THOME, D. Mulheres interessadas em política: evidências de um grupo de candidatas a candidatas. *Revista Feminismos*, v. 9, n. 2, 2021.

TILLY, C. Social movements and national politics. In: BRIGHT, C; HARDING, S. (eds.). *Statemaking and social movements: essays in history and theory*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

TILLY, C. *From Mobilization to Revolution*. Nova York: Random House, 1978.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. *Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 133-160, 2010.

TINDALL, D. B. Networks as Constraints and Opportunities. Em: *Oxford Handbook of Social Movements*. Oxford, England: Oxford University Press, 2015.

TOURAINE, A. An Introduction to the Study of Social Movements. *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 749–787, 1985.

VIEIRA, S. M.; FERNANDEZ, M.; MESQUITA, N. C.. Representatives and the Represented: Political Parties, Participation, and the Brazilian Protests 197 in 2013.

In: Civil Society and Political Representation in Latin America (2010-2015). Springer, Cham, p. 33-54, 2018.

YIN, R. K. Estudo de Caso - 5.Ed.: Planejamento e Métodos. [s.l.] Bookman Editora, 2015.

ZAREMBERG, G.; ALMEIDA, D. R. DE. Feminisms in Latin America: Pro-choice Nested Networks in Mexico and Brazil. Elements in Politics and Society in Latin America. Cambridge University Press, 2022.

ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS CANDIDATAS E ELEITAS

1. Fale um pouco da sua trajetória política, de quando você começou a participar da política, o que te levou a entrar na vida política, como você decidiu ser candidata.
2. Você integra algum movimento social/OSC para além da organização X? Houve alguma influência do movimento/OSC para que você se tornasse candidata?
3. Como você conheceu/se envolveu com a iniciativa Estamos Prontas e quais fatores te fizeram decidir se mobilizar juntamente ao movimento? (Verificar se foi a identificação, presença de relações pessoais, etc)
4. Qual foi o papel do movimento/iniciativa na sua decisão de se candidatar?
5. Quais os obstáculos e desafios você enfrentou para se inserir na vida política enquanto mulher?
6. Como o movimento/iniciativa te auxiliou nas estratégias de enfrentamento desses desafios?
7. O que você acredita que foi fundamental para sua vitória nessa campanha? Qual o papel do movimento para isso?
 - a. O partido teve algum papel nesta vitória?
8. Após o período eleitoral, o movimento te forneceu algum tipo de apoio?
9. O que te faz permanecer no movimento? Quais são os incentivos? (Verificar se são incentivos normativos, sociais, organizacionais)
10. O que te fez escolher se filiar a um partido político? O movimento te auxiliou nisso? Se sim, como? Partiu da parte candidata, ou do partido, critérios para escolha)
11. Você identifica dificuldades na relação com seu partido? Se sim, quais?
 - a. A relação mudou entre a candidatura e a eleição?
12. Após eleita, você começou a participar da vida do partido? Está engajada em alguma atividade interna ao partido?
13. Você enxerga diferenças no tratamento recebido pelo seu partido em comparação ao movimento?
14. Como foi o acesso a recursos financeiros para campanha? Teve apoio do partido? De quem teve apoio?

15. No campo da política partidária, o que julga ser a maior dificuldade enfrentada pelas mulheres?
16. Você sentiu algum tipo de discriminação dentro do partido?
17. Você acha que a sua trajetória dentro do partido se assemelha à trajetória de outras mulheres? O que tem de comum e incomum?
18. O seu partido tem algum órgão específico para mulheres? Se sim, quais ações esse órgão realiza?
 - a. Você participa deste órgão? Em caso de existir...
19. Como você percebe as ações realizadas por ele? Acha que poderia melhorar em algo?
20. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência enquanto candidata/eleita; enquanto membro do movimento, etc?

ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS COORDENADORAS DAS INICIATIVAS

1. Qual é a trajetória de formação da iniciativa? O que motivou a sua formação? Quais são suas finalidades, os valores mais proeminentes?
2. A iniciativa conta com algum apoio político ou financeiro para manutenção das atividades? Você pode dizer de onde vêm os recursos?
3. Como a iniciativa buscou se mobilizar e articular para efetivar sua agenda?
4. Há parcerias com outros movimentos/organizações? Como essas parcerias ocorrem?
5. Como vocês mobilizam/recrutam as candidatas? Há alguma abordagem com pessoas que não tinham o desejo de concorrer/aspirantes?
6. Como a iniciativa enxerga a atuação dos partidos políticos no recrutamento de candidatas, representatividade política, formação de lideranças?
7. Por que a escolha pelo processo de formar candidaturas, apoiar candidaturas?
8. Como a organização decide quais candidatas apoiar? Quais características ou qualidades estão procurando?
9. Quais são os obstáculos mais substanciais que sua organização enfrenta em seu objetivo de apoiar/recrutar candidatas?
10. Quais são as principais dificuldades das candidatas para concorrer às eleições?
11. A iniciativa mantém contato com essas candidatas após eleitas? Elas chegam a integrar a própria iniciativa?
12. Com quais partidos políticos a iniciativa já se relacionou para formar candidaturas? Como é a relação entre a iniciativa e os partidos políticos?
13. Houve algum conflito? Há alguma forma de disputa com os partidos?
14. Os partidos políticos são importantes para o alcance dos objetivos da iniciativa? Como?
15. A iniciativa atua na escolha do partido político que a candidata concorrerá às eleições?
16. Houve maior integração da iniciativa a algum partido em específico após o desenvolvimento da relação durante as eleições?
17. Após eleição, a iniciativa tem mantido contato com algum partido? Como?

18.A atuação da iniciativa visa de alguma forma suprir funções historicamente associadas aos partidos políticos?